

Péricles Purper Thiele

**DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE CACHOEIRA DO SUL:  
DIAGNOSTICO ECONÔMICO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE  
INDUSTRIALIZAÇÃO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Políticas Públicas, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. PhD. Marília Patta Ramos

Co-orientador: Prof. Dr. Carlos Á. N. Paiva

Santa Cruz do Sul, 25 de novembro de 2010.

Péricles Purper Thiele

**DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE CACHOEIRA DO SUL:  
DIAGNOSTICO ECONÔMICO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE  
INDUSTRIALIZAÇÃO.**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dr<sup>a</sup> Marília Patta Ramos

*Professora Orientadora*

Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva

*Professor Co-orientador*

Dr. Silvio Cezar Arend

UNISC

Dr. Adelar Fochezatto

PUC – RS

## **DEDICATÓRIA**

DEDICO este trabalho à minha mãe **CLEUSA  
PURPER** e ao meu filho **LEONARDO THIELE**.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus familiares, amigos, professores, colegas e funcionários do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC.

Agradecimento especial aos meus Orientadores Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>a</sup> Marília Ramos e Prof. Dr. Carlos Paiva. Foram competentes, incansáveis e dedicados!

Agradeço à CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – pela concessão da bolsa de estudos.

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo pesquisar o desenvolvimento econômico do município de Cachoeira do Sul que foi o quinto município criado no Rio Grande do Sul, tornando-se uma referência política e econômica do Estado. Porém, ao longo do tempo, perdeu esta posição passando a ser considerado um município em estagnação econômica.

Para atingir o objetivo proposto, partimos da Teoria Econômica de Douglass North onde o autor afirma que o desenvolvimento de uma região deve-se a sua capacidade de gerar novas empresas subsidiárias a partir de sua produção agropecuária com potencial exportador.

Após a discussão da Teoria Econômica, realizamos o Diagnóstico Econômico de Cachoeira do Sul onde são levantados dados sócio-econômicos a partir da década de 1970.

Como forma de reverter a estagnação econômica, foi implantado a partir de 2005 o Projeto de Industrialização do Município de Cachoeira onde foram investidos aproximadamente R\$ 88 milhões em recursos públicos e privados. Apresentaremos através da comparação entre um grupo de municípios e de indicadores, o real impacto deste projeto.

Finalizando, apresentamos os potenciais endógenos para o desenvolvimento econômico de Cachoeira do Sul e Região.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional, Diagnóstico Econômico, Projeto de Industrialização, Potenciais Endógenos.

## ABSTRACT

This dissertation aims to research the economic development of Cachoeira do Sul county, which was the fifth county created in Rio Grande do Sul State, being a political and economic reference to that state. However, this county lost its position over time and nowadays is in economic stagnation.

To achieve this purpose we started from the Douglas North's Economic Theory. This author argues that the regional development depends on the region's ability to generate new subsidiaries sectors from its agricultural production which has the potential to export.

After discussing this economic theory, we held the a economic diagnosis of Cachoeira do Sulm using data from the 1970s to the present time.

As a way to reverse the economic stagnation, it was developed by the major, in the year 2005, a project of industrialization. From that year it was invested approximately R\$88.000.000 using public and private resources. Using set of municipalities as the comparative basis, we intended to identify the impact of that project to reduce the economic stagnation in Cachoeira do Sul county.

Finally, we presented the capacity of that county to achieve the endogenous economic development.

**Keywords:** regional development, economic diagnosis, industrialization, endogenous potential.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	12
1.1 Teoria Econômica de Adam Smith.....	13
1.2 Teoria Econômica de Douglass North.....	17
1.2.1 Causas do Crescimento Regional.....	20
2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CACHOEIRA DO SUL.....	29
2.1 Constituição Econômica e Política de Cachoeira do Sul.....	29
2.2 Diagnóstico Econômico de Cachoeira do Sul.....	41
2.3 Estrutura Econômica de Cachoeira do Sul.....	48
3 AVALIAÇÃO DE UMA EXPERIÊNCIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO EM CACHOEIRA DO SUL.....	52
3.1 Resultados do Projeto de Industrialização de Cachoeira do Sul.....	60
3.1.1. Geração de Novos Postos de Trabalho.....	65
3.1.2 Estabelecimentos com Vínculo Empregatício.....	69
3.1.3 Arrecadação de ICMS.....	73
3.1.4 Índice de Retorno de ICMS.....	78
4 POTENCIALIDADES PARA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CACHOEIRA DO SUL.....	83
4.1 QL do Rebanho de Cachoeira do Sul.....	89
4.2 QL da Agricultura Temporária.....	89
4.3 QL da Agricultura Permanente.....	91
4.4 QL da Indústria de Transformação.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97
ANEXO .....	102

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como propósito avaliar se Cachoeira do Sul apresentou desenvolvimento econômico a partir do Projeto de Industrialização que aconteceu no período de 2005 até 2008, como uma política pública do Governo Municipal sob a luz da Teoria Econômica de Douglass North.

Este Projeto de Industrialização foi implantado a partir do desejo dos políticos e população local por novas empresas que gerassem novos postos de trabalho e conseqüente melhor qualidade de vida para a população municipal.

Sem dúvida, esta foi a proposta política que elegeu a administração responsável por este projeto. Porém todas as atividades realizadas com esta intenção nunca foram orientadas por um estudo econômico que apontasse caminhos para a sua realização ou desse um mínimo de garantia de sucesso. Desta forma, ao longo dos quatro anos, todos os recursos municipais foram direcionados para este projeto, relegando ao segundo plano questões como limpeza urbana, saúde, educação, segurança, etc.

Ao longo desta dissertação, veremos que este processo de estagnação do município iniciou por volta da década de 1970. Antes disto, Cachoeira do Sul constitui-se em uma referência para o Rio Grande do Sul. Desde o início da ocupação da então Província de São Pedro, a região onde hoje se localiza Cachoeira do Sul, foi um ponto de passagem obrigatório entre o leste e oeste da Província. Com o passar dos anos, fixaram-se na região colonos alemães que impulsionaram a economia que era baseada na pecuária, através do desenvolvimento da agricultura, especificamente da cultura do arroz.

Cachoeira do Sul ganhou destaque econômico quando – no início do século XX – inovou na mecanização da lavoura de arroz. Esta inovação permitiu um crescimento econômico que avançou por longas décadas.

A partir da segunda metade do século XX, o município começou a perder sua pujança econômica. Perdeu território pelas emancipações, perdendo população e renda, teve reduzido seu poder de articulação política, perdeu estradas e praticamente isolou-se do restante do Estado.

Esta nova situação econômica abalou a auto-estima da população que passou a pedir incentivos para a atração de empresas. Este foi o foco do Projeto de Industrialização do Município.

As questões que se levantam a partir do exposto acima e que são o foco de atenção deste estudo são: por que o município entrou na fase de estagnação que se prolonga por cinco décadas? Qual(is) o(s) principais fator(es) econômico que ocasionam esta situação? O Projeto de Industrialização implantado pela Prefeitura Municipal entre 2005 e 2008 será capaz de reverter esta situação? Este projeto é sustentável em longo prazo sob o ponto de vista da Teoria Econômica de Douglass North?

Portanto, o objetivo central desta dissertação foi investigar o processo de desenvolvimento econômico histórico do município de Cachoeira do Sul e explicar a estagnação que se impõe a partir da década de 1970. Para tanto, avaliamos o desenvolvimento econômico de Cachoeira do Sul à luz da Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional de Douglass North, questionando as possibilidades de desenvolvimento sustentável a partir do Projeto de Industrialização ocorrido no período 2005-2008. Estas questões foram abordadas a partir dos capítulos 1 e 2 desta dissertação.

Os objetivos específicos para alcançar esta proposta começam por descrever, sistematizar e analisar a história econômica de Cachoeira do Sul onde são levantados dados sociais e econômicos que permitem visualizar o período de crescimento que aconteceu até 1970 e o período de estagnação após esta dada até a implantação do Projeto de Industrialização em 2005.

Todo o processo de desenvolvimento econômico do município foi descrito à luz da teoria econômica de Douglass North, constituindo-se este o segundo objetivo específico do estudo. Depois foi feita a avaliação do Projeto de Industrialização para entender se as ações implantadas enfrentam os problemas do desenvolvimento (queda da renda absoluta e per capita, redução da população, etc.). Esta avaliação foi feita através de quatro indicadores econômicos onde se compara o município de Cachoeira do Sul com outros nove municípios com perfil econômico ou história semelhante. Esta comparação permitirá saber se Cachoeira do Sul obteve evolução nos indicadores por mérito do Projeto implantado.

Quanto à justificativa deste estudo, considerando-se que Cachoeira do Sul foi a sétima cidade no ranking populacional do Estado do Rio Grande do Sul, em 1970, e após 37 anos (em 2007) está na vigésima primeira colocação, sendo que o crescimento negativo populacional pode ser reflexo do retrocesso econômico, observa-se um motivo relevante para pesquisar as causas da estagnação econômica e avaliar se houve retomada a partir do Projeto de Industrialização.

Esta situação caracteriza-se como atípica e merecedora de um estudo que demonstre se os investimentos realizados reverterão a situação econômica municipal. Porém esta questão só começou a ser respondida a partir do estudo do desenvolvimento histórico do município quando foi possível conhecer as variáveis que fundamentam a sua dinâmica econômica.

Outro aspecto relevante do estudo aqui apresentado está no fato de que a literatura existente sobre o município possui cunho histórico e sociológico (Schuh e Carlos; 1997 e Selbach; 2007), mas nenhum trabalho realizado focou especificamente a economia. Justifica-se, então, a importância desta pesquisa com o argumento de que a investigação histórica do desenvolvimento econômico de Cachoeira do Sul nunca foi realizada de forma científica e estudar as ações realizadas e os resultados obtidos, sob a luz da Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional de Douglass North, é fundamental para identificar os mecanismos do desenvolvimento econômico atual do município e que servirão de base para formação de novas políticas públicas para o desenvolvimento econômico do município.

Além disto, acredita-se que este estudo possa ajudar a entender a importância do Projeto de Industrialização de Cachoeira do Sul e avaliar a sua sustentabilidade dentro do contexto histórico do município de forma que justifique os investimentos realizados que –

segundo estimativas da SMIC – foram de aproximadamente R\$ 88 milhões de reais entre investimentos públicos e privados que deram origem a aproximadamente 1.250 novos postos de trabalho e projeta para ano de 2011 uma receita bruta total das empresas incentivadas de aproximadamente 800 milhões de reais.

Por último, presume-se que o estudo possa servir de fonte de pesquisa para que outras regiões em situação semelhante possam basear-se para elaborar e implantar um plano de retomada do desenvolvimento econômico.

Quanto à metodologia o presente estudo se constituiu numa pesquisa descritiva bibliográfica e documental com fontes históricas levantadas junto ao Arquivo Histórico do Município, Biblioteca Municipal e Museu Municipal de Cachoeira do Sul e realizada à luz da Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional de Douglass North e seus seguidores. Além disto, também serviram de subsídio para este trabalho, reportagens publicadas nos jornais de Cachoeira do Sul.

A dissertação está dividida em 4 capítulos. Sendo que no primeiro deles é apresentado o referencial teórico com as Teorias Econômicas de Adam Smith e Douglass North.

O segundo capítulo traz a história econômica da constituição de Cachoeira do Sul e o diagnóstico econômico a partir de 1970 demonstrando as causas da queda/estagnação do município. O terceiro capítulo apresenta o Projeto de Industrialização que foi principal política pública implantada pela Prefeitura Municipal como forma de combater a queda. Neste mesmo capítulo são demonstrados indicadores para uma base comparativa de dez municípios o que permite concluir sobre a efetividade deste projeto.

Finalmente, o quarto capítulo, discorre sobre as perspectivas para o desenvolvimento econômico de Cachoeira do Sul através da Teoria do Quociente Locacional que indicam quais são os potenciais endógenos do município.

## 1 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O estudo do desenvolvimento regional tem como um de seus eixos o estudo das diversas correntes do pensamento econômico. Porém, entre as tantas correntes existentes, a aplicação teórica deve ser feita criteriosamente para que exista o correto relacionamento entre os princípios da teoria estudada e o caso empírico.

A pesquisa que se apresenta, focada na questão da estagnação do desenvolvimento econômico do município de Cachoeira do Sul, busca esta adequação teórica na proposição de Douglass North, especificamente nos textos publicados em 1955 – Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional publicado no *Journal of Political Economy* – e em 1959 – A Agricultura no Crescimento Econômico Regional publicado no *Journal of Farm Economics*. Ambos os textos foram publicados no Brasil em 1977 em SCHWATZMAN J. (Org). *Economia Regional: textos escolhidos*.

Apesar da importância do texto de North, para Paiva (2007) existe uma insuficiente determinação teórico-analítica do seu modelo de desenvolvimento o que o faz demonstrar em seus artigos que North deita suas raízes nas contribuições mais originais de Adam Smith acerca do tema do desenvolvimento e toma como referencial privilegiado os modelos de crescimento com base na demanda efetiva. Em seguida, Paiva conclui que:

“o modelo de desenvolvimento deste autor é parte importante de uma ampla e ramificada família de modelos heterodoxos, onde se sobressaem as contribuições de Rosa Luxemburgo, Michael Kalecki, Celso Furtado e João Manuel Cardoso de Melo” (Paiva, 2007; p. 3).

O próprio North reconhece a ligação da sua teoria com Adam Smith ao escrever que:

“O argumento pode ser defendido, grosso modo, da seguinte maneira: 1) a especialização e a divisão do trabalho constituem os fatores mais importantes da

expansão inicial das regiões; 2) a produção de bens para a venda fora da região induz essa especialização; e 3) o engajamento na economia internacional (ou na nacional, no caso de algumas regiões dos Estados Unidos) nos últimos dois séculos tem sido o caminho, através do qual várias regiões e nações têm alcançado o desenvolvimento econômico. Naturalmente, este é o argumento clássico de Adam Smith, recentemente reformulado de forma sucinta no título de um artigo de George Stigler, ‘*The division of labor is limited by the extent of the market*’. (North, 1959, p. 334)

Sobre o fato de North reivindicar-se do argumento clássico de Adam Smith, Paiva (2007) afirma que desta forma o autor reconhece a dimensão universal do seu próprio modelo. Portanto, nos utilizaremos da importância da teoria econômica de Douglas North para investigar o desenvolvimento econômico histórico do município de Cachoeira do Sul e levantar os principais pontos que explicam o fraco desempenho econômico do município sugerindo possibilidades para o seu desenvolvimento econômico sustentável. Portanto, para entender o fundamento deste autor, partimos da Teoria de Adam Smith.

### **1.1 A Teoria Econômica de Adam Smith**

A Teoria Econômica de Adam Smith começa a ser estudada a partir do livro “*A Riqueza das Nações*”, que foi considerada uma das primeiras grandes obras da Economia, vindo a ser publicada em 1776. Este trabalho foi o resultado das pesquisas de Smith e das suas relações com outros teóricos importantes (como David Hume, François Quesnay, Voltaire, Edmund Burke, Samuel Johnson, Francis Hutcheson). Também foi resultado da sua atuação como Professor da Universidade de Glasgow.

Sobre a abordagem de Smith, Paiva (2004a) afirma que o autor é um teórico da transição para o capitalismo que centra a sua análise nos desdobramentos do desenvolvimento do pólo motor daquele processo – a Inglaterra - sobre as regiões e/ou nações originalmente polarizadas por aquele processo – como a Escócia. Isto faria de sua obra uma “investigação sobre a natureza e as causas do desenvolvimento mercantil em regiões em transição desigual e combinada para o capitalismo” (Paiva, 2004a, p.1)

No capítulo I de *A Riqueza das Nações*, Smith (1983) argumenta que o maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido

resultado da divisão do trabalho. E, exemplifica com o caso de uma “manufatura muito pequena, mas na qual a divisão do trabalho muitas vezes tem sido notada: a fabricação de alfinetes”. Nesta fábrica, continua Smith, dificilmente um operário não treinado, nem familiarizado com o processo, conseguiria fabricar um único alfinete. Porém, da forma como descrita pelo autor, 10 pessoas conseguiriam produzir entre elas mais do que 48 mil alfinetes por dia e esta situação deve-se a adequada divisão do trabalho e combinação de suas diferentes operações (SMITH, 1983, p. 41-42).

Paiva (2004a) escreve que a compreensão do fato de que na teoria de Smith o progresso técnico subordina o “aprender” ao “fazer” é central para que se entenda que o progresso técnico não é, nem o motor, nem o gargalo do desenvolvimento em Smith. Mas na medida em que o “aprender” se desdobra do “fazer especializado”, o desenvolvimento passa a se subordinar ao binômio produção/especialização<sup>1</sup>.

Para melhor explicar esta argumentação, Paiva (2004a) sistematiza a teoria do desenvolvimento de Smith considerando que em uma dada economia, é produzido um bem estocável muito embora seus componentes não o sejam. O autor afirma que o ponto de partida para o entendimento da teoria de Smith é o fato de que a quantidade do produto acabado é uma função da produtividade do trabalho e da população ocupada para a realização das atividades.

Para Smith (1983, p. 35-36) as diferenças mais notáveis no produto total e per capita das nações e regiões são explicadas por diferenças na produtividade do trabalho, o que o leva a privilegiar a investigação dos determinantes da produtividade. A divisão do trabalho, (Smith, 1983, p. 42) na medida em que pode ser introduzida, gera, em cada ofício, um aumento proporcional das forças produtivas do trabalho. A diferenciação das ocupações e empregos parece haver-se efetuado em decorrência dessa vantagem. Essa diferenciação, aliás, geralmente atinge o máximo nos países (e regiões) que se caracterizam pelo mais alto grau da evolução, no tocante ao trabalho e aprimoramento; o que, em uma sociedade em estágio primitivo, é o trabalho de uma única pessoa, é o de várias em uma sociedade mais evoluída.

---

<sup>1</sup> Maior detalhamento em Paiva 2004a.

Smith explica que o aumento da quantidade do trabalho como consequência da divisão (do trabalho), é devido a três circunstâncias: maior destreza em cada trabalhador; a poupança daquele tempo que seria perdido ao passar de uma atividade para a outra; e à invenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho.

Sobre o aumento da destreza, entende o autor que a redução da atividade de cada pessoa a uma operação simples, necessariamente aumentará muito a habilidade desta pessoa no que é entendido como a sua única atividade, aumentando a rapidez com a qual as operações são executadas.

Com relação a redução do tempo de preparação de máquinas e equipamentos, Smith diz que

“a vantagem que se auferia economizando o tempo que geralmente se perderia no passar de um tipo de trabalho para o outro é muito maior do que à primeira vista poderíamos imaginar. É impossível passar com uma rapidez de um tipo de trabalho para outro, porque este é executado em lugar diferente e com ferramentas muito diversas. [...] Se os dois trabalhos puderem ser executados no mesmo local, certamente a perda de tempo é muito menor. Mas, mesmo neste caso, ela ainda é muito considerável. (SMITH, 1983, p. 44)”

A utilização de máquinas adequadas facilita e abrevia a realização das tarefas que – segundo Smith – parecem ter a sua origem na divisão do trabalho. Especialmente neste item o autor argumenta que:

“grande parte das máquinas utilizadas nas manufaturas em que o trabalho está mais subdividido constitui originalmente invenções de operários comuns, os quais, com naturalidade se preocupavam em concentrar sua atenção na procura de métodos para executar sua função com maior facilidade e rapidez, estando cada um deles empregado em alguma operação muito simples.” (SMITH, 1983, p. 45)

Smith (1983, p. 45) para ilustrar este aspecto da divisão do trabalho, cita o caso do rapaz que para poupar-se do trabalho, instalou um barbante a partir da alavanca da válvula que abria e fechava a comunicação existente entre a caldeira e o cilindro das primeiras bombas de incêndio, conseguindo desta maneira ter mais tempo para brincar com seus companheiros.

Em seguida Smith sustenta que muitos dos engenhos dos fabricantes de máquinas passaram a ser uma profissão específica e com o progresso da sociedade, a filosofia ou a

pesquisa torna-se, como qualquer ofício, a ocupação principal ou exclusiva de uma categoria específica de pessoas.

Da Teoria de Smith salienta-se a importância de debater os termos especialização e diversificação que Paiva (2006a) afirma ser um grave erro o de associarem-se os termos especialização e monocultura por ser este um entendimento limitado da categoria “especialização”. Segundo o autor, é preciso negar e dialetizar a oposição simples entre especialização e diversificação. Ou seja, segundo o autor, as economias desenvolvidas tendem à multiespecialização, em contraposição às economias estagnadas e excluídas da divisão inter-regional do trabalho, que tendem à diversificação autárquica, e às economias satelizadas, que tendem à mono especialização. E Paiva conclui afirmando que a especialização não é apenas funcional ao desenvolvimento regional, mas que é o ponto de partida necessário (ainda que tenda a ser negada ao longo) do mesmo.

Paiva (2006a) escreve que desde Adam Smith, a especialização de uma região em um ou mais segmentos produtivos é uma condição necessária (ainda que insuficiente) de desenvolvimento e – que independente das críticas e contribuições levantadas por diversos autores e instituições acerca da teoria smithiana – sua teoria estrutura-se em três partes: (a) vantagens da produtividade em escalas superiores, (b) produção em larga escala transcende às necessidades do mercado interno, e (c) a troca entre as comunidades especializadas em distintas mercadorias é benéfica a ambas.

Especializar-se, segundo Paiva (2006a), é conquistar competências específicas, o que significa conquistar novos patamares de domínio do geral com vistas à consecução de fins específicos. Segundo o autor, é um fato já consagrado na literatura econômica que as regiões desenvolvidas são aquelas que contam com amplo e diversificado segmento produtor de bens básicos e não básicos<sup>2</sup>. Em suas palavras:

“North (1959) é o primeiro a reconhecer que a medida da eficácia da produção básica para o desenvolvimento regional é a emergência e a consolidação de um amplo e diversificado segmento produtor de bens não básicos [ ] (onde) as demandas de insumos e bens finais, associadas ao desenvolvimento regional da produção de bens básicos e não básicos devem conduzir a uma crescente diversificação da produção agropecuária, industrial e de serviços, o que se traduzirá na diversificação e na urbanização da pauta de exportação regional.” (PAIVA, 2006, p. 91)

---

<sup>2</sup> Para Douglass North, bens básicos são produtos exportáveis enquanto que os bens não-básicos estão voltados ao consumo interno.

A citada diversificação da produção agropecuária, industrial e de serviços que se traduzirá na diversificação e na urbanização da pauta de exportação regional é o ponto culminante da teoria de Adam Smith, reescrita por Douglass North e considerada como o fator chave para que o desenvolvimento de uma região periférica possa alcançar o padrão de uma economia mercantil diversificada.

A nossa análise do desenvolvimento econômico é subsidiada pela teoria de Adam Smith, que prega a especialização e a divisão de tarefas para aumentar a produção de bens e pela Teoria da Exportação de Douglass North, que se preocupa em como a região irá desenvolver a sua indústria a partir da gestão sustentável dos seus recursos naturais de forma que promova o aumento da renda de sua população. Por isto, a seção seguinte tratará da Teoria Econômica de Douglass North.

## **1.2 Teoria Econômica de Douglass North**

Douglass North contesta a Teoria dos Estágios na época defendida por teóricos econômicos como August Lösch e Hoover & Fisher (North, 1955, p. 293). Naquele modelo de desenvolvimento os seus defensores afirmam que existe uma seqüência normal de estágios pelos quais todas as regiões desenvolvidas passaram. Esta seqüência inicia por uma fase de economia de subsistência com poucos investimentos em comércio; avançam para uma economia com pequenos comércios e especialização local; após inicia-se um período de comercializações inter-regionais que obriga a região a diversificar sua produção através de uma sucessão de culturas agrícolas; partindo – no quarto estágio – para a industrialização caracterizada por dois sub-estágios de desenvolvimento industrial, a saber: industrialização de produtos agrícolas e as indústrias subsidiárias que terão um melhor desenvolvimento se forem atendidas por um abundante e barato fornecimento de energia elétrica. No quinto estágio do desenvolvimento regional, a região se caracteriza por atividades terciárias, produzindo para a exportação.

Como dito anteriormente, North contrapõe estas teorias afirmando que:

“1) Estes estágios apresentam pouca semelhança com o desenvolvimento real das regiões. Não são capazes, sobretudo, de fornecer qualquer indicação sobre as causas do crescimento e da mudança. Uma teoria do crescimento econômico regional

deveria, claramente, concentrar-se nos fatores críticos que promovem ou impedem o desenvolvimento; 2) Além disso, se desejamos um modelo normativo de como as regiões deveriam crescer, com o objetivo de analisar as causas da estagnação ou decadência, então, essa seqüência de estágios é de pouca utilidade e de fato esmagadora, pela ênfase que coloca na necessidade da industrialização (e nas dificuldades de promovê-la).” (NORTH, 1955; p. 294/295).

North (1955) afirma que aquele modelo de desenvolvimento não aconteceu nos Estados Unidos porque o país foi colonizado com evidentes interesses capitalistas e o objetivo básico era explorar a terra e seus recursos com o fim de produzir bens que pudessem ser comercializados “fora” e se transformassem em renda monetária e – continua o autor – se existiu alguma região nova dos Estados Unidos, que teve somente a economia de subsistência é porque houve deficiência nos meios de transporte que obrigaram a esta atividade. De qualquer forma, a suposta deficiência de transporte, era imediatamente corrigida pelos esforços coordenados dos colonizadores.

Com a sua crítica à Teoria dos Estágios, ilustrada pelo desenvolvimento da região Noroeste dos Estados Unidos, North conclui que:

“Não tem nenhuma semelhança com a teoria do crescimento econômico regional. Não encontramos aí a evolução gradual a partir da economia de subsistência. Pelo contrário, todo desenvolvimento da região dependeu desde o início, de sua capacidade de produzir artigos exportáveis.” (NORTH, 1955; p. 297)

Para confirmar sua posição, Douglass North (1955), vale-se do trabalho de Harold Innis, sobre o crescimento da economia do Canadá, que afirma tê-lo convencido “da importância crucial dos produtos primários exportáveis na configuração das novas economias”. A partir deste entendimento, Douglass North passa a defender que a economia de uma dada região se desenvolve a partir de um ou mais produtos primários, que irão alavancar o desenvolvimento de praticamente todos os outros produtos e setores econômicos. Para o autor, estes produtos de exportação podem incluir produtos (itens individuais) dos setores secundários e terciários<sup>3</sup>.

A partir deste contexto, North começa a apresentar sua teoria econômica, da seguinte forma:

---

<sup>3</sup> North distingue os itens individuais produzidos em uma região tratando-os por “Produtos de Exportação” dos coletivos, ou seja, todos os produtos exportáveis de uma região por “Base de Exportação”.

“O procedimento típico dos colonizadores das regiões pioneiras era a experimentação de várias culturas diferentes, até que se determinasse a economicamente viável. O sucesso de uma atividade na produção de artigos de exportação pode ser compreendido pelos princípios da teoria da localização. O desenvolvimento de um artigo de exportação refletia uma vantagem comparativa nos custos relativos de produção, incluindo custos de transferência. Os custos relativos de distribuição serviram para limitar a extensão do mercado exportador. Do ponto de vista da região, a demanda pelo artigo de exportação era um fator exógeno, mas tanto o processamento como os custos de transferência não o eram.” (NORTH, 1955; p. 299)

Este padrão citado por North é verificado também no município de Cachoeira do Sul, objeto de nosso estudo, onde durante o período da colonização alemã foram testadas várias culturas até que houve o desenvolvimento do sistema de irrigação do arroz e este despontou em rentabilidade tornando-se a opção dos colonizadores conforme já foi citado na introdução deste trabalho (Schuh e Carlos, 1997:183 e Selbach, 2007, p. 114).

O comportamento dos colonizadores alemães propiciou o crescimento econômico, populacional e da infra-estrutura de Cachoeira do Sul, fato este que para North é o ponto de partida para o desenvolvimento, isto é:

“a produção, desde o início da colonização, de artigos com potencial para a exportação e que à medida que as regiões cresciam em torno de sua base de exportação, desenvolviam-se as economias externas, o que melhora a posição do custo competitivo de seus artigos de exportação.” (NORTH, 1955, p. 300)

O autor inicia a descrição do modo de crescimento das regiões citando a importância do “Quociente de Localização” e afirmando que as indústrias que produzem para exportação apresentam valores muito acima de 1,0<sup>4</sup>. Este é um referencial importante da Teoria de North que ajuda a entender a importância atribuída aos produtos primários que, segundo o autor, são “vitais na determinação do nível de renda absoluta e per capita de uma região [...] porque através deles as mudanças do nível de renda de outras regiões se fazem sentir na economia-objeto.” (NORTH, 1955; p. 302)

---

<sup>4</sup> Quociente de Localização, citado por North (1955) como tendo sido desenvolvido por Hildebrand e Mace, compara a concentração de emprego de uma determinada indústria em uma área com a outra área. É o equivalente de uma fração, cujo numerador é o emprego em uma dada indústria da economia-objeto, relativo ao emprego total da economia-objeto e cujo denominador é o emprego em uma dada indústria da economia de referência, relativo ao emprego total da economia de referência. *A priori*, a localização de 1,00 não significa que a especialização relativa da economia-objeto, seja maior do que a da economia de referência, em relação à uma determinada indústria. Em cada indústria, os valores que estejam muito abaixo de 1,00 indicam uma especialização relativa muito maior na economia de referência. Estiverem bem acima de 1,00, esses valores indicam especialização relativa muito maior na economia-objeto (North 1955; p. 301)

### 1.2.1 Causas do Crescimento Regional

Douglass North, convencido do importante papel das exportações dos produtos primários como fonte do crescimento econômico das regiões, busca responder se é mesmo importante à industrialização para o crescimento, sendo que este tem sido um dos paradigmas do desenvolvimento econômico juntamente com o fato de que a industrialização é um estágio difícil de ser alcançado.

A crença de que a industrialização é um fator primordial para o crescimento sustentado das regiões, segundo North, baseia-se em algumas incompreensões fundamentais, sendo a de maior relevância o fato de que a mudança do nível de emprego dos setores extrativistas para os setores manufatureiros é a forma de manter um crescimento sustentado, quando os rendimentos provenientes dos setores primários não forem suficientes para manter a renda da população.

North discorda em parte desta última afirmação e justifica da seguinte forma:

“Um estado [federado, ou uma região dos EUA] cuja base de exportação consiste principalmente, de produtos agrícolas pode ter uma porcentagem baixa de sua força de trabalho na atividade primária e uma alta porcentagem, nas ocupações terciárias, e *ainda* ser basicamente dependente da agricultura, em razão da alta taxa de renda per capita que esta possui. São os produtos agrícolas de exportação que fornecem a alta renda que permite ao estado sustentar um alto nível de serviços. Num caso como esse as atividades secundárias e terciárias são “locais” e somente podem sobreviver em razão do sucesso da base de exportação. [ ] nesta situação, uma variação percentual do emprego do setor primário para os setores secundário e terciário não reflete, necessariamente uma mudança de dependência da agricultura para dependência de manufatura e serviços. Ao contrário, pode significar o simples fato de que os fazendeiros estão recebendo altas rendas por suas culturas agrícolas e, assim, compram mais bens e serviços das indústrias locais.” (NORTH, 1955, p. 306)

Para North (1955, p. 306) o sucesso do produto primário com potencial exportador se refletirá no aumento das rendas absolutas e per capita como já citadas e este sucesso provocará o surgimento de indústrias secundárias que se desenvolverão automaticamente.

O autor destaca três tipos de indústrias diferentes que surgirão a partir do aumento da renda provocada pelo sucesso comercial do produto primário exportador.

Em primeiro lugar serão constituídos indústrias e serviços voltados ao processamento das matérias primas de exportação e sua comercialização. Estas, no caso pesquisado do município de Cachoeira do Sul, são as arroteiras e as transportadoras que se instalaram devido a vantagem do custo de transferência dos produtos e são basicamente parte da base de exportação regional.

O segundo tipo de indústria terá perfil de prestadora de serviços e para atender as necessidades dos empreendimentos exportadores, e no caso de Cachoeira do Sul caracteriza-se pelo setor metal-mecânico que se desenvolveu a partir das lavouras de arroz desde a necessidade da criação de motobombas o que propiciou o desenvolvimento das lavouras irrigadas, até prestadoras de serviços responsáveis pela manutenção da frota e equipamentos necessários às lavouras além da multiplicação de postos de combustíveis, abertura de lojas de produtos agropecuários, agências bancárias e outros estabelecimentos.

North ainda define o terceiro tipo de empresas – chamadas “sem-raízes”<sup>5</sup> – que são voltadas para o suprimento das necessidades da população local como, por exemplo, serviços de saúde, de educação, padarias, lanchonetes, bares, restaurantes.

Os três tipos possíveis de indústrias, segundo North, surgem e se desenvolvem sem problemas justamente por terem como base de sustentação os produtos naturais que alavancam a região e por fornecerem produtos e serviços relevantes para a população.

Segundo o autor, os problemas referentes à industrialização de determinada região não se relacionam ao surgimento de empresas dos tipos acima citados, pois estas são criadas naturalmente, mas, as dificuldades surgem quando são instaladas na região indústrias inadequadas e que podem ser mantidas apenas sob condições de estufa (North, 1955, p. 307).

Entende-se que a condição de estufa seja a concessão de incentivos públicos que permitam a instalação e manutenção da indústria na região que lhe era estranha ou, dito de outra forma, na região que não possui domínio da tecnologia necessária, mão-de-obra qualificada, recursos financeiros e materiais pertinentes à empresa instalada e que, para suprir estas carências, são necessários altos investimentos públicos e privados.

---

<sup>5</sup> As empresas “Sem-raízes” não servem necessariamente ao atendimento de necessidades locais. Elas simplesmente se alocam em qualquer parte independente dos custos de transferência.

North, após citar os tipos de empresas e as condições para o seu surgimento, questiona: “quanto e que tipo de indústrias necessita possuir uma região para ser chamada de industrializada?”. Para responder esta questão North cita o exemplo de estados americanos de Oregon, Washington e Califórnia onde os dois últimos – a despeito da dependência especializada da indústria madeireira de Oregon – possuem uma variedade de empresas manufatureiras. Portanto, para o autor, existe uma tendência de que industrializadas são regiões ligadas ao aço e as indústrias de bens de capital. Todavia, “um conceito de industrialização mais útil para os nossos propósitos é o de uma região, cuja base de exportação consiste, principalmente, de bens de consumo finais e/ou bens manufaturados intermediários”. (NORTH, 1959, p. 308)

Assim, North conclui que:

“(1) Não existe razão porque todas as regiões devam se industrializar para continuar a crescer. (2) Uma grande quantidade de indústria secundária (e terciária) se desenvolverá automaticamente, seja por causa das vantagens locais da indústria orientada para as matérias-primas, seja como um reflexo passivo do crescimento da renda da região, resultante do sucesso de seus produtos de exportação.” (NORTH, 1955, p. 308)

A figura 1 resume as causas do crescimento regional segundo North.

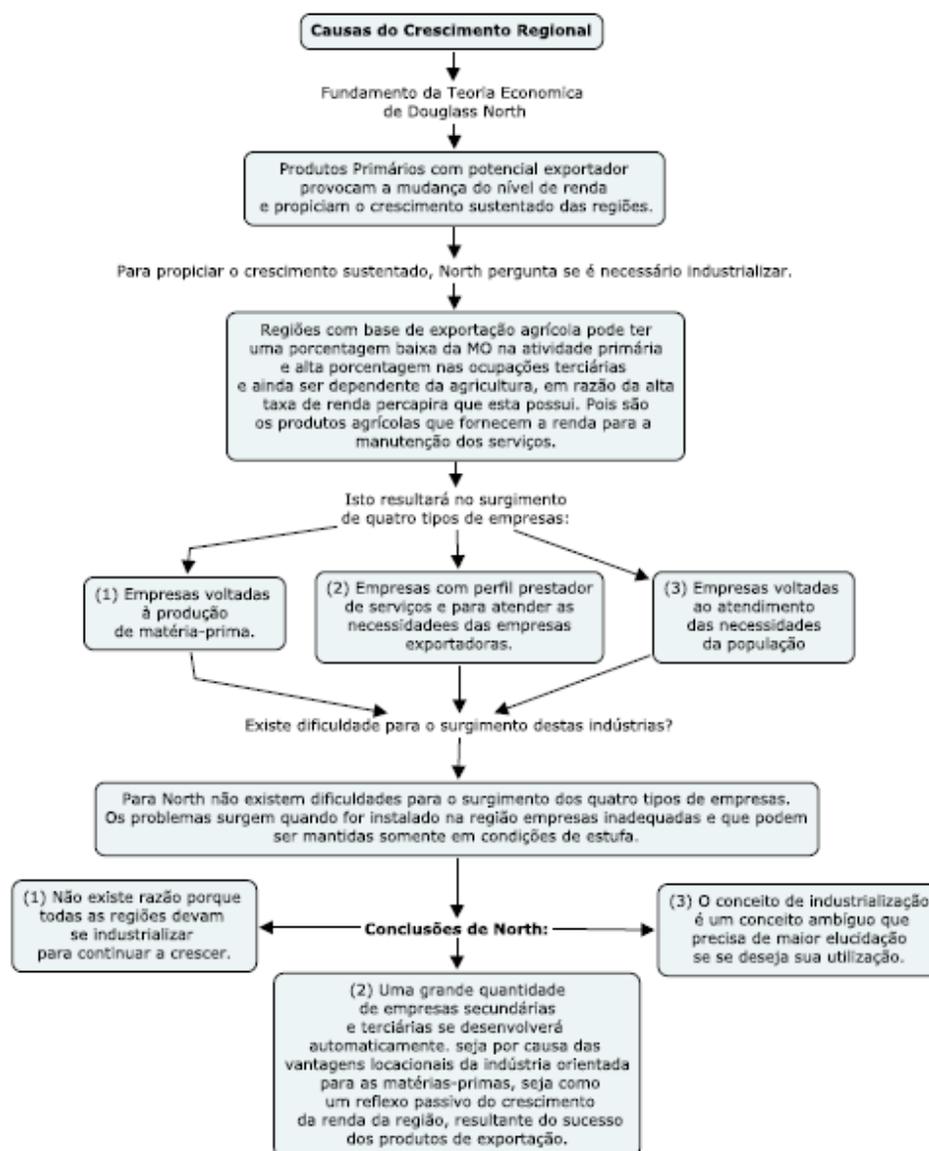


FIGURA 1 – Causas do Crescimento Regional

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de North, 1955.

Assim, se os produtos primários com potencial exportador são fundamentais para o aumento da renda absoluta e per capita da região e este aumento propiciará o surgimento de empresas secundárias e terciárias, reduzindo a necessidade de empresas em situação de estufa, precisamos examinar as razões do crescimento, declínio e mudança dos produtos exportáveis. Para isto, tomamos como referência o artigo escrito em 1959 por Douglass North intitulado “*Agriculture in Regional Economic Growth*”, onde o autor inicia afirmando que:

“... meu argumento original [do trabalho de 1955] estava incompleto. A expansão de um setor de exportação é condição necessária, mas não suficiente para o crescimento regional. (NORTH, 1955. p. 335)

Então, North (1959, p. 336) questiona, “por que uma área permanece presa a um único produto básico de exportação, enquanto outra diversifica sua produção e se torna uma região industrializada e urbanizada?”

A resposta para esta questão provém do fato que se a região articular-se somente a partir de um produto básico e este induzir a um processo limitado de diversificação seus rendimentos irão estagnar ou decrescer devido à limitação da divisão do trabalho. Esta situação – para Douglass North – tem três fundamentos:

“a) na dotação de recursos naturais da região (a um dado nível de tecnologia), b) no caráter da indústria de exportação, c) nas mudanças tecnológicas e nos custos de transferências.” (NORTH, 1959, p. 336)

Relativamente aos recursos naturais da região, entende o autor que este é o ponto principal para a determinação do grau de diversificação agropecuária das regiões. Se estes recursos forem excepcionalmente favoráveis à produção de um único bem e a demanda pelo mesmo for expressiva e crescente a região não será estimulada a diversificar suas atividades primárias. Este parece ser o caso de Cachoeira do Sul – e boa parte dos municípios nas várzeas do Rio Jacuí, que conta com terras facilmente irrigáveis e, portanto, particularmente propícias à cultura do arroz.

O segundo fator para a estagnação relativa de um território, segundo North, é o que ele chama de “caráter da indústria de exportação”. Na realidade, nesta categoria o autor inclui um amplo espectro de variáveis que, de fato, estão no centro de sua teoria dos diferenciais de potencial de alavancagem das distintas bases exportadoras primárias. O primeiro elemento deste “caráter” seria o grau de beneficiamento **local** que o produto solicita antes de ser exportado. Para que se entenda este ponto vale uma comparação entre a Serra italiana e a várzea do Rio Pardo, ambos no Rio Grande do Sul. Ambas as regiões, por características topográficas, são induzidas a uma espécie de mono-especialização inicial: a serra, cujas terras apresentam alta declividade e potencial de erosão, na única atividade de agricultura permanente relativamente adequada ao perfil edafoclimático do território – a videira. As várzeas de Cachoeira, na única cultura de consumo de massa cuja produtividade é

exponenciada pela irrigação – o arroz. Entretanto, estas duas culturas impõem desdobramentos/beneficiamentos a jusante e a montante muito distintas. Senão vejamos.

Não era possível, no final do século XIX, exportar a uva “in natura” para consumo fora da Serra. Seu beneficiamento – vale dizer, sua transformação em vinho – era impositivo. E este é um processamento relativamente complexo, que impõe o desenvolvimento, na região de um sistema industrial peculiar e altamente demandante de mão de obra. Mais do que isto: a produção de vinho – que se impõe como desdobramento **local** da opção pela viticultura – solicita todo um conjunto de insumos, barris, vasilhames, rolhas, cestas de proteção para os garrafões de vinho, depósitos com temperatura determinada, meios de transporte especiais, etc. – que passam a ser parcialmente produzidos na região para atender à demanda deste segmento que é um desdobramento necessário da base de exportação vitícola. Ou, para ir no ponto: não se pode falar em viticultura sem se falar, simultaneamente, em vinicultura. A produção do bem primário era indissociável – no período – de seu beneficiamento. E este envolvia processos e demandava insumos ainda mais complexos que a própria produção agrícola.

Diferente era – e é – o caso do arroz. O único beneficiamento que, **necessariamente**, tem que ser feito na região antes de seu envio para a região de consumo é a secagem. Mas mesmo que as empresas beneficiadoras encontrem vantagem em realizar todo o processo de beneficiamento no entorno da área produtora – secagem, descascamento, polimento, ensacamento – este processo é tão simples e tão curto que não gera uma demanda secundária de mão-de-obra e de insumos comparável à demanda primária (exercida na própria lavoura). Na verdade, a indústria do vinho é mais complexa do que a viticultura; mas a indústria do arroz é tão simples – ou, talvez, mesmo, mais simples – que a lavoura de arroz.

Igualmente importantes são dois outros fatores: o padrão/custo de transporte do bem exportado e sua rentabilidade. Quanto mais volumoso for o bem exportado – como é o caso dos produtos exportados “quase” in natura – maior o diferencial entre as cargas exportadas e as cargas importadas. Como os veículos – navios, caminhões, trens – têm necessariamente que retornar ao ponto de origem, se eles vêm semi-ociosos, o custo do frete de retorno cai, aumentando a competitividade do produto importado *vis-à-vis* o concorrente local. Entretanto, se a rentabilidade do produto exportado for relativamente baixa (como era o vinho serrano, que tinha de concorrer com os importados da Europa, de muito melhor qualidade), pequenos

diferenciais de preço entre importado e o produto local mantém o comprador de insumos fiel ao seu fornecedor regional (que, por sua vez, não tem interesse em migrar de volta para negócio vinícola, de rentabilidade baixa e oscilante). É fácil perceber que, também neste aspecto, Cachoeira do Sul (e o vale do Jacuí orizicultor) apresenta uma desvantagem em relação a Serra. Contando, desde o início da ocupação, com um sistema de transporte muito menos oneroso – dada a alternativa hidroviária, que, utilizada de fato, ou não, reduz o poder de precificação das transportadoras terrestres – e exportando um produto cujo beneficiamento impõem uma redução mínima de volume, os fretes para importação deveriam ser muito baixos. E como o negócio orizícola não se deparava, nem com a concorrência externa, nem com a concorrência de outros Estados (onde as vantagens da irrigação são muito menores), os sistemas produtivos tendiam a se perpetuar dentro dos mesmos limites estreitos de especialização.

Além da complexidade do processo produtivo, North (1959) cita outro importante fator relativo aos recursos naturais que é a extensão das propriedades rurais. Se estas propriedades forem basicamente formadas por grandes extensões de terra, ocuparão pouca mão-de-obra especializada e seus rendimentos ficarão concentrados entre poucos proprietários e famílias o que ocasionará uma distribuição de renda desigual e o consumo voltado aos bens de luxo adquiridos em outras regiões, ocasionando a evasão de renda para aquelas regiões.

Outro aspecto relevante das regiões com estrutura fundiária baseada em latifúndios refere-se à questão da educação. Os grandes proprietários das terras tenderão a investir na educação dos seus filhos buscando atender a necessidade de conhecimento para melhorar a *performance* dos seus negócios e, portanto, influenciando na educação disponível que se tornará focada somente nos conhecimentos necessários aos produtos básicos produzidos localmente (North, 1959. p. 337).

Desta situação, resultará que os conhecimentos que não forem vinculados a estes produtos, serão limitados, ou seja, haverá dificuldades ou resistências à implantação de novos cursos, novas tecnologias ou metodologias o que dificultará (novamente) o surgimento de novos profissionais e novos negócios, portanto, limitando a divisão e especialização de atividades que continuarão tendo que ser buscados fora da região o que favorece a evasão de recursos para outras regiões além de dificultar a criação de *know-how* da região.

Por outro lado, em regiões com boa distribuição de terras, a ocupação da mão-de-obra familiar produzirá uma distribuição da renda mais equânime e os investimentos em educação e pesquisa estarão destinados a atender demanda variada de toda a população o que propiciará conhecimentos e especializações diversos.

Continuando a discussão sobre a importância dos fatores produtivos para o desenvolvimento das regiões, North (1959) cita as mudanças tecnológicas e os custos de transferências como o terceiro fator fundamental para o crescimento das economias regionais. Sobre isto o autor argumenta que se houver vias de acesso que facilitem (ou reduzam os custos de transporte) estas regiões terão boas possibilidades de crescimento embora o produto possa sair *in natura* da região. Porém, se apesar das boas vias de acesso, o produto for beneficiado na região e este beneficiamento provocar a necessidade de novas empresas beneficiadoras ou prestadoras de serviços, o crescimento será ainda maior.

Concluindo a tese defendida no artigo de 1959, Douglass North afirma que:

“[...] desenvolvimento de uma indústria de exportação agrícola, bem sucedida, resultará em um aumento da renda da região e, sob condições favoráveis [ ] conduzirá a: (1) especialização e divisão do trabalho com a ampliação do mercado regional; (2) o crescimento dos serviços auxiliares e indústrias subsidiárias para produzir e comercializar eficientemente o produto de exportação; (3) o desenvolvimento de indústrias locais para servir ao consumo local, algumas das quais podem, conduzir à ampliação da base de exportação em consequência da expansão dos mercados e do desenvolvimento de economias externas associadas com a indústria de exportação; (4) Como uma consequência natural das condições acima, o crescimento das áreas e serviços urbanos; (5) Um investimento crescente na educação e na pesquisa para ampliar o potencial da região. Nessas circunstâncias, uma boa parte do desenvolvimento industrial ocorrerá naturalmente, como uma consequência das condições descritas acima. Na verdade, à medida que o mercado aumenta em tamanho, mais e mais firmas manufatureiras julgarão viável estabelecer filiais ali. Onde se observarem as condições desfavoráveis acima descritas, haverá lugar para uma política governamental efetiva destinada a modificá-las. A alteração do sistema de propriedades de terra (que, entretanto, não deve ser feito às expensas da produtividade) e a reorientação da despesa pública para pesquisa, tecnologia e educação, prenunciam a incidência de retornos muito generosos”. (NORTH, 1959, p. 341 e 342)

North, no último parágrafo do seu texto, deixa claro que “não se trata de uma questão de agricultura versus industrialização”, mas de orientar as regiões no alinhamento da sua base de produção primária de forma a atingir mercados potenciais através de produtos que provoquem a agregação de valor através do beneficiamento dos produtos na própria região.

A figura abaixo resume os principais pontos da Teoria Econômica de Douglass North exposta.

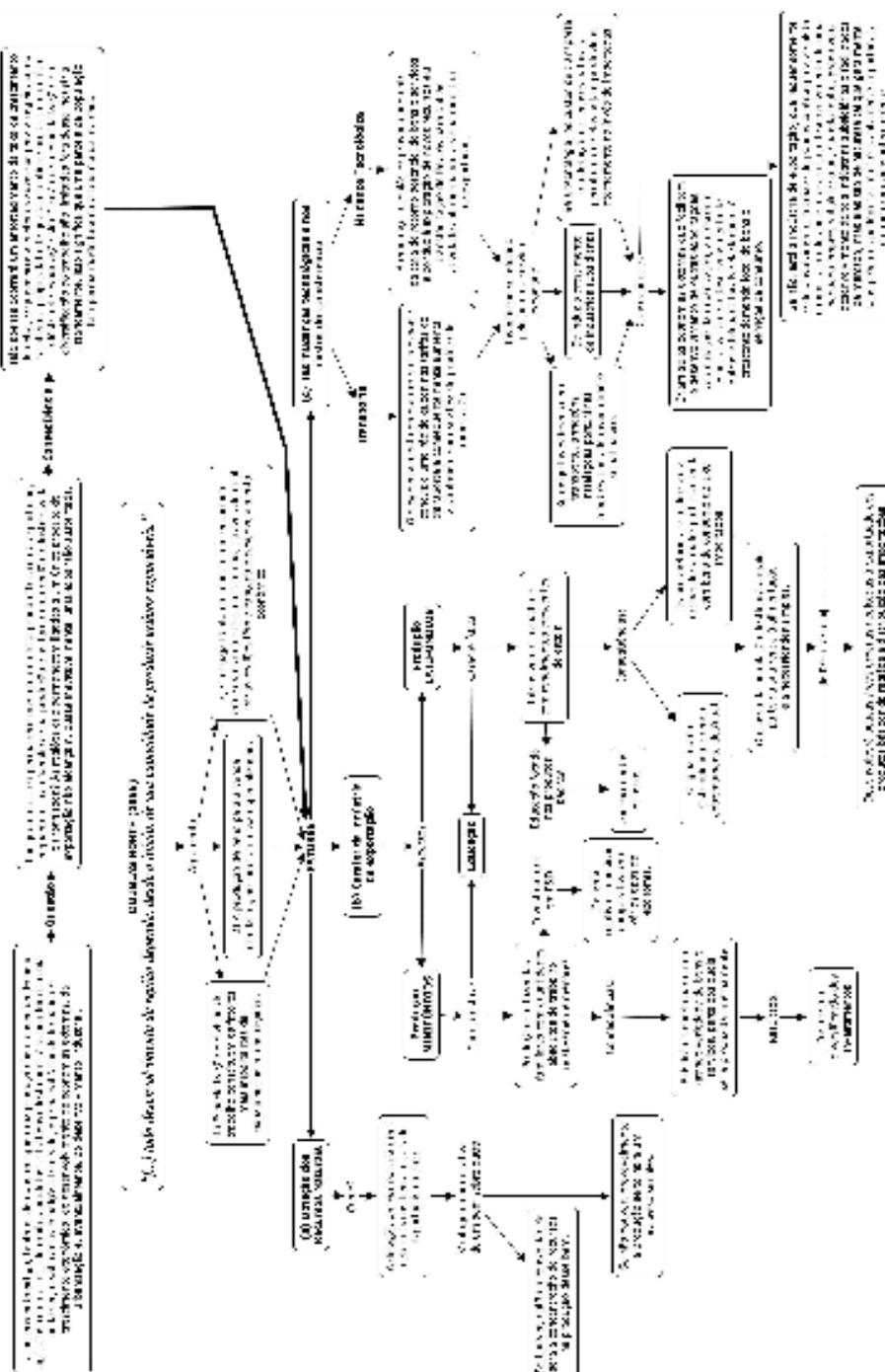


FIGURA 2 – Teoria Econômica de Douglass North.

Fonte: Elaborado pelo autor.

## **2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CACHOEIRA DO SUL**

### **2.1 Constituição Econômica e Política de Cachoeira do Sul**

A constituição do Município de Cachoeira do Sul data aproximadamente de 1750 quando foi iniciada a ocupação da região por militares portugueses enviados para demarcar as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madri, assinado entre Portugal e Espanha trocando as terras dos Sete Povos das Missões pela Colônia do Sacramento.

Alguns anos depois – em 1752 – chegaram os primeiros índios de origem tupi-guarani originados da região dos Sete Povos das Missões e resistentes à ordem de mudar para a Colônia do Sacramento. Uma das primeiras ações deste grupo de imigrantes foi a construção da Capela de São Nicolau que somente em 1779 foi elevada à categoria de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira.

Em 1759, uma guarda avançada formada por 110 soldados, estabeleceu-se nas margens do Rio Jacuí através da doação de sesmarias de terras, construindo neste local um depósito de armas e munições e dando origem à primeira comunidade que ficou conhecida como Aldeia.

Estes militares receberam como remuneração por ocupar as terras desabitadas, 13.000 hectares, cada um, que passaram a ocupar imediatamente, dedicando-se à pecuária, tendo em vista o fato do rebanho de gado xucro<sup>6</sup> ser abundante na região. Para Selbach (2007) esta região ficou conhecida como o ponto mais ocidental da Coroa Portuguesa na época.

---

<sup>6</sup> Gado que não foi domesticado e vive solto no campo.

Segundo Schuh e Carlos (1997), após a chegada dos militares que se instalaram no Passo do Fandango<sup>7</sup>, chegaram os açorianos – portugueses provenientes do arquipélago dos Açores – que foram os primeiros imigrantes a ocuparem a região onde hoje se encontra Cachoeira do Sul. Estes imigrantes vieram para povoar a região dos Sete Povos das Missões que ficariam desocupadas com a transferência dos índios Guaranis para o lado oriental do Rio Uruguai. Devido à demora da efetivação do Tratado de Madri estes imigrantes terminaram por ocupar diversas áreas do Estado, inclusive na região que hoje é Cachoeira do Sul onde cada casal recebeu 370 hectares de terra.

Em 1784, já contando com um número considerável de moradores e com uma economia local incipiente, foi realizado por ordem do Vice-rei, a “**Relação de Moradores que tem Campos e Animais neste Continente**”, constituindo-se oficialmente o primeiro registro dos habitantes e das propriedades da região. Neste levantamento foram localizados 239 registros de propriedades sendo que destes, 60<sup>8</sup> propriedades (25,10%) estavam localizadas no território de Cachoeira<sup>9</sup>. (Selbach, 2007)

As tabelas a seguir apresentam a distribuição das terras<sup>10</sup> e as especializações produtivas das propriedades a partir dos registros realizados na época.

---

<sup>7</sup> Ponto no Rio Jacuí onde ficava a queda d'água chamada “Passo do Fandango”. Na década de 60 foi construída a Ponte do Fandango.

<sup>8</sup> Dos 60 proprietários registrados na região, 52 ocupavam-se da criação de gado, o restante (8 proprietários) diversificavam suas atividades com produtos agrícolas. (Selbach, 2007).

<sup>9</sup> Segundo o Alvará de Criação do Município, o território de Cachoeira do Sul iniciava a partir da divisa com o município de Rio Pardo indo até as fronteiras com Argentina, Uruguai e Santa Catarina. (Alvará de Criação do Município, 1819).

<sup>10</sup> Segundo Ramos e Marino (2004) a subdivisão inicial do território do RS consiste nos chamados grandes e pequenos domínios, os quais se configuram em função da propriedade da terra. Especificamente o grande domínio (Economia Estancieira Primitiva, já extinta) surge a partir das primeiras décadas de 1700 e desenvolveu-se por motivos de ordem política, militar e econômica [...] Em suas relações de produção interna, relativamente à utilização de forças de trabalho e de investimento aparecem às figuras do estancieiro, do escravo e do peão. A remuneração se dava através da concessão de moradia, alimentação e um pouco de dinheiro, permitindo a reprodução de forças de trabalho com baixos custos e assegurando os laços de dependência do trabalhador produtivo com o estancieiro. [...] Nessa formação o padrão de investimento de capital e utilização de tecnologia eram praticamente nulos, tendo em vista que os meios de produção utilizados compunham-se de terra e do gado, que se encontravam à disposição, sem a necessidade de investimentos.

TABELA 1 – Extensão das propriedades localizadas da região de Cachoeira do Sul em 1784.

<b>Extensão das propriedades</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade de Propriedades Registradas</b>
Propriedades com extensão inferior a 1.090 hectares	<b>0,6%</b>	<b>04</b>
Propriedades com extensão entre 1.090 e 10.891 hectares	<b>38,4%</b>	<b>23</b>
Propriedades com extensão superior a 10.891 hectares	<b>61,0%</b>	<b>33</b>
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>60</b>

Fonte: Adaptado de Selbach (2007)

TABELA 2 – Distribuição da propriedade da terra em 1784 na região.

<b>Proprietários</b>	<b>Distribuição das propriedades</b>	<b>Classificação<sup>11</sup></b>
36,0% possuíam	61,0% das terras	Grandes proprietários
56,2% possuíam	38,4% das terras	Médios proprietários
7,8% possuíam	0,6% das terras	Pequenos proprietários

Fonte: Adaptado de Selbach (2007)

A partir destas duas tabelas é possível demonstrar que o sistema de produção estava baseado em grandes extensões de terra e a principal especialização produtiva era a criação de gado que seria abatido para “a produção de charque que garantiram, ao longo de todo este período, uma base de expansão mercantil e de integração econômica do território”. (Paiva, 2004c).

Schuh e Carlos contam que em princípios de 1800:

“a Freguesia de Nossa Senhora da Cachoeira entrou num período de crescimento demográfico, comercial e urbano. Contingentes oriundos das Guerras de Demarcação, instalaram-se na povoação; casas comerciais efetuaram transações com o mercado do centro, a cidade ganhou seu atual traçado, elaborado por José Saldanha (engenheiro e militar comandante da região das missões conquistadas) tendo a Praça da Igreja como ponto central.” (SCHUH e CARLOS, 1997, p. 20)

Neste período, além dos soldados e indígenas aculturados, a região tornou-se passagem obrigatória das tropas envolvidas nas guerras de demarcação e pôde desenvolver um grande comércio com a capital da província e com a capital da colônia. Este foi o motor propulsor que resultou no aumento da população e a sua elevação em 1819 à Vila Nova de São João da Cachoeira através do Alvará com força de lei assinado pelo Rei Dom João.

<sup>11</sup> A classificação de pequeno, médio ou grande proprietário é feita segundo os relatos históricos considerando a extensão da terra no período. Portanto, não corresponde aos módulos rurais atuais.

Eu El Rei Faço Saber aos que este Alvará com força de Lei virem: Que os moradores [...] Pedindo-Me [...] a Graça d'erigir em Vila a sobredita Freguesia, a qual sendo reputada uma Povoação considerável pelo número de seus habitantes, e tendo as vantagens de estar à margem do Rio Jacuí, que é navegável, e de abundar em boas águas, e matas, se achava nas circunstâncias de poder ser elevada àquela Graduação. O que sendo-Me ponderado em Consulta da Mesa do Meu Desembargo do Paço [...] Hei por bem criar uma Vila na sobredita Freguesia da Cachoeira com a denominação de Vila Nova de São João da Cachoeira. (Alvará de Fundação da Vila Nova de São João da Cachoeira, 1819).

O município foi o ponto de encontro entre o leste e o oeste, onde praticamente todos os caminhos obrigavam a passagem pela região. Possuía rios, campos, matas, estradas, pontes, e abrigava representantes da Coroa, do Exército e da Igreja. Era considerado o centro das atenções políticas, militares e religiosas da época atraindo todo o tipo de cuidado da Capital da Província e da Capital da Colônia.

O mapa seguinte ilustra os municípios existentes e o caminho percorrido na época onde inclusive foi construído um marco histórico conhecido ainda hoje como Ponte de Pedra, local de passagem obrigatória para entrar e sair da região naquele tempo.

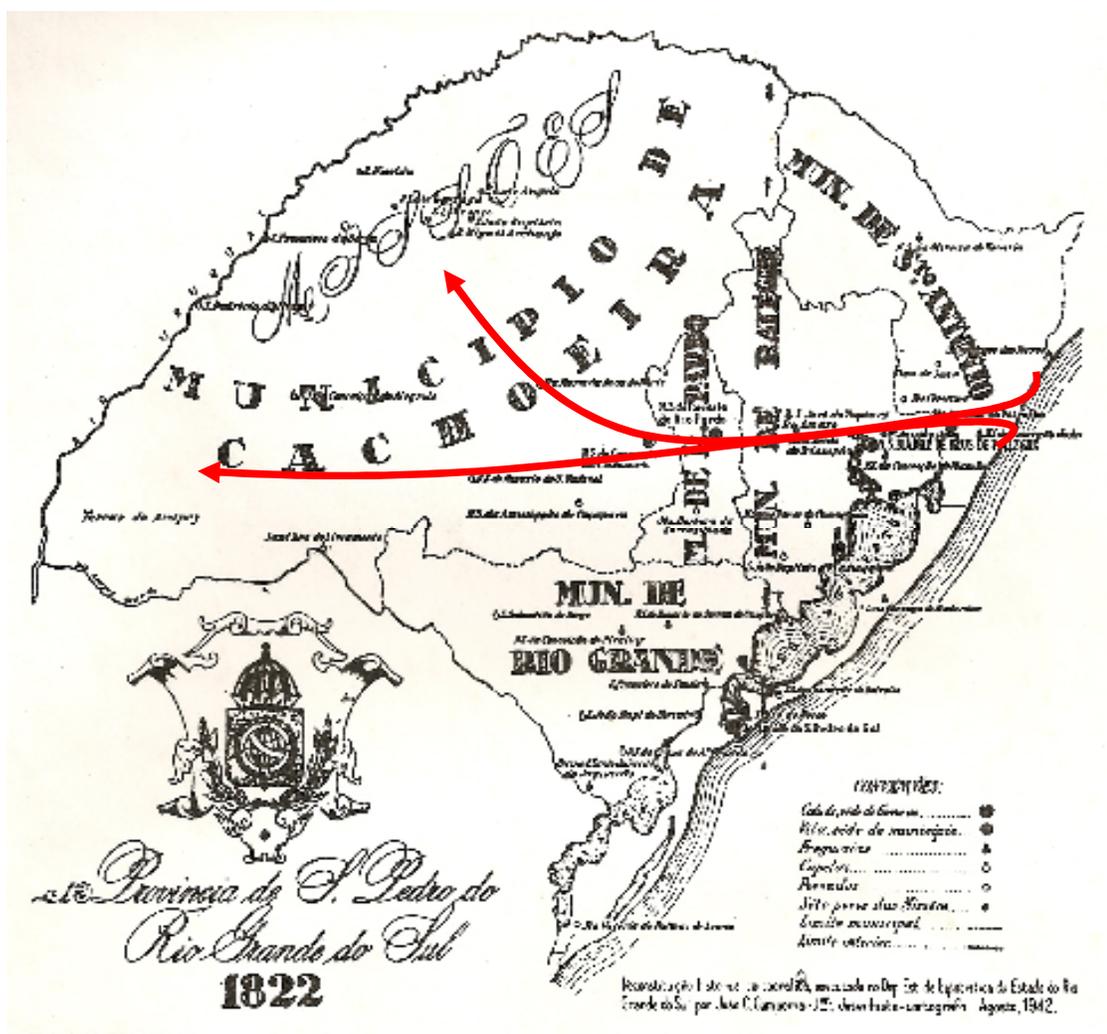


FIGURA 3 – Mapa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1822.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir da Reprodução Histórica Cartográfica executada pelo Dep. Est. de Estatística do Estado do Rio Grande do Sul por João C. Campomar Jor; desenhista – cartógrafo. Agosto, 1942.

A Vila Nova de São João da Cachoeira prosseguiu seu desenvolvimento baseado na criação de gado bovino até que em 1857 chegaram os primeiros alemães responsáveis pela introdução da cultura do arroz. Esta nova cultura logo trouxe a construção do primeiro engenho de arroz e o desenvolvimento da irrigação do arroz que garantiu o progresso da região. Selbach descreve este período da seguinte forma:

[...]o município de Cachoeira pôde despontar como um dos principais a investir na cultura orizícola. Alguns fatores sustentaram a expansão da lavoura orizícola em grande escala: consumo intensificado pelo processo de urbanização em curso no país inteiro; forte política protecionista do Governo Federal; existência de capital disponível entre comerciantes e profissionais liberais, principalmente os provenientes das áreas coloniais; mão-de-obra colonial através de trabalho temporário assalariado; condições geográficas favoráveis; ineditismo em plantar arroz irrigado, de 1892 em

diante; e introdução do levante mecânico, por meio de locomóveis, em 1906. (SELBACH, 2007; p. 121)

Para Schuh e Carlos (1997:183), com a chegada dos imigrantes alemães em 1857 que se instalaram na Colônia de Santo Ângelo – atual município de Agudo –, foi dado início ao ciclo orizícola muito embora nesta época os alemães cultivassem vários produtos como feijão preto, milho (utilizado para o pão), cana-de-açúcar (empregada para produção de doces e geléias), alfafa, amendoim e o linho que fornecia os tecidos. Selbach (2007, p. 114) ainda cita como um dos produtos principais nesta época a suinocultura.

Schuh e Carlos (1997:184) complementam que os sete engenhos existentes na região surgiram em decorrência da grande produção de arroz e da necessidade de descascá-lo mecanicamente. Os proprietários eram: Gustavo Wrasse, Jacó Agne, Jacó Buss, Joaquim Poehl, Augusto Poetter, João Schneider e Frederico Treptow.

As autoras Schuh e Carlos (1997:42-43) afirmam que o desenvolvimento econômico alavancado pela imigração alemã transformou a Colônia de Santo Ângelo num dos mais importantes distritos de Cachoeira o que gerou a preocupação com o escoamento da produção agrícola e em 13 de fevereiro de 1861, o administrador da colônia Barão von Kalden apresentou orçamento para a melhoria da estrada que ligava a colônia à cidade de Cachoeira. Assim, na mesma data em que foi aprovada a melhoria das estradas – 23 de fevereiro de 1861 – também foi autorizada a utilização do Rio Jacuí para o transporte de cargas e passageiros e a aquisição de duas canoas de tolda para serem entregues aos colonos interessados na exploração do serviço e posterior ressarcimento dos custos à Câmara.

Selbach contextualiza a importância da imigração alemã e o avanço econômico da região neste período da seguinte forma:

“Estima-se que, no ano de 1872, a renda *per capita* dos municípios gaúchos tenha ficado em 150 mil réis. Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande lideravam, sendo os únicos a ultrapassar a faixa dos 200 mil réis. Os 28 municípios mais importantes economicamente tiveram renda superior a 67 mil contos de réis. Cachoeira ocupava a décima-sétima posição, com renda de 1.562.359,74 réis, para uma população de 11,7 mil habitantes, ou 132,9 mil réis *per capita*. A chegada dos imigrantes alemães e posteriormente dos italianos na Quarta Colônia impulsionou a economia da região, principalmente através da suinocultura e das culturas do feijão, milho, cana-de-açúcar, alfafa, amendoim, linho e do arroz, esse que se tornaria posteriormente o principal produto cachoeirense. Os alemães consideravam o arroz indispensável como base da alimentação, junto com o feijão e a carne. Embora fosse considerado cultura

secundária, plantando-se o arroz do seco, já em 1878 a zona de colonização alemã de Santo Ângelo, quinto distrito de Cachoeira do Sul, liderava a exportação regional, com 2.050 sacos (102,5 toneladas). Nesta época, sete dos dezesseis engenhos de descascar arroz existentes na metade sul do Estado localizavam-se na região cachoeirense. Na década seguinte, a zona colonial já tinha 825 habitantes e cultivava 4.912.830 braças quadradas. Em 1885, a Câmara Municipal de Cachoeira dividiu a colônia alemã de Santo Ângelo em distritos, entre eles Agudo, Paraíso, Cerro Branco e Dona Francisca.” (SELBACH, 2007, p. 116-117)

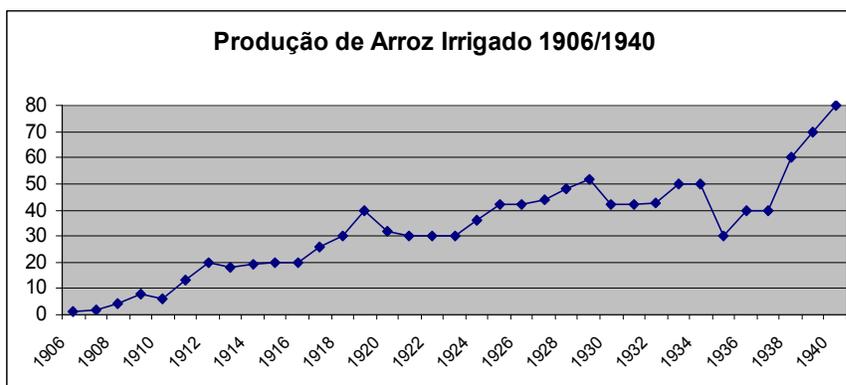
Porém, os alemães continuavam buscando melhorar os resultados e para isto experimentavam qual a melhor forma de produzir o arroz na colônia. Segundo as pesquisadoras Schuh e Carlos (1997:184) inicialmente era plantado o arroz de sequeiro; após o de banhado e, por último, o irrigado que comprovou ser este o de maior produtividade.

O ciclo do arroz foi acelerado a partir das inovações da família Pohlmann que em 1887, por João Frederico Pohlmann, instala o primeiro descascador de arroz movido a vapor. Em 1892 o Sr. Albino Pohlmann instala as primeiras máquinas bombeadoras de água para a irrigação das lavouras e, em 1901, os irmãos Albino e Guilherme Pohlmann fabricam um aparelho elétrico-motriz que fornecia luz elétrica para as suas oficinas.

Portanto, a partir das experiências feitas pelos alemães com relação ao aumento da produtividade das lavouras de arroz, aliadas aos engenhos da família Pohlmann e à melhoria dos meios de transporte, a região cresceu e construiu toda a infraestrutura para o bem-estar da população constituindo-se em uma referência para o centro do Estado.

Este processo de desenvolvimento aconteceu ao longo de vários anos em que o município apresentou perda de território devido às emancipações, porém – mesmo com a perda de território – houve aumento da produção de arroz irrigado (conforme o gráfico 1) no período compreendido entre 1906 e 1940.

GRÁFICO 1 – Produção de arroz irrigado em toneladas/ano entre 1906 e 1940 em Cachoeira do Sul.



Fonte: Selbach (2007)

Cachoeira do Sul possuía no início do século XX – segundo os jornais e os livros publicados com as histórias cotidianas – Cachoeira do Sul possuía uma vida econômica ativa sendo considerada um Pólo Hidroferroviário por contar com uma rede ferroviária que ligava a região à capital e por ter um cais do porto muito movimentado por cargas de madeira e pessoas que levavam 26 horas para chegar à Porto Alegre. Além disto, possuía ligação aérea feita pela VARIG ou SAVAG.

Em 1945 iniciou a construção da rodovia BR 290, ligando Porto Alegre a Uruguaiana. Com isto, o município ficou a 30 km da rodovia (Sul), totalizando uma distância de 196 km de Porto Alegre o que passou a ser feito em três horas de viagem. Posteriormente, outra rodovia importante foi construída entre as cidades de Santa Maria/Santa Cruz do Sul (Norte) e Cachoeira do Sul ficou também a 30 km desta nova rodovia. E, finalmente, a construção das BRs 158, 392 e 481 ligaram o Norte e o Sul do Rio Grande do Sul, passando a mais de 100 km do município de Cachoeira do Sul.

O mapa na figura 4 mostra as três rodovias que passam ao lado do município, mas são as principais vias de acesso de Cachoeira do Sul.

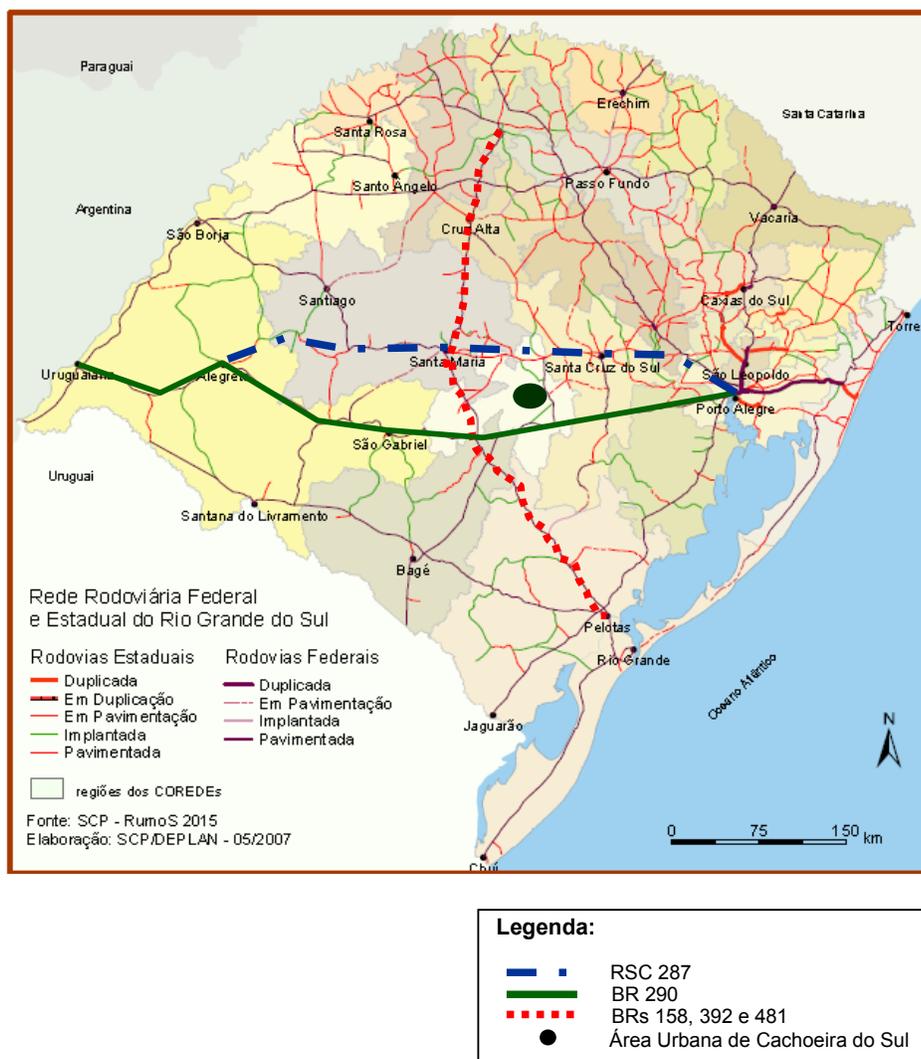


FIGURA 4 – Rodovias Atuais de Acesso a Cachoeira do Sul

Fonte: Elaborado pelo autor

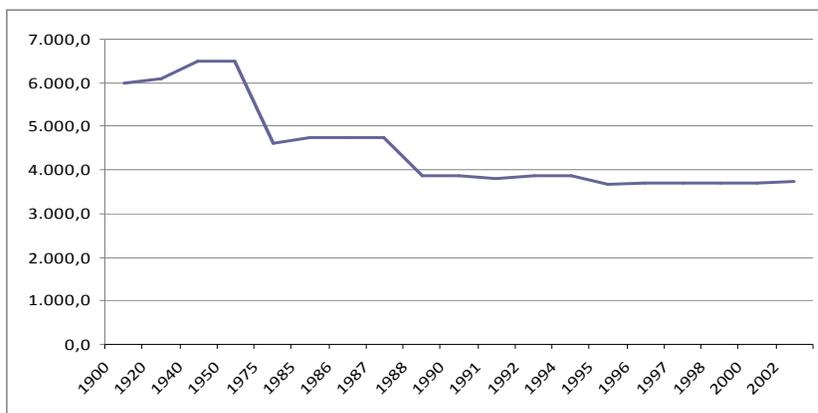
Estes dois fatos acima demonstram que o município não foi foco de uma política rodoviária ativa. O que significa tanto um descaso e falta de articulação política, quanto falta de interesse econômico dos agentes com poder de *lobby* empresarial junto ao Estado na área de transportes (indústrias, empreiteiras e os transportadores de cargas). A consequência desta situação foi que ao contrário do século XIX onde todas as estradas passavam dentro do município de Cachoeira do Sul – tanto que houve a construção da já citada Ponte de Pedra para a passagem dos representantes da Coroa – no final do século XX todas as estradas de grande fluxo, desde os anos 40, passam, no mínimo, a 30 km da sede do município.

Na década de 50 desenvolve-se o sistema de transporte urbano com a criação da Empresa de Transportes Nossa Senhora das Graças. Em 1958 é iniciada a instalação da Fundação Universidade do Vale do Jacuí – FUNVALE e em 1961 é construída a Ponte do Fandango, uma obra de engenharia francesa, que foi a segunda maior em extensão no mundo. As eclusas<sup>12</sup> fazem com que o Rio Jacuí seja navegável também em sua parte norte. Esta ponte liga a cidade com a BR 290 e a outros municípios do Rio Grande do Sul, sendo considerado um símbolo da cidade.

A partir de 1970, os engenhos e as lavouras de arroz movimentaram continuamente a economia local, transformando Cachoeira do Sul em um pólo regional, com grande desenvolvimento. Nesta seqüência de fatos, o município recebe na década de 80 uma unidade de produção da Centralsul<sup>13</sup> e a Plataforma de Cargas às margens do Rio Jacuí. A Feira Nacional do Arroz, se consolidou no município e na região durante este período.

Estes avanços técnicos, políticos e econômicos aconteceram ao longo do tempo que o município perdia território devido às emancipações dos distritos vizinhos. O gráfico 2 trás a redução do território por emancipações ocorridas a partir de 1900.

GRÁFICO 2 – Perda de território do município (em Km<sup>2</sup>) de Cachoeira do Sul entre 1900 e 2002.



Fonte: UNIJUI (2008)

<sup>12</sup> Eclusas são construções que permitem que os barcos desçam ou subam a Ponte do Fandango.

<sup>13</sup> Cooperativa de beneficiamento de arroz e soja.

A tabela 3 traz os dados referentes à área geográfica publicada nos censos decenal em Km<sup>2</sup> a partir de 1920. Segundo o IBGE as áreas geográficas podem mudar por redivisão de municípios ou por mudanças nos métodos de mensurações. O universo da tabela é definido pelo IBGE no levantamento censitário e não necessariamente coincide com o oficialmente existente ou instalado na data de referência.

TABELA 03 – Área total de Cachoeira do Sul de 1920 até 2000.

<b>Ano</b>	<b>Área Km<sup>2</sup></b>
1920	5.944,0
1940	6.479,0
1950	5.980,0
1960	4.559,0
1970	4.798,0
1980	4.798,0
1985	4.798,0
1991	3.917,1
1995	3.917,0
1998	3.715,5
2000	3.711,5

Fonte: IBGE

Nesta seqüência de acontecimentos a população local – apesar da perda territorial – aumentou constantemente passando de 11.400 habitantes em 1872 conforme demonstrado em Selbach (2007) para 94.110 em 1949, diminuindo para 86.557 habitantes em 2007. A tabela 4 demonstra os dados citados.

TABELA 04 – Evolução da população de Cachoeira do Sul entre 1949 e 2009.

<b>Ano</b>	<b>Pop. Total</b>
1949	94.110
1960	83.339
1970	94.261
1980	93.338
1991	89.148
1992	89.423
1996	88.187
1999	87.462
2000	87.873
2001	87.834
2002	87.326
2003	86.924
2004	86.454
2005	85.909
2006	85.300
2007	84.629
2008	86.750
2009	86.557

Fonte: Selbach (2007); IBGE (2009).

Estas alterações do número de habitantes devem-se, em parte, à perda de território como demonstrada no gráfico acima.

A tabela mostra grandes oscilações populacionais, sendo a primeira no período de 1949 para 1960 que houve a redução de 10.771 habitantes. Parte desta redução populacional deve-se a criação dos municípios de Faxinal do Soturno em 12/02/1959 pela Lei 3.711; Agudo em 16/02/1959, Lei 3.718; e Restinga Seca em 25/03/1959 pela Lei 3.730.

Outro período de redução populacional ocorreu entre 1980 e 1996, pelas emancipações de Cerro Branco em 12/05/1988, Lei 8.628; Paraíso do Sul em 12/05/88 pela Lei 8.622; e Novo Cabrais em 28/12/1995 pela Lei 10.658.

Como todos estes municípios possuíam – embora pequeno – núcleo urbano, resultou em perda populacional considerável para o município de Cachoeira do Sul.

A partir de 1996 não ocorreram novas emancipações na área municipal, mas houve perda populacional de 3.558 habitantes até 2007 e posterior retomada do crescimento populacional de 1.928 habitantes até 2009 segundo estimativas do IBGE.

Adiante, será retomada a discussão sobre o crescimento populacional de Cachoeira do Sul.

## **2.2 Diagnóstico Econômico de Cachoeira do Sul**

Cachoeira do Sul está localizada no centro do Rio Grande do Sul e pertencente a microrregião “Cachoeira do Sul” segundo a classificação do IBGE (IBGE, 2002). A microrregião composta pelos municípios de Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Novo Cabrais, Pântano Grande, Paraíso do Sul, Passo do Sobrado e Rio Pardo, possuía em 2000 – conforme Censo IBGE – uma população total de 157.275 pessoas correspondendo a 1,54% da população total do Rio Grande do Sul. A região possui uma taxa de urbanização de 72,2%, baixa se comparada à média do estado que é de 81,6%.

A microrregião possui uma área territorial de 7.587 km<sup>2</sup> o que corresponde a 2,8% da área total do Rio Grande do Sul. Cachoeira do Sul possui a maior parte da área da microrregião correspondendo a 3.735,17 km<sup>2</sup> (49% da microrregião) e Rio Pardo – o segundo maior em território na região – possui 2.050,53 Km<sup>2</sup> (27% da microrregião). O restante da área é distribuída entre os outros cinco municípios.

Três municípios (Cachoeira do Sul, Pantano Grande e Rio Pardo) congregam 86% da população urbana da região o que corresponde a 109.436 habitantes de um total de 113.485 pessoas que residem na área urbana da microrregião.

As tabelas a seguir apresentam detalhadamente estes dados.

TABELA 05 – Área, População e Densidade Demográfica da Microrregião de Cachoeira do Sul conforme Censo 2000 do IBGE.

Microrregião	Área	População total				População urbana				População rural			
	Km2	População total	% na micro	%RS	Dens. Demog.	População total	% na micro	%RS	Dens. Demog.	População total	% na micro	%RS	Dens. Demog.
Cachoeira do Sul	3.735,17	87.873	55,87%	0,86%	23,53	74.119	65,30%	0,89%	19,84	13.754	31,40%	0,70%	3,68
Cerro Branco	154,11	4.297	2,73%	0,04%	27,88	1.137	1,00%	0,01%	7,38	3.160	7,20%	0,20%	20,51
Novo Cabrais	192,34	3.565	2,27%	0,03%	18,53	314	0,30%	0,00%	1,63	3.251	7,40%	0,20%	16,90
Pantano Grande	847,61	10.979	6,98%	0,11%	12,95	9.276	8,20%	0,11%	10,94	1.703	3,90%	0,10%	2,01
Paraíso Do Sul	342,45	7.212	4,59%	0,07%	21,06	1.624	1,40%	0,02%	4,74	5.588	12,80%	0,30%	16,32
Passo Do Sobrado	265,11	5.566	3,54%	0,05%	21,00	974	0,90%	0,01%	3,67	4.592	10,50%	0,20%	17,32
Rio Pardo	2.050,53	37.783	24,02%	0,37%	18,43	26.041	22,90%	0,31%	12,70	11.742	26,80%	0,60%	5,73
<b>Microrregião</b>	<b>7.587,31</b>	<b>157.275</b>	<b>100%</b>	<b>1,54%</b>	<b>20,73</b>	<b>113.485</b>	<b>100%</b>	<b>1,36%</b>	<b>14,96</b>	<b>43.790</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,30%</b>	<b>5,77</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>268.887</b>	<b>10.187.798</b>	-	<b>100,00%</b>		<b>8.317.984</b>	-	<b>100,00%</b>	-	<b>1.869.814</b>	-	<b>100,00%</b>	-

Fonte: IBGE (2000).

Entre os municípios componentes da microrregião, a taxa de dependência<sup>14</sup> varia entre 47,7% a 53,6% sendo Passo do Sobrado a menor e Rio Pardo a maior taxa de dependência. O Rio Grande do Sul possui taxa de dependência de 49,8% e cinco municípios (dos sete municípios da microrregião) que correspondem a 93,7% da população local possuem taxa de dependência igual ou superior a média gaúcha.

TABELA 6 – Taxas de Urbanização e Taxa de Crescimento da microrregião de Cachoeira do Sul segundo Censo Demográfico do IBGE 2000, a Contagem da População do IBGE, 2007 e as estimativas da FEE divulgadas no FEEDADOS.

Municípios	Taxa de Crescimento População 1991-2000	Ranking Taxa de Crescimento 1991/2000	Taxa de Crescimento Pop 2000-2007 e Ranking Respectivo						Taxa de Crescimento Pop 1991-2007	Ranking Taxa de Crescimento 1991/2007	Taxa de Urbanização	Razão de Dependência
			Total	Total	Urbana	Rural	Total					
Cachoeira do Sul	0,33%	234	-0,56%	334	-0,46%	443	-1,13%	205	-0,05%	267	84,30%	51,2
Cerro Branco	1,09%	146	0,58%	146	1,80%	186	0,11%	100	0,87%	137	26,50%	48,2
Novo Cabrais	-0,70%	359	0,83%	116	5,58%	33	0,29%	83	-0,05%	265	8,80%	49,4
Pantano Grande	1,03%	153	-1,67%	467	-1,78%	490	-1,07%	197	-0,13%	281	84,50%	51,4
Paraíso do Sul	1,06%	150	0,28%	179	1,00%	289	0,06%	103	0,72%	152	22,50%	49,8
Passo do Sobrado	0,62%	206	1,05%	94	5,09%	39	0,06%	102	0,80%	142	17,50%	47,7
Rio Pardo	0,43%	221	-0,03%	231	-0,06%	404	0,04%	104	0,23%	215	68,90%	53,6
Rio Grande do Sul	1,23%	-	0,57%	-	0,95%	-	-1,23%	-	0,95%	-	81,65%	49,8

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Paiva (2008c).

<sup>14</sup> Segundo o IBGE a Razão de Dependência corresponde ao peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade). Indica qual o percentual da população total se desenvolve de forma dependente da população em idade ativa. Calculado pela fórmula: Razão de Dependência =  $\{[(Pop0-14 + Pop65+)/ (Pop15-64)] * 100\}$

A perda territorial dificulta a avaliação da situação econômica do município ao longo da sua história. Portanto, com o objetivo de analisar o desenvolvimento do município sem a interferência da variável “perda de território”, foi utilizado o Sistema de Conversão de Informações Municipais<sup>15</sup> FEE/UNISC (Paiva, 2008) que tem a finalidade de converter os valores de variáveis absolutas municipalizadas de acordo com qualquer distribuição do território do Rio Grande do Sul após 1983 para a estrutura municipal vigente no Estado entre 1966 e 1982.

Desta forma, a tabela 7 (com dados populacionais convertido à estrutura de 1970) apresenta o ranking dos municípios com a maior população em 1970. Neste ranking, o município de Cachoeira do Sul está na sétima posição (em 1970) e na vigésima segunda posição em 2007. Cachoeira do Sul foi um dos municípios que teve a maior queda neste ranking, junto com Alegrete, Palmeira das Missões e Canguçu, perdendo quinze posições em trinta e sete anos.

TABELA 7 – Ranking dos 20 maiores municípios em população em 1970.

População e Ranking	1970		2007		70-07 Variação
	Total	Ranking	Total	Ranking	
Porto Alegre	885.545	1	1.420.667	1	0
Pelotas	207.869	2	376.259	3	-1
Santa Maria	156.609	3	276.663	5	-2
Canoas	153.730	4	347.071	4	0
Caxias do Sul	144.871	5	399.038	2	3
Rio Grande	116.488	6	194.351	12	-6
<b>Cachoeira do Sul</b>	<b>94.261</b>	<b>7</b>	<b>100.206</b>	<b>22</b>	<b>-15</b>
Passo Fundo	93.850	8	195.476	11	-3
Bagé	90.280	9	129.590	15	-6
Santa Cruz do Sul	86.787	10	144.312	13	-3
Novo Hamburgo	85.364	11	253.067	8	3
Santo Ângelo	80.754	12	98.463	24	-12
Uruguaiana	74.613	13	127.519	16	-3
Viamão	66.443	14	253.577	7	7
Alegrete	65.030	15	78.276	30	-15
São Leopoldo	64.433	16	207.721	9	7
Santana do Livramento	63.388	17	83.479	27	-10
Canguçu	62.451	18	54.253	48	-30
Palmeira das Missões	58.658	19	58.174	45	-26
Cruz Alta	57.930	20	74.546	34	-14

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Paiva (2008c).

<sup>15</sup> O *software* Sistema de Conversão de Informações Municipais converte os valores de variáveis absolutas municipalizadas de acordo com qualquer distribuição do território do Rio Grande do Sul após 1983 para a estrutura municipal vigente no Estado entre 1966 e 1982. Essa conversão pode se dar por população, área ou sede dos municípios. O software e maiores detalhes são obtidos no CD RS Mapas e Dados (Paiva, 2007).

O crescimento da população municipal é um indicador do crescimento econômico de uma região, se o município aumentar sua população, é sinal de que está atraindo pessoas que buscam melhores remunerações e qualidade de vida. Ao contrário, se o município perder população é sinal de que os habitantes estão saindo em busca destas condições.

Apesar de Cachoeira do Sul ter aumentado sua população em 5.945 pessoas no período demonstrado, a sua taxa de crescimento foi baixa ou negativa (como apresentado na tabela 6) o que fez com que o município caísse para a vigésima segunda posição no ranking populacional em 2007.

Nesta tabela ainda não se pode compreender as causas da redução da população que pode ter sido por migração, óbitos ou redução da taxa de natalidade. Mas, com o auxílio do cálculo do saldo migratório<sup>16</sup> que é o indicador de equilíbrio entre a emigração e imigração, obtém-se um bom comparativo entre os municípios estudados<sup>17</sup>.

TABELA 08 – Saldo Migratório entre municípios do Rio Grande do Sul.

Municípios	1980	1991	2000	2007
Alegrete	-9%	-10%	-14%	-23%
Cachoeira do Sul	-16%	-22%	-28%	-32%
Caxias do Sul	29%	48%	65%	76%
Cruz Alta	-3%	-4%	-11%	-18%
Passo Fundo	10%	19%	28%	33%
Pelotas	6%	12%	14%	16%
Porto Alegre	8%	6%	2%	2%
Santa Cruz do Sul	-2%	2%	4%	6%
Santa Maria	-1%	4%	9%	13%
Uruguaiana	4%	16%	16%	9%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE, FEE e SCHABBACH (2007)

Na tabela acima, vemos que em todos os anos observados, o efeito migratório residual sobre a população de Cachoeira do Sul foi negativo, indicando perda populacional. Os valores negativos mais altos foram observados nos dois últimos anos da série histórica (2000 e 2007), com um percentual de -28% e -32%. Os outros municípios apesar de terem tido percentual negativo, não superaram os percentuais apresentados por Cachoeira do Sul.

<sup>16</sup> Para o cálculo do efeito da migração residual, foi utilizada a fórmula citada por SCHABBACH (2007), que é a seguinte: “MREI:  $((P2-PT)/PT) \times 100$ ”. Sendo que PT (população teórica) =  $PI \times (População\ RS2 / População\ RS1\ em\ \%)$ .

<sup>17</sup> No anexo 1 consta a planilha com o cálculo do efeito migratório para 10 municípios escolhidos.

Ou seja, a população local está deixando o município, provavelmente em busca de melhores condições de vida e de oportunidades de trabalho. Portanto, é preciso conhecer melhor esta situação para entender porque o município apresentou este comportamento ao longo do tempo. Para isto, utilizaremos as tabelas a seguir.

TABELA 09 – População Total, Urbana e Rural de Cachoeira do Sul de 1970 a 2007.

<b>População Anual</b>	<b>Total</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>
<b>1970</b>	94.261	52.044	42.217
<b>1980</b>	93.341	62.105	31.236
<b>1991</b>	99.614	73.388	26.226
<b>2000</b>	102.947	77.194	25.753
<b>2007</b>	100.206	75.345	24.861

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Paiva (2008c).

A tabela 9 apresenta a população total de Cachoeira do Sul nos Censos Demográficos dos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e na Contagem da População de 2007, porém, os dados foram convertidos à estrutura municipal de 1970 através do Sistema de Conversão de Informações Municipais.

Nesta tabela, e considerando a reconversão à estrutura de 1970, o município possuía neste ano 94.261 habitantes e 100.261 habitantes em 2007. Com o auxílio da tabela 10 é possível entender como foi a evolução do crescimento da população a partir das taxas de crescimento populacional entre os períodos censitários.

TABELA 10 – Períodos censitários e taxas de crescimento populacional entre 1970 e 2007.

<b>Período Censitário</b>	<b>Total</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>
1970/1980	-0,10%	1,78%	-2,97%
1980/1991	0,59%	1,53%	-1,58%
1991/2000	0,37%	0,56%	-0,20%
1991/2007	0,04%	0,16%	-0,33%
2000/2007	-0,38%	-0,35%	-0,50%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Paiva (2008c).

Na tabela 10 percebe-se que, apesar do crescimento da população total entre 1970 e 2007, as taxas de crescimento populacional oscilaram entre -0,10% e 0,59% entre 1970 e 1991. Mas, entre 1991 e 2007 houve queda de 0,37% no primeiro período, para 0,04% no segundo período, culminando com um crescimento negativo de -0,38% entre 2000 e 2007.

Estas variações devem-se à queda da taxa de crescimento da população urbana – que apesar de ter crescido em números absolutos – caiu de 1,78% no período 1970-1980, para -0,35% entre 2000 e 2007. Em contrapartida a população rural – que reduziu em números absolutos – apresentava uma alta taxa de crescimento negativo em 1970-1980 de -2,97%, reduziu a evasão para -0,50%.

Estes dados permitem entender o baixo crescimento da população e a queda do ranking populacional conforme demonstrado na tabela 7. As próximas tabelas demonstram os níveis de renda da população local e os motivos porque a população está crescendo menos que a de outros municípios do Rio Grande do Sul.

TABELA 11 – Produto Interno Bruto de Cachoeira do Sul no período de 1970 a 2000.

Municípios	PIB 1970 em R\$ mil (2000)	PIB 1975 em R\$ mil (2000)	PIB 1980 em R\$ mil (2000)	PIB 1985 em R\$ mil (2000)	PIB 1996 em R\$ mil (2000)	PIB 2000 em R\$ mil (correntes)
Cachoeira do Sul	257.292,79	396.152,69	419.915,15	468.267,03	484.805,80	505.344,33

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Paiva (2008c).

TABELA 12 – Variação do PIB de Cachoeira do Sul por períodos censitários entre 1970 a 2000.

Períodos	RS	Cachoeira do Sul	
	Tx Var Anual	Tx Var Anual	Ranking
1970 a 1975	11,16%	9,02%	128
1975 a 1980	2,12%	0,93%	185
1980 a 1985	2,18%	2,20%	138
1985 a 1996	1,62%	0,32%	98
1996 a 2000	3,40%	1,04%	203

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Paiva (2008c).

Segundo Paiva (2008a) o PIB municipal total ou per capita não é uma boa *proxy*<sup>18</sup> da renda para ser usada como medida de desempenho simplesmente porque o produto interno vaza entre os municípios pelas transferências de rendas, recursos e pessoas<sup>19</sup> mas, o

<sup>18</sup> Proxy quer dizer “substituto”, “aproximador”, “representante”. É preciso usá-la em conjunto com o atributo do qual se pretende que a variável esteja substituindo.

<sup>19</sup> No artigo publicado na Revista Redes, RAMOS e PAIVA explicam que “temos que ver que o PIB municipal é uma medida ruim do desenvolvimento. E isto não só por ser um critério meramente econômico. O mais importante é que nem tudo que é produzido num município é apropriado pelos domicílios naquele município. Além disso, como o PIB per capita trabalha com médias ele é problemático por ser sensível aos casos extremos. Observamos ainda que o PIB per capita também é um indicador bastante limitado para analisar o retorno do desenvolvimento econômico, por estar baseado numa medida de tendência central (média) que não informa nada sobre a dispersão das rendas (variabilidade). Em outras palavras, o PIB per capita não oferece nenhuma

utilizaremos aqui para ilustrar que no período estudado (1970 a 2000) o Rio Grande do Sul apresentou queda na taxa de variação anual de seu Produto Interno Bruto que era de 11,16% no período 70-75 para 1,62% no período 85-96 e crescimento da taxa para 3,40% no período 96-00.

O mesmo aconteceu com Cachoeira do Sul que teve uma significativa queda no período de 1970 a 2000 passando de 9,02% (período 1970/75) para 1,04% (1996/2000), sendo este índice superior apenas ao período anterior (85-96) embora com um crescimento positivo inferior ao crescimento estadual. Outro indicador do desempenho municipal é o ranking da taxa de crescimento do PIB que no período 1970 a 1975 estava na 128ª posição e no período 96-00 passou para a 203ª.

Sobre o PIB e o seu vazamento para outras regiões, é importante citar que o município de Cachoeira do Sul absorve apenas 75,47% sendo que o restante se esvai para outras regiões<sup>20</sup>. Paiva explica que

“quem vive nos município não necessariamente se apropria das rendas geradas no mesmo. Avaliar o bem-estar de Triunfo pelo PIB Total (ou *per capita*) é tão equivocado quanto avaliar o bem-estar de Santa Maria pelo mesmo indicador. Mas por razões opostas: enquanto a renda apropriada pelos moradores de Santa Maria corresponde a 102% do PIB do município, a renda dos cidadãos de Triunfo corresponde a 2,42% do PIB do município. (PAIVA, 2008a, pág. 30).”

A renda monetária disponível – ao contrário do PIB – é um bom indicador de bem-estar da população por que:

“[...] estamos admitindo que, num sistema mercantil desenvolvido, a primeira determinação do bem-estar é o acesso ao conjunto de bens e serviços (inclusive educação, atendimento médico hospitalar, medicamentos e lazer, para além de alimentação, habitação e vestuário) disponibilizados no mercado. (PAIVA, 2008a, pág. 31).”

Assim, a tabela 13 apresenta a evolução da renda da população no período de 1970 a 2000.

---

informação quanto à existência de concentração de renda numa região e muito menos o grau dessa concentração”. (RAMOS e PAIVA, 2005).

<sup>20</sup> Evasão do PIB para outras regiões é calculada pela razão entre a renda domiciliar total da população e o PIB. (RAMOS e PAIVA, 2005).

TABELA 13 – Evolução da Renda Mensal no Estado e Município no período de 1970 a 2000.

Período	Renda Anual Total		Taxa Variação anual Período inicial ao subsequente		Ranking
	RS	Cachoeira do Sul	RS	Cachoeira do Sul	
1970 – 1980	1.140.689.121	14.736.709	10,54%	7,39%	206
1980 – 1991	3.107.205.383	30.070.274	-0,55%	-0,41%	63
1991 - 2000	2.925.681.818	28.735.402	2,51%	-0,18%	200

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Paiva (2008c). Planilha: tx-var-y-e-ranking-mun-70-00

Na tabela 13 se observa que a taxa de variação anual da renda da população do estado do Rio Grande do Sul caiu de 10,54% no período 70-80 para -0,55% no período seguinte (80-91), recuperando-se entre 91-00 para 2,51%. Cachoeira do Sul igualmente apresentou queda de 7,39% em 70-80 para -0,41% em 80-91, porém não apresentou evolução positiva no período 91-00 como a média do estado ficando com -0,18% de crescimento.

### 2.3 Estrutura Econômica de Cachoeira do Sul

A participação do setor agropecuário no Valor Adicionado Bruto total do Estado do Rio Grande do Sul<sup>21</sup> oscilou entre 7,1% e 12,8% no período de 2002 a 2006; mas a participação do VAB agropecuário na Microrregião de Cachoeira do Sul é bem superior variando entre 22,1% até 31,5% no mesmo período.

Cachoeira do Sul, embora não possua índices compatíveis com a estrutura do Rio Grande do Sul, apresenta índices de dependência do setor primário inferiores ao da microrregião onde está inserido e durante o período estudado houve redução do percentual do VAB da agropecuária de 20,3% em 2002 para 14,5% em 2005 – reflexo da seca que se abateu sobre a região neste ano – finalizando o período com uma participação de 17,3% da agropecuária no total do produto interno bruto.

Inversamente, o VAB da indústria relativamente alto na média estadual, apresenta-se baixo na microrregião e no município de Cachoeira do Sul com índices bastante próximos entre eles variando entre 13,3% e 15,7% no período.

<sup>21</sup> Embora o período demonstrado seja muito curto para que se possa detectar qualquer tendência, pois está sujeito a efeitos climáticos como chuvas, secas, calor ou frio serve de referência para entendermos a evolução do indicador durante o período estudado.

A tabela 14 demonstra os valores do VAB para o Rio Grande do Sul, Microrregião e Município de Cachoeira do Sul.

TABELA 14 – Estrutura do Valor Adicional Bruto no período 2002 a 2006.

VAB	2002			2003			2004			2005			2006		
	RS	MR	CS												
AGRO	10,0%	28,9%	20,3%	12,8%	31,5%	22,1%	10,6%	30,6%	22,0%	7,1%	22,1%	14,5%	9,3%	25,0%	17,3%
IND	28,0%	13,3%	13,4%	28,1%	13,7%	13,6%	31,5%	14,9%	14,6%	30,3%	15,7%	15,1%	28,2%	15,4%	13,9%
SERV	62,0%	57,8%	66,3%	59,0%	54,8%	64,3%	57,9%	54,5%	63,3%	62,6%	62,2%	70,4%	62,6%	59,6%	68,8%
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>														

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de Paiva (2008c).

Com relação ao VAB do setor de serviços pode-se dizer que Estado, microrregião e o município de Cachoeira do Sul possuem percentuais semelhantes. O que se destaca nesta série é a dependência que o município possui em relação ao setor primário que está alicerçado na seguinte estrutura fundiária:

Na tabela 15 percebemos que 5% dos imóveis rurais do município de Cachoeira do Sul são grandes propriedades que ocupam 49% das áreas rurais e 51% correspondem a minifúndios que ocupam 5% das áreas rurais.

TABELA 15 – Estrutura fundiária de Cachoeira do Sul em 1998.

Tamanho <sup>22</sup>	Imóveis		Área (ha)	
Grande Propriedade	233	5%	153.001	49%
Média Propriedade	625	14%	94.241	30%
Pequena Propriedade	1.263	27%	47.394	15%
Minifúndio	2.335	51%	17.029	5%
Não Classificado	142	3%	1.673	1%
<b>Total</b>	<b>4.598</b>	<b>100%</b>	<b>313.339</b>	<b>100%</b>

Fonte: Paiva (2008)

Nesta estrutura fundiária, segundo o Censo Agropecuário 2006 realizado pelo IBGE, existem:

- 123 estabelecimentos com lavouras permanentes que ocupam 1.704 ha.;
- 1440 estabelecimentos com lavouras temporárias ocupando 179.105 ha.;
- 22 estabelecimentos com horticultura e floricultura que ocupam 1.381 ha.;

<sup>22</sup> Classificação dos imóveis rurais segundo o INCRA é: Minifúndio é o imóvel rural com área inferior a um módulo fiscal; Pequena Propriedade é o imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos rurais; Média Propriedade é o imóvel rural de área superior a quatro e até quinze módulos rurais; Grande Propriedade é o imóvel rural de área superior a quinze módulos rurais. (INCRA, 2005).

- 2 estabelecimentos com produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal;
- 1.586 estabelecimentos dedicados à pecuária e criação de outros animais que ocupam 112.827 ha.;
- 151 estabelecimentos produtores de florestas plantadas que utilizam 25.069 ha.;
- 7 estabelecimentos são dedicados à aquicultura, totalizando 2.295ha.

Nestes 3.341 estabelecimentos que ocupam uma área total de 323.626 hectares, trabalham 10.237 pessoas sendo que 7.326 (71,6%) possuem parentesco com o proprietário e 2.911 (28,4%) não possuem grau de parentesco.

Com relação à produção – a partir da comparação entre os Censos Agropecuários de 1970 e 1996 – temos os seguintes dados:

TABELA 16 – Censo Agropecuário de 1970 e 1996 com o Valor Bruto da Produção no município de Cachoeira do Sul.

<b>Produção</b>	<b>1970</b>	<b>1996</b>
Arroz	42%	36%
Feijão	1%	0%
Fumo	6%	14%
Mandioca	5%	3%
Milho	3%	3%
Soja	3%	5%
Trigo	10%	0%
Laranja	1%	0%
Maça	0%	0%
Pêssego	0%	0%
Uva	0%	0%
Bovinos	13%	16%
Suínos	2%	1%
Aves	1%	3%
Leite	3%	2%
<b>TOTAL</b>	<b>90%</b>	<b>83%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Paiva (2008)

Na década de 70 – considerando-se os produtos apresentados na tabela 16 que são os 15 produtos de maior relevância para o Rio Grande do Sul e, que neste caso correspondem a 90% da produção de Cachoeira do Sul – os principais produtos agrícolas correspondiam a 70% do Valor Bruto da Produção e, os principais da pecuária respondiam por 20%. No Censo seguinte em 1996, houve maior diversificação da produção local fazendo com que os 15 principais produtos reduzissem sua participação de 90% para 83% da produção total do

município, sendo que houve queda no valor dos principais produtos agrícolas para 61% e aumento da produção pecuária para 22%.

Paiva (2008d) afirma que o dinamismo econômico de uma região é função de sua inserção no mercado externo à mesma (não necessariamente o mercado internacional) e em particular importa avaliar se os produtos nos quais o território se especializa (1) estimulam a integração produtiva e a agregação de valor no próprio território, (2) se os produtos apresentam demanda externa crescente e (3) se os recursos naturais da região são suficientes para atender a demanda externa crescente.

### **3 AVALIAÇÃO DE UMA EXPERIÊNCIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO EM CACHOEIRA DO SUL**

O Projeto de Industrialização de Cachoeira do Sul constitui-se em uma proposta de desenvolvimento do Prefeito Marlon Santos implantada no período de janeiro de 2005 até dezembro de 2008.

Suas promessas de campanha, além de melhorias na infra-estrutura existente e novas construções, previam a instalação de dois parques industriais (agronegócios e calçadista) e de um novo distrito industrial para solucionar o problema do desemprego (Jornal do Povo, 2005). Para isto e com base em dados empíricos do desenvolvimento social e econômico de Cachoeira do Sul, incumbiu a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC) de elaborar e implantar o Projeto de Industrialização de Cachoeira do Sul.<sup>23</sup>

Foi na SMIC que o Projeto de Industrialização tomou forma e foram desenvolvidas as principais ações, fazendo com que esta iniciativa fosse de fato a única política pública implantada no município de Cachoeira do Sul, com o objetivo claro de atrair e apoiar indústrias. Por este motivo, avaliar seus resultados é de grande relevância para entender se esta experiência de industrialização teria sido capaz de reverter a situação de queda/estagnação em que Cachoeira do Sul se encontra.

O Projeto de Industrialização tinha por premissa básica o fato de que grande parte dos recursos financeiros, materiais e humanos deveriam ser destinados ao desenvolvimento

---

<sup>23</sup> O autor desta dissertação participou do Projeto de Industrialização do Município de Cachoeira do Sul como Assessor e Consultor da Secretaria de Indústria e Comércio no período de março de 2006 a fevereiro de 2008. Durante este período as atividades desempenhadas foram de apoio às empresas na elaboração dos seus projetos, gestão dos incentivos, gerenciamento dos indicadores do projeto e do orçamento da Secretaria.

industrial do município mesmo que para isto fosse necessário deixar para outra oportunidade a manutenção e embelezamento da cidade (Relatório do Prêmio Gestor<sup>24</sup>, 2007, pág. 5).

A partir de dados sociais e econômicos do município, da formação pessoal e profissional dos gestores municipais e das promessas apresentadas na campanha, foi elaborado e apresentado o Projeto de Industrialização que contava com as seguintes diretrizes (Relatório do Prêmio Gestor, 2007, pág. 6):

Diretriz 1: Educação e Treinamento da População;

Diretriz 2: Atração de Novas Empresas;

Diretriz 3: Fomento às Empresas e ao Empreendedorismo Local;

Diretriz 4: Melhoria na Infra-estrutura e Embelezamento das Áreas Públicas.

Estas diretrizes tinham por objetivo primordial promover a qualificação profissional e provocar a mudança comportamental no município (diretriz 1) preparando os profissionais para trabalharem nas empresas atraídas (diretriz 2) e nas empresas locais que viessem a receber incentivos municipais (diretriz 3). Somente após a implantação das três primeiras diretrizes seria dedicada atenção à infra-estrutura e embelezamento das áreas públicas, pois todos os recursos (humanos, materiais e financeiros) foram alocados ao atendimento destas primeiras diretrizes consideradas fundamentais para o sucesso do projeto (Relatório do Prêmio Gestor, 2007, pág. 6).

As diretrizes tinham seus desdobramentos em ações previstas para cada Secretaria Municipal e prazos iniciais, conforme o quadro abaixo.

---

<sup>24</sup> Prêmio Gestor foi criado, em 2002, pelo Sindicato dos Auditores de Finanças Públicas do Rio Grande do Sul para valorizar e difundir as boas idéias em gestão pública municipal. O Projeto de Industrialização recebeu o Troféu Prêmio Gestor Público de 2007.

TABELA 17 – Diretrizes e Ações do Projeto de Industrialização

Diretrizes e Estratégias de Governo	Programas e Projetos das Secretarias Municipais	Prazos Iniciais	Secretaria Responsável
Diretriz 1: Educação e Treinamento	Criação do CIESC A	2005	SMED
	Criação do CIESC B	2005	SMED
	Programa de Formação Profissional	2006	STAS
	Escola de Formação Profissional	2007	SMIC/STAS
	Programa Criança Empreendedora	2007	SMIC/SMED
	Escola Politécnica	2008	SMAP/SMED
Diretriz 2: Atração de Empresas	Fomento ao Pólo Agroindustrial	2005	SMIC
	Instalação do Pólo Judicial	2005	SMIC
	Instalação do Pólo Calçadista	2006	SMIC
Diretriz 3: Fomento às Empresas e ao Empreendedorismo Local	Fomento aos setores produtivos locais	2005	SMIC
	Incentivo às Empresas Locais	2005	SMIC
	Programa de Economia Solidária	2006	SMIC
Diretriz 4: Melhoria na Infra-estrutura e Embelezamento das Áreas Públicas	Asfaltamento das Principais Vias Públicas	2007	SMO
	Embelezamento das Áreas Públicas	2007	SMO

Fonte: Relatório do Prêmio Gestor, 2007.

A principal demonstração da importância deste Projeto se encontra no orçamento municipal nos anos de 2005, e principalmente, em 2006 quando houve o aporte de recursos financeiros retirados de todas as outras secretarias municipais para financiar o projeto. A tabela abaixo demonstra a evolução do orçamento municipal entre 1988 e 2007.

TABELA 18 – Orçamento da Prefeitura e da SMIC entre 1998 e 2007.

Ano	Orçamento Prefeitura		Eficiência Prev/Real	Orçamento SMIC em R\$	Participação no orçamento da Prefeitura	Variação Anual
	Previsto	Realizado				
1998	R\$ 27.935.400,00	-		R\$ 267.600,00	0,96%	-
1999	R\$ 32.976.200,00	R\$ 31.211.334,30	0,95	R\$ 243.200,00	0,74%	-9%
2000	R\$ 34.638.500,00	R\$ 34.434.675,64	0,99	R\$ 197.200,00	0,57%	-19%
2001	R\$ 35.641.400,00	R\$ 37.761.967,34	1,06	R\$ 159.200,00	0,45%	-19%
2002	R\$ 38.028.000,00	R\$ 42.382.754,06	1,11	R\$ 156.700,00	0,41%	-2%
2003	R\$ 40.100.000,00	R\$ 44.728.159,09	1,12	R\$ 255.000,00	0,64%	63%
2004	R\$ 42.800.000,00	R\$ 54.402.678,11	1,27	R\$ 190.800,00	0,45%	-25%
2005	R\$ 50.700.000,00	R\$ 55.414.223,09	1,09	R\$ 437.930,00	0,86%	130%
2006	R\$ 64.512.938,00	R\$ 61.988.309,00	0,96	R\$ 5.660.000,03	8,77%	1.192%
2007	R\$ 73.873.840,00	R\$ 76.933.221,54	1,04	R\$ 1.823.600,00	2,47%	-68%

Fonte: Prefeitura Municipal, Secretaria de Administração.

Na tabela 18 fica evidente que até o ano de 2005 o orçamento da Secretaria de Indústria e Comércio sempre foi inferior a 1% do orçamento total municipal, sendo que este ano (2005) ainda foi inferior ao ano de 1998. Em 2005 – com suplementações no orçamento elaborado em 2004 – houve o primeiro aporte de recursos na SMIC. E, em 2006 (a partir do orçamento elaborado no final de 2005), devido à necessidade de cumprir as ações previstas nas diretrizes 2 e 3 do Projeto de Industrialização, houve um significativo aporte financeiro no orçamento da SMIC atingindo 8,77% do orçamento anual total da Prefeitura. Este aporte de

recursos foi capaz de provocar uma variação anual superior a 1.100% em relação ao ano anterior.

Foi a partir das elaborações orçamentárias anuais descritas que houve a partir de 2005 a intensificação das ações previstas.

As tabelas a seguir trazem o número de empresas atraídas para o município e as empresas locais que foram incentivadas através da Lei Municipal 2.411 de 09 de novembro de 1990, conhecida como PRODIC – Programa de Desenvolvimento da Indústria de Cachoeira do Sul – que tem os seguintes objetivos básicos, definidos no seu artigo 2º:

- a) Promover o Desenvolvimento econômico e social do Município;
- b) Gerar maiores e melhores oportunidades para a utilização da mão-de-obra local;
- c) Assegurar o aproveitamento de matéria-prima deste Município e o aumento da sua produção;
- d) Propiciar a diversificação da produção industrial no território municipal;
- e) Consolidar, ordenadamente, os mecanismos de estímulo ao desenvolvimento industrial do Município previsto em legislação especial.

TABELA 19 – Empresas Atraídas pelo Projeto de Industrialização.

<b>Empresas Atraídas</b>	<b>Postos de Trabalho Previstos</b>
1. Fama (2007)	125
2. Aracruz (2006)	40
3. Atelier Pingüin (2005)	90
4. Bella Casa (2005)	17
5. Carpelo (2006)	63
6. Granol (2005)	400
7. San Martin (2007)	57
8. Schmidt (2005)	300
9. Jimenez e Obregon (2007)	80
10. Supertex (2007)	7
11. Vara Federal (2005)	21
12. Venax (2004)	50
<b>TOTAL</b>	<b>1250</b>

Fonte: Prefeitura Municipal – SMIC

TABELA 20 – Empresas Locais incentivadas pelo Projeto de Industrialização

<b>Empresas Locais</b>	<b>Postos de Trabalho Previstos</b>
1. Agropertences (2006)	20
2. Copremold (2004)	10
3. Divinut (2005)	60
4. Famare (2005)	55
5. Gráfica Jacuí (2006)	5
6. Metalbox (2006)	8
7. MR Severo (2006)	28
8. Tecnoforte (2007)	10
9. Grupo de Costura	20
10. Viandas e Ref (2005)	10
<b>TOTAL</b>	<b>226</b>

Fonte: Prefeitura Municipal – SMIC

As tabelas anteriores apresentam as relações com as 12 empresas (e/ou instituições como no caso da Vara Federal) instaladas em Cachoeira do Sul e as 10 empresas cachoeirenses que receberam incentivos através da Lei do Prodic.

Para a realização do Projeto de Industrialização, houve entre a Prefeitura e as empresas incentivadas, investimento total de R\$86.680.708,94 sendo 97,45% por parte das empresas e de R\$ 2.272.754,41 investimento da Prefeitura, ou seja, 2,55% do total investido. Como a contrapartida de geração de postos de trabalho por parte das empresas foi de 1.476 novos contratos, estima-se que o investimento total (Prefeitura e empresas atraídas/incentivadas) por posto de trabalho “previsto” tenha sido de R\$60.266,57. Estima-se que o investimento da Prefeitura tenha sido de R\$ 1.539,80 por posto de trabalho.

Na tabela 21 estão detalhados os números relativos aos investimentos realizados por setor.

TABELA 21 – Investimentos no Projeto de Industrialização

Setores	Investimento das Empresas	Incentivo PRODIC	Investimento TOTAL	Obs.	Postos Previstos
Investimento no Setor de Agroindústria	70.000.000,00	-	70.000.000,00	(1)	563
Investimento no Setor de Alimentação	85.513,28	18.756,64	104.269,92		10
Investimento no Setor Calçadista	6.047.057,10	2.068.528,55	8.115.585,65	(2)	595
Investimento no Setor de Confeções	10.000,00		10.000,00	(3)	20
Investimento no Setor de Construção Civil	2.000.000,00		2.000.000,00	(4)	17
Investimento no Setor de Indústria Gráfica	1.386.789,32	8.394,60	1.395.183,92	(5)	5
Investimento no Setor Judicial			0,00	(6)	21
Investimento no Setor Metal-mecânico	2.779.149,24	121.074,62	2.900.223,86		161
Investimento no Setor Moveleiro	4.236.200,00	20.000,00	4.256.200,00		74
Investimento na Atividade de Marcenaria	136.000,00	36.000,00	172.000,00		10
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 86.680.708,94</b>	<b>R\$ 2.272.754,41</b>	<b>R\$ 88.953.463,35</b>		<b>1476</b>
<b>Participações Percentuais</b>	<b>97,45%</b>	<b>2,55%</b>	<b>100%</b>		

Fonte: Relatório Prêmio Gestor 2007.

#### Observações:

1. Os incentivos concedidos à Granol são: concessão de área e isenções fiscais
2. O incentivo para o setor calçadista compreende PRODIC de R\$ 268 mil e aquisição de terreno, construção do prédio e cedência de uso de aprox. R\$ 1.800.000,00
3. Setor de Confeção refere-se a formação da Cooperativa Costurando Sonho portanto, não tem desembolso da Prefeitura Municipal
4. Os incentivos foram cedência de áreas
5. O incentivo fiscal é isenção de IPTU
6. Cedência de prédio

Com relação ao quadro acima, especialmente no item “Investimentos no Setor Agroindustrial”, fica claro que a Prefeitura Municipal não concedeu incentivos via Lei do Prodic, ou seja, incentivos financeiros, materiais ou fiscais, mas, através de Decreto Municipal, concedeu isenção total de todos os tributos e taxas municipais além da concessão de 40 hectares de terra localizados na margem do Rio Jacuí o que permitirá á empresa utilizar o modal hidroviário reduzindo custos de transportes até Porto Alegre ou ao Porto de Rio Grande.

Muito embora não tenham sido utilizados recursos financeiros da Prefeitura Municipal, a concessão de terras – mesmo que originalmente pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul e não avaliado financeiramente – representou significativo volume de recursos que não foi estimado em sua relação custo x benefício, ou mensurado seu custo de oportunidade. Também não foram realizados (ou divulgados) cálculos relativos ao valor dos tributos e taxas não arrecadados devido à isenção fiscal e tributaria concedida às empresas via Incentivos do PRODIC<sup>25</sup>.

Complementando os investimentos declarados para a Prefeitura em 2006, em janeiro de 2009, segundo os jornais de Cachoeira do Sul (Jornal do Povo e Jornal O Correio, edição do dia 27 de janeiro de 2009), através de um consórcio formado pelo Banrisul, Caixa RS e BRDE, a Granol conseguiu a liberação de um financiamento no valor total de R\$ 34,9 milhões o que permitiu o investimento de R\$ 44 milhões (sendo mais R\$ 9,5 milhões em recursos próprios) na planta industrial e com isto uma ampliação do complexo que passou a operar com capacidade de esmagar 660 mil toneladas de soja por ano e promessa de aumento de 120% de novos postos de trabalho.

Importante salientar que conforme o projeto inicial apresentado em 2006 e publicado no Relatório do Premio Gestor, a empresa já havia prometido a geração de 400 novos postos de trabalho. Na data da publicação das reportagens, foi divulgado que a empresa possuía 250 pessoas contratadas, portanto, 150 menos do que o projetado anteriormente o que sinaliza que a contrapartida negociada com a Prefeitura Municipal

---

<sup>25</sup> Vários instrumentos foram utilizados para incentivar ou atrair as empresas. No caso da Granol, alguns incentivos foram concedidos através de decretos municipais e outros por decretos estaduais. Além disto, outras indústrias receberam isenções fiscais, incentivos financeiros e materiais via Lei do PRODIC.

não estava sendo cumprida. Por outro lado, a Prefeitura Municipal também não cumpriu todas as ações que se comprometeu, pois a doação efetiva da área, asfaltamento da entrada de acesso à empresa e condições de navegabilidade do Rio Jacuí ainda não foram efetivadas conforme notícia veiculada no Jornal do Povo na edição do dia 27 de abril de 2010 (Jornal do Povo, 2010) muito embora, a empresa já tenha declarado ter realizado investimentos de R\$100.000.000,00 no município.

Com relação aos “Investimentos no Setor Calçadista”, muito embora neste a Prefeitura Municipal tenha concedido – via Lei Prodic – R\$ 2.068.528,55 não houve – semelhante ao caso da Granol – nenhuma metodologia de Análise de Investimento aplicada, ou estudo da relação custo x benefício, ou análise do custo de oportunidade referente à concessão de área.

Neste caso, como a empresa-mãe do setor é exportadora, já estará amparada pela Lei Kandir, portanto isenta de pagamento de impostos estaduais referentes à exportação dos seus produtos. As demais empresas sistêmicas, para conquistar a concessão dos tributos municipais necessitaram solicitar através da Lei do Prodic.

Todo este investimento e os esforços empreendidos tinham como objetivo melhorar o resultado econômico de Cachoeira do Sul e quebrar o ciclo de queda/estagnação que o município passava. Por este motivo, os dados a seguir foram levantados em instituições de pesquisa oficiais e buscam demonstrar se houve ou não desenvolvimento econômico a partir das ações de atração de empresas para o município, realizada pelo Projeto de Industrialização.

### 3.1 Resultados do Projeto de Industrialização de Cachoeira do Sul

Esta seção passa a tratar da avaliação dos resultados decorrentes da implantação do Projeto de Industrialização e – principalmente – do retorno ao investimento financeiro realizado. Para isto, torna-se necessário entender como se procede a uma avaliação de políticas públicas.

Em Ramos (2009a), lê-se que muitas podem ser as definições para avaliações de políticas públicas, mas um aspecto consensual é a sua característica de atribuição de valor. A autora, ao apresentar uma definição de avaliação de políticas públicas, cita Ruas (2000) onde:

“a avaliação de políticas públicas consiste no exame sistemático de certos objetos, baseado em processo científico de coleta e análise de informações sobre conteúdo, estrutura, processo, resultado e/ou impactos de políticas, programas, projetos ou qualquer intervenção planejada da realidade.” (RAMOS 2009a, p. 97)

A avaliação das políticas públicas tem como um dos seus fundamentos, avaliar se os recursos utilizados proporcionaram a mudança prevista pelo programa implantado e se a sociedade reconhece o valor das ações realizadas (Ramos, 2009a). A autora ainda acrescenta que:

“Além de ser útil para medir a eficácia da gestão pública, a avaliação é decisiva também para o processo de aprendizagem institucional e também contribui para a busca e obtenção de ganhos das ações governamentais em termos de satisfação dos usuários e de legitimidade social e política. (Ramos, 2009a, p. 97-98).

Assim, a avaliação do Projeto de Industrialização do município de Cachoeira do Sul caracteriza-se como necessária, pois explicará se os recursos que foram (e continuam) sendo demandados pelas empresas incentivadas proporcionaram os resultados que justificaram a sua implantação. Por outro lado, responde uma questão que faz parte do senso comum da sociedade local de que a atração de empresas é a solução para os problemas da estagnação econômica de Cachoeira do Sul.

Respondidas estas questões, as futuras administrações municipais terão subsídios para planejar e implementar políticas públicas para o desenvolvimento econômico municipal, sabendo exatamente se este tipo de ação trouxe ou não impacto para o desenvolvimento econômico de Cachoeira do Sul.

Antes de entrar na avaliação da política é preciso entender que existem vieses que podem prejudicar a avaliação, pois se avaliarmos Cachoeira do Sul em relação a ela mesma teremos um resultado distorcido da realidade. Porque de fato, esta avaliação poderá demonstrar o crescimento do Município, mas este crescimento pode ter sido reflexo do crescimento de todos os municípios da região ou do Estado. Uma das formas de eliminarmos este efeito é o uso do “grupo comparativo” ou seja, grupo de município de comparação que deve ser escolhido possuindo as mesmas (ou muito semelhantes) características com o grupo de tratamento (neste caso, Cachoeira do Sul).

Para Ramos (2009a)

“o desenho de uma pesquisa de avaliação se baseia nas diretrizes de uma pesquisa de caráter experimental, onde informações antes e depois do tratamento são necessárias, bem como a necessidade de pelo menos 2 grupos: o que recebe o tratamento (grupo experimental ou, no nosso caso, que foi atingido pela política/programa social) e o grupo de controle (aquele que recebe ou no caso não foi atingido pela política/programa social). [ ] Um dos pontos mais delicados do desenho de avaliação diz respeito à tentativa de encontrarmos o grupo comparativo [ ].” (RAMOS, 2009a, p. 98)

A autora sustenta que “quando estamos tentando verificar o impacto de uma política/programa social, estamos lidando com relações de causa e efeito” (Ramos, 2009a) e para isto precisamos comparar o antes e o depois da implementação da política pública e entender qual teria sido a evolução natural deste grupo caso não tivesse recebido o tratamento da política.

Concluindo, Ramos (2009a) afirma que:

“se analisarmos somente o grupo de tratamento (no nosso caso os atingidos pela política/programa social), antes e depois teremos muita dificuldade de separar o impacto daquele programa/política do efeito de outros aspectos que interferem no resultado que está sendo investigado.” (RAMOS, 2009, p. 99)

Desta forma, embora Ramos (2009a) afirme que um dos maiores desafios na tentativa de se avaliar políticas sociais é medir o resultado de interesse utilizando-se um grupo comparativo, foram escolhidos (buscando-se considerar características culturais e econômicas semelhantes) outros nove municípios do Rio Grande do Sul para que sirvam de base comparativa entre os dados a seguir citados o que permitirá avaliar o resultado entre a região tratada (Cachoeira do Sul) e as não-tratadas.

Os municípios selecionados e os motivos para compor a base comparativa são:

- 1) Alegrete e Pelotas por suas características agropecuárias e histórico-culturais semelhantes à Cachoeira do Sul e para representarem os municípios da Metade-Sul do Rio Grande do Sul;
- 2) Cruz Alta e Passo Fundo, por suas características agropecuárias e histórico-culturais semelhantes à Cachoeira do Sul, representando os municípios da Meso-região Noroeste Rio-grandense;
- 3) Caxias do Sul e Porto Alegre, por representarem bons parâmetros para demonstrar os resultados positivos possíveis para uma região;
- 4) Santa Cruz do Sul e Santa Maria, pela proximidade geográfica e histórico-cultural com Cachoeira do Sul, representando os municípios da Região Central do Rio Grande do Sul;
- 5) Uruguaiana, por suas características agropecuárias e histórico-culturais semelhantes à Cachoeira do Sul, representando os municípios da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Apresentados os motivos que levaram a escolha dos municípios que serviram de comparação para a avaliação da política pública de industrialização do município de Cachoeira do Sul, é necessário definir indicadores que permitirão a comparação entre o município que foi alvo da referida política e o grupo de controle que possui características semelhantes ao município de Cachoeira do Sul.

### Indicadores para Jannuzzi, (2004)

“São medidas, em geral, quantitativa dotada de significado social substantivo. É usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito abstrato de interesse teórico (pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas públicas).” (JANNUZZI, 2004, p.15)

### Ramos (2009b) esclarece que os

“indicadores buscam retratar uma imagem integrada e resumida de diversos fenômenos sociais, econômicos, demográficos, culturais, políticos, etc., buscam retratar de forma resumida e expressiva, aspectos relevantes da realidade, tendo em vista, entre outras finalidades que poderiam ser consideradas básicas, avaliar medidas de políticas, alimentar o processo decisório, favorecer o trabalho técnico de planejamento, sugerir reformulações de conceitos, hipóteses, etc., e assim por diante” (RAMOS, 2009b)

Desta forma, usaremos uma série de indicadores com o objetivo de avaliar o resultado da política pública de industrialização implantada em Cachoeira do Sul. Esta é uma análise importante, pois o projeto de industrialização mobilizou uma grande quantidade de recursos financeiros, humanos e materiais além de criar uma grande expectativa na população da região. Portanto, a avaliação torna-se importante para justificar para a população a utilização destes recursos e saber se a metodologia utilizada para o desenvolvimento de Cachoeira do Sul – atração de empresas – é (ou não) um bom modelo de desenvolvimento.

Por outro lado, é muito importante salientar que como o Projeto de Industrialização foi implantado a partir de 2005, os indicadores utilizados ainda possuem séries históricas muito curtas e ainda não podem refletir uma tendência, mas, apenas hipóteses.

O primeiro sinal do Projeto de Industrialização na economia de Cachoeira do Sul pode ser percebido na geração de postos de trabalho. Com a implantação das empresas atraídas e incentivos oferecidos às empresas cachoeirenses grande parte das contrapartidas referentes a contratação de pessoal foram realizadas a partir de 2007 e percebe-se o aumento de 6,8% dos postos de trabalho em relação ao ano anterior, conforme a tabela abaixo com dados do CAGED.

TABELA 22 – Evolução do Emprego Formal em Cachoeira do Sul entre 1999 e 2008.

<b>ANO</b>	<b>Admissão</b>	<b>Desligamento</b>	<b>Saldo</b>	<b>Var. Emprego %</b>
<b>1999</b>	2.694	2974	-280	-2,63
<b>2000</b>	2702	3085	-383	-3,58
<b>2001</b>	3084	3027	57	0,52
<b>2002</b>	3142	2843	299	2,96
<b>2003</b>	3032	2704	328	2,96
<b>2004</b>	3758	3169	589	5,75
<b>2005</b>	3442	3304	138	1,19
<b>2006</b>	3549	3346	203	2,01
<b>2007</b>	4329	3633	696	6,80
<b>2008</b>	4328	4159	169	1,57

Fonte: CAGED/MTE

Porém, estes dados não revelam todos os detalhes do suposto desenvolvimento esperado pelo Projeto de Industrialização. Para avaliar a eficiência deste Projeto com maior riqueza de detalhes e tentar entender se ele realmente proporcionou impacto no município devido aos altos investimentos realizados, será utilizado um grupo de indicadores e aplicados a todos os municípios da base comparativa, buscando desta forma entender se as oscilações ocorridas em Cachoeira do Sul são (ou não) provenientes do processo de industrialização.

Os indicadores escolhidos são:

1) Empregos Gerados: Dados da geração de postos de trabalho provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) fornecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Nesta pesquisa foram utilizados dados da base de 1985 até 2008;

2) Estabelecimentos Empregadores: Dados de estabelecimentos da Relação Anual de Informações Sociais fornecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Nesta pesquisa foram utilizados dados da base de 1985 até 2008 e referem-se à existência de estabelecimentos com vínculos empregatícios no ano;

3) Arrecadação Municipal de ICMS: Dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul;

4) Retorno de ICMS: Dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul;

A seguir, é feita a análise dos quatro indicadores propostos.

### **3.1.1 Geração de Novos Postos de Trabalho**

O primeiro indicador analisado trata dos postos de trabalho ocupados nos municípios da base comparativa no período de 1985 até 2008, obtidos a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e apresentados integralmente na tabela abaixo.

TABELA 23 – Postos de Trabalho Gerados Anualmente nos municípios da Base Comparativa e variação percentual anual.

Ano	Cachoeira do Sul		Alegrete		Uruguaiana		Cruz Alta		Caxias do Sul		Passo Fundo		Pelotas		Porto Alegre		Santa Cruz do Sul		Santa Maria		Rio Grande do Sul	
	Emprego	%	Emprego	%	Emprego	%	Emprego	%	Emprego	%	Emprego	%	Emprego	%	Emprego	%	Emprego	%	Emprego	%	Emprego	%
1985	10.539	-	8.209	-	11.721	-	7.423	-	71.559	-	24.449	-	56.881	-	567.337	-	20.212	-	31.552	-	1.610.302	-
1986	11.387	1,08	8.184	1,00	13.111	1,12	7.258	0,98	80.905	1,13	27.110	1,11	63.043	1,11	583.299	1,03	22.170	1,10	34.083	1,08	1.731.386	1,08
1987	11.075	0,97	9.014	1,10	14.299	1,09	7.709	1,06	81.633	1,01	27.872	1,03	67.545	1,07	581.599	1,00	22.661	1,02	35.028	1,03	1.761.114	1,02
1988	11.731	1,06	9.791	1,09	16.271	1,14	7.937	1,03	85.107	1,04	27.939	1,00	61.186	0,91	593.012	1,02	23.741	1,05	36.719	1,05	1.834.148	1,04
1989	11.798	1,01	9.726	0,99	15.713	0,97	7.924	1,00	89.593	1,05	28.804	1,03	65.970	1,08	602.901	1,02	23.632	1,00	37.587	1,02	1.879.537	1,02
1990	11.330	0,96	8.765	0,90	14.933	0,95	7.970	1,01	82.180	0,92	26.879	0,93	59.587	0,90	588.033	0,98	25.093	1,06	36.389	0,97	1.768.986	0,94
1991	10.733	0,95	8.666	0,99	14.929	1,00	7.205	0,90	77.830	0,95	27.232	1,01	55.507	0,93	554.449	0,94	21.909	0,87	34.867	0,96	1.690.546	0,96
1992	10.459	0,97	9.146	1,06	14.447	0,97	7.034	0,98	78.685	1,01	28.259	1,04	57.575	1,04	537.404	0,97	22.682	1,04	34.553	0,99	1.693.192	1,00
1993	10.756	1,03	9.421	1,03	16.074	1,11	7.515	1,07	83.959	1,07	28.624	1,01	55.265	0,96	556.772	1,04	24.625	1,09	34.898	1,01	1.773.302	1,05
1994	11.378	1,06	10.299	1,09	16.027	1,00	8.049	1,07	85.495	1,02	29.526	1,03	53.256	0,96	557.338	1,00	23.237	0,94	35.725	1,02	1.784.909	1,01
1995	10.839	0,95	9.321	0,91	14.573	0,91	7.946	0,99	86.007	1,01	28.936	0,98	48.122	0,90	532.391	0,96	22.563	0,97	31.316	0,88	1.729.168	0,97
1996	10.499	0,97	9.351	1,00	13.496	0,93	7.667	0,96	86.516	1,01	28.135	0,97	47.895	1,00	554.934	1,04	23.130	1,03	29.618	0,95	1.735.796	1,00
1997	10.363	0,99	7.537	0,81	13.882	1,03	7.857	1,02	88.231	1,02	29.364	1,04	46.509	0,97	392.884	0,71	24.987	1,08	31.679	1,07	1.760.492	1,01
1998	10.345	1,00	9.181	1,22	13.402	0,97	8.008	1,02	88.921	1,01	28.499	0,97	44.087	0,95	544.129	1,38	24.813	0,99	32.613	1,03	1.784.313	1,01
1999	10.401	1,01	9.310	1,01	14.668	1,09	8.069	1,01	92.041	1,04	29.703	1,04	47.166	1,07	527.085	0,97	26.038	1,05	36.737	1,13	1.815.229	1,02
2000	10.534	1,01	9.054	0,97	15.386	1,05	7.672	0,95	100.827	1,10	30.611	1,03	46.523	0,99	552.141	1,05	26.148	1,00	37.705	1,03	1.893.789	1,04
2001	10.629	1,01	9.525	1,05	16.805	1,09	7.927	1,03	100.960	1,00	32.757	1,07	48.340	1,04	560.680	1,02	27.105	1,04	41.092	1,09	1.982.425	1,05
2002	10.895	1,03	9.436	0,99	16.160	0,96	8.429	1,06	109.526	1,08	33.221	1,01	49.804	1,03	553.308	0,99	27.972	1,03	41.890	1,02	2.027.416	1,02
2003	11.121	1,02	9.931	1,05	16.577	1,03	8.641	1,03	111.955	1,02	34.771	1,05	52.646	1,06	558.883	1,01	28.393	1,02	42.386	1,01	2.079.813	1,03
2004	11.610	1,04	10.589	1,07	16.617	1,00	9.031	1,05	123.281	1,10	37.502	1,08	51.616	0,98	576.272	1,03	28.173	0,99	43.494	1,03	2.193.332	1,05
2005	11.812	1,02	10.514	0,99	17.074	1,03	9.623	1,07	127.182	1,03	39.032	1,04	53.195	1,03	594.322	1,03	29.341	1,04	45.351	1,04	2.235.473	1,02
2006	11.648	0,99	11.000	1,05	17.234	1,01	8.719	0,91	134.994	1,06	40.237	1,03	55.193	1,04	635.946	1,07	30.423	1,04	47.861	1,06	2.320.747	1,04
2007	12.444	1,07	10.922	0,99	17.484	1,01	9.331	1,07	147.156	1,09	43.596	1,08	59.126	1,07	654.270	1,03	31.789	1,04	49.450	1,03	2.425.844	1,05
2008	12.701	1,02	11.721	1,07	18.671	1,07	10.797	1,16	156.983	1,07	46.602	1,07	61.549	1,04	674.264	1,03	32.318	1,02	52.602	1,06	2.521.311	1,04

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Relação Anual de Informações Sociais. Base de dados de 1985 até 2008

Após a tabulação e tratamento estatístico dos dados, observou-se que existe uma correlação positiva entre os anos do período analisado e a geração anual de postos de trabalho. Porém o cálculo da significância resultou em não-significativo para todos os municípios e períodos. A tabela 24 demonstra estes dados.

TABELA 24 – Correlação e Significância da geração de Postos de Trabalho com os anos nos municípios comparados no período de 1985 a 2008.

Emprego	Cachoeira do Sul	Alegrete	Uruguaiana	Cruz Alta	Caxias do Sul	Passo Fundo	Pelotas	Porto Alegre	Santa Cruz do Sul	Santa Maria
<b>Correlação</b>	0,17	0,06	-0,11	0,29	0,31	0,32	0,22	0,14	0,01	0,24
<b>Significância</b>	0,4100	0,8000	0,6000	0,1600	0,1500	0,1400	0,3200	0,5400	0,9900	0,2700
	ñ sig	ñ sig	ñ sig	ñ sig	ñ sig	ñ sig	ñ sig	ñ sig	ñ sig	ñ sig

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Relação Anual de Informações Sociais. Base de dados de 1985 até 2008.

Na tabela 24 também está calculada a taxa de crescimento anual do emprego em todos os municípios comparados no período de 1985 até 2008. Neste período o ano em que ocorreu a maior taxa de crescimento do emprego em Cachoeira foi em 1986, quando o município obteve uma taxa de crescimento anual de 1,08% em relação ao ano anterior (1985).

Em nenhum outro ano – além de 1986 que não fez parte do período de implantação do projeto analisado nesta dissertação – houve um desempenho próximo deste percentual, exceto em 2007 – ano de contratação de pessoal pelas empresas atraídas e incentivadas pelo Projeto de Industrialização – em que a taxa anual de crescimento do emprego chegou em 1,07% em relação ao ano anterior (2006).

No mesmo período (de 1985 até 2008) ocorreram as seguintes variações nos municípios comparados:

- Uruguaiana obteve taxas de crescimento anual do emprego igual ou maior do que 1,07% obtido em Cachoeira do Sul em 2007 em sete anos: 1986, 1987, 1988, 1994, 1998, 2004 e 2008;
- Alegrete e Caxias do Sul igualaram ou superaram esta taxa de crescimento de Cachoeira do Sul em seis anos (sendo Alegrete em 1987, 1988, 1994 1998, 2004 e 2008 e Caxias do Sul em 1986, 1993, 2000, 2002, 2007 e 2008);

- Passo Fundo (em 1986, 2001, 2004, 2007 e 2008) e Pelotas (em 1986, 1987, 1989, 1999 e 2007) apresentaram taxas de crescimento anual do emprego iguais ou superiores em cinco anos;
- Cruz Alta obteve taxas iguais ou superiores em quatro anos, sendo 1993, 1994, 2005 e 2007;
- Santa Cruz (em 1986, 1993 e 1997) juntamente com Santa Maria (em 1986, 1997 e 1999) complementam o grupo de municípios da base comparativa tendo taxas iguais ou superiores que o 1,07% obtido em 2007 por Cachoeira do Sul em três anos.

Porém, é preciso lembrar que o objetivo deste capítulo é analisar o desempenho da economia cachoeirense no período entre 2005 e 2008 quando foi implantado o Projeto de Industrialização de Cachoeira do Sul.

Então, no ano que houve o maior aumento dos postos de trabalho em Cachoeira do Sul (2007), outros quatro municípios (Cruz Alta, Caxias do Sul, Passo Fundo e Pelotas) obtiveram taxas de crescimento iguais ou superiores a de Cachoeira do Sul.

No cálculo da média aritmética de geração de postos de trabalho neste período, Cachoeira do Sul ficou na nona posição do ranking. Perdendo apenas para Pelotas como apresentado na tabela 25.

TABELA 25 – Média Aritmética do Crescimento Percentual em Relação ao Ano Anterior da Geração de Postos de Trabalho nos Municípios Comparados no Período de 1985 a 2008.

Emprego	Cachoeira do Sul	Alegrete	Uruguaiana	Cruz Alta	Caxias do Sul	Passo Fundo	Pelotas	Porto Alegre	Santa Cruz do Sul	Santa Maria
Média Aritmética	1,01	1,02	1,02	1,02	1,04	1,03	1,01	1,01	1,02	1,02
Ranking	9	6	4	7	1	2	10	8	5	3

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Relação Anual de Informações Sociais. Base de dados de 1985 até 2008.

A tabela a seguir da Média Geométrica, desconsidera os período de pico de crescimento e por este motivo, Cachoeira do Sul melhora uma posição no ranking de crescimento dos postos de trabalho, passando para a oitava posição.

TABELA 26 – Média Geométrica do Crescimento Percentual em Relação ao Ano Anterior da geração de Postos de Trabalho nos Municípios Comparados no Período de 1985 a 2008.

Emprego	Cachoeira do Sul	Alegrete	Uruguaiana	Cruz Alta	Caxias do Sul	Passo Fundo	Pelotas	Porto Alegre	Santa Cruz do Sul	Santa Maria
<b>Média Geométrica</b>	1,01	1,02	1,02	1,02	1,03	1,03	1,00	1,01	1,02	1,02
Ranking	8	7	5	6	1	2	10	9	4	3

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Relação Anual de Informações Sociais. Base de dados de 1985 até 2008.

### 3.1.2 Estabelecimentos com Vínculo Empregatício.

Douglass North afirma que um dos fatores importantes para afirmar que determinada indústria provoca desenvolvimento é a sua capacidade de gerar indústrias subsidiárias. A partir desta afirmação, torna-se fundamental analisar os novos estabelecimentos abertos em Cachoeira do Sul e nos demais municípios da base de comparação para saber se houve um crescimento significativo deste indicador no período de 2005 a 2008 – período do Projeto de Industrialização – para isto, toma-se como série histórica o período de 1985 até 2008 para analisar o número de estabelecimentos criados anualmente nos municípios comparados.

O indicador “Estabelecimentos” trata do número de estabelecimentos municipais que possuem funcionários empregados segundo o levantamento da RAIS no período de 1985 até 2008.

A tabela abaixo demonstra o número destes estabelecimentos para todos os municípios da base comparativa e ao lado do número absoluto, traz a taxa anual de crescimento.

TABELA 27 – Número de estabelecimentos com registro de funcionários nos municípios da Base Comparativa e percentual anual de crescimento.

	Cachoeira do Sul		Alegrete		Caxias do Sul		Cruz Alta		Passo Fundo		Peiotas		Porto Alegre		Santa Cruz do Sul		Santa Maria		Uruguaiana	
	Estab	%	Estab	%	Estab	%	Estab	%	Estab	%	Estab	%	Estab	%	Estab	%	Estab	%	Estab	%
1985	844	-	608	-	3.916	-	631	-	1.726	-	2.904	-	22.440	-	1.233	-	2.208	-	1.056	-
1986	893	1,06	696	1,14	4.469	1,14	659	1,04	1.919	1,11	3.293	1,13	24.290	1,08	1.365	1,11	2.506	1,13	1.199	1,14
1987	1.105	1,24	916	1,32	5.105	1,14	859	1,30	2.289	1,19	4.353	1,32	26.809	1,10	1.549	1,13	3.091	1,23	1.416	1,18
1988	1.186	1,07	978	1,07	5.388	1,06	854	0,99	2.404	1,05	4.616	1,06	28.200	1,05	1.632	1,05	3.509	1,14	1.459	1,03
1989	1.108	0,93	893	0,91	5.465	1,01	794	0,93	2.357	0,98	4.138	0,90	26.500	0,94	1.650	1,01	3.320	0,95	1.314	0,90
1990	1.126	1,02	875	0,98	5.703	1,04	789	0,99	2.500	1,06	4.254	1,03	27.395	1,03	1.702	1,03	3.385	1,02	1.358	1,03
1991	1.081	0,96	895	1,02	5.936	1,04	821	1,04	2.586	1,03	4.351	1,02	28.394	1,04	1.755	1,03	3.508	1,04	1.377	1,01
1992	1.243	1,15	1.088	1,22	6.003	1,01	803	0,98	2.709	1,05	4.309	0,99	28.029	0,99	1.722	0,98	3.453	0,98	1.556	1,13
1993	1.320	1,06	1.142	1,05	6.209	1,03	901	1,12	2.864	1,06	4.446	1,03	29.413	1,05	1.815	1,05	3.659	1,06	1.734	1,11
1994	1.458	1,10	1.450	1,27	6.827	1,10	1.063	1,18	3.078	1,07	4.604	1,04	31.185	1,06	1.924	1,06	3.996	1,09	1.918	1,11
1995	1.611	1,10	1.767	1,22	7.509	1,10	1.226	1,15	3.380	1,10	5.207	1,13	34.111	1,09	2.039	1,06	4.568	1,14	2.128	1,11
1996	1.557	0,97	1.759	1,00	8.072	1,07	1.243	1,01	3.459	1,02	5.314	1,02	34.994	1,03	2.091	1,03	4.539	0,99	2.016	0,95
1997	1.626	1,04	1.753	1,00	8.718	1,08	1.265	1,02	3.795	1,10	5.534	1,04	36.587	1,05	2.256	1,08	4.754	1,05	2.040	1,01
1998	1.668	1,03	1.743	0,99	9.166	1,05	1.267	1,00	3.966	1,05	5.502	0,99	37.652	1,03	2.403	1,07	4.784	1,01	2.030	1,00
1999	1.717	1,03	1.776	1,02	9.503	1,04	1.335	1,05	4.055	1,02	5.599	1,02	37.897	1,01	2.487	1,03	4.948	1,03	2.094	1,03
2000	1.774	1,03	1.821	1,03	9.967	1,05	1.314	0,98	4.287	1,06	5.927	1,06	39.582	1,04	2.522	1,01	5.118	1,03	2.298	1,10
2001	1.781	1,00	1.819	1,00	10.380	1,04	1.287	0,98	4.456	1,04	5.979	1,01	40.137	1,01	2.583	1,02	5.236	1,02	2.418	1,05
2002	1.771	0,99	1.833	1,01	10.731	1,03	1.340	1,04	4.610	1,03	6.002	1,00	40.612	1,01	2.658	1,03	5.277	1,01	2.459	1,02
2003	1.733	0,98	1.853	1,01	10.897	1,02	1.350	1,01	4.778	1,04	6.065	1,01	40.824	1,01	2.738	1,03	5.353	1,01	2.472	1,01
2004	1.780	1,03	1.843	0,99	11.205	1,03	1.430	1,06	4.915	1,03	6.129	1,01	41.401	1,01	2.825	1,03	5.449	1,02	2.505	1,01
2005	1.850	1,04	1.872	1,02	11.475	1,02	1.412	0,99	5.015	1,02	6.218	1,01	41.872	1,01	2.969	1,05	5.569	1,02	2.593	1,04
2006	1.852	1,00	1.871	1,00	11.898	1,04	1.394	0,99	5.197	1,04	6.428	1,03	42.825	1,02	3.085	1,04	5.676	1,02	2.579	0,99
2007	1.880	1,02	1.891	1,01	12.304	1,03	1.444	1,04	5.388	1,04	6.441	1,00	43.650	1,02	3.177	1,03	5.755	1,01	2.610	1,01
2008	1.901	1,01	1.958	1,04	13.019	1,06	1.462	1,01	5.579	1,04	6.616	1,03	44.949	1,03	3.272	1,03	6.028	1,05	2.736	1,05

FONTE: Relatório Anual de Informações Sociais. Base de dados de 1985 até 2008. Disponível em: [www.mte.gov.br/pdet](http://www.mte.gov.br/pdet). Acesso em 18/01/2010. Nota: estabelecimentos com vínculos empregatícios no ano (exclusive RAIS negativa).

Na tabela acima, observamos que existe uma forte correlação entre os anos da série e o aumento de estabelecimentos com funcionários empregados. Em Cachoeira do Sul a correlação é de 0,96 podendo ser considerada expressiva. A tabela abaixo demonstra a correlação e significância para todos os municípios da base no período avaliado.

TABELA 28 – Correlação e Significância entre o ano e o número de estabelecimentos para os municípios da base comparativa no período de 1985 até 2008.

<b>Estabelecimentos</b>	Cachoeira do Sul	Alegrete	Caxias do Sul	Cruz Alta	Passo Fundo	Pelotas	Porto Alegre	Santa Cruz do Sul	Santa Maria	Uruguaiana
<b>Correlação</b>	0,96	0,92	0,99	0,95	1,00	0,96	0,98	0,99	0,98	0,98
<b>Significância</b>	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
	sig	sig	sig	sig	sig	sig	sig	sig	sig	Sig

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de RAIS 2010.

Além da correlação e significância a planilha com os dados absolutos nos permite calcular as médias aritméticas e geométricas para a série de dados dos municípios. Obtêm-se os seguintes dados:

TABELA 29 – Média Aritmética para os municípios da base comparativa no período de 1985 até 2008.

<b>Estabelecimentos</b>	Cachoeira do Sul	Alegrete	Caxias do Sul	Cruz Alta	Passo Fundo	Pelotas	Porto Alegre	Santa Cruz do Sul	Santa Maria	Uruguaiana
<b>Média Aritmética</b>	1.494,38	1.462,50	8.327,71	1.122,63	3.638,00	5.176,21	34.572,83	2.227,17	4.403,71	1.973,54
Ranking	8	9	2	10	5	3	1	6	4	7

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de RAIS 2010.

Na tabela 29, Cachoeira do Sul ficou na oitava posição do ranking da média de crescimento dos estabelecimentos, ficando melhor posicionada apenas em relação ao município de Alegrete.

TABELA 30 – Média Geométrica para os municípios da base comparativa no período de 1985 até 2008.

Estabelecimentos	Cachoeira do Sul	Alegrete	Caxias do Sul	Cruz Alta	Passo Fundo	Pelotas	Porto Alegre	Santa Cruz do Sul	Santa Maria	Uruguaiana
<b>Média Geométrica</b>	1.454,83	1.380,49	7.878,29	1.086,89	3.450,02	5.072,36	33.904,73	2.150,52	4.263,61	1.904,44
Ranking	8	9	2	10	5	3	1	6	4	7

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de RAIS 2010.

Com relação a Média Geométrica, o desempenho dos municípios manteve-se absolutamente igual, com Cachoeira do Sul na oitava posição do ranking e Alegrete na décima posição.

Das tabelas acima, podemos extrair alguns elementos essenciais para a avaliação do Projeto de Industrialização de Cachoeira do Sul:

- No período de implantação do Projeto de Industrialização (2005-2008) o ano que apresentou maior taxa de crescimento foi 2005, influenciado pelo ano de 2004 que não participou de nenhuma política pública de desenvolvimento;
- A média aritmética e geométrica do número de estabelecimentos com funcionários empregados no período de vigência do Projeto de Industrialização (2005 = 1,04%; 2006 = 1,00; 2007 = 1,02 e 2008 = 1,01) é igual ou inferior a média aritmética da série histórica que é de 1,04;
- A média aritmética e geométrica do crescimento de estabelecimentos de Cachoeira do Sul é igual a de quatro municípios (Cruz Alta, Pelotas, Santa Cruz do Sul e Uruguaiana) e inferior a de outros 4 municípios (Alegrete, Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria);
- Nos anos 2006, 2007 e 2008 as taxas de crescimento anual de estabelecimentos com funcionários é inferior a taxa média de crescimento anual do Estado do Rio Grande do Sul;

### **3.1.3 Arrecadação de ICMS**

A arrecadação anual de ICMS é considerada neste trabalho como um indicador da agregação de valor realizada nos municípios. A tabela a seguir traz os dados da arrecadação anual de ICMS de todos os municípios da base no período de 2000 até 2009.

TABELA 31 – Arrecadação Anual de ICMS dos Municípios da Base Comparativa entre 2000 e 2009.

	Cachoeira do Sul		Porto Alegre		Caxias do Sul		Santa Cruz do Sul		Passo Fundo		Pelotas		Santa Maria		Uruguaiana		Alegrete		Cruz Alta		Rio Grande do Sul	
	ICMS (R\$)	Var Anual (%)	ICMS (R\$)	Var Anual (%)	ICMS (R\$)	Var Anual (%)	ICMS (R\$)	Var Anual (%)	ICMS (R\$)	Var Anual (%)	ICMS (R\$)	Var Anual (%)	ICMS (R\$)	Var Anual (%)	ICMS (R\$)	Var Anual (%)	ICMS (R\$)	Var Anual (%)	ICMS (R\$)	Var Anual (%)	ICMS (R\$)	Var Anual (%)
2000	12.329.719,01	-	2.053.054.562,32	-	204.040.687,93	-	50.848.087,44	-	52.759.092,41	-	76.555.954,41	-	48.109.022,21	-	26.574.590,14	-	18.282.536,75	-	6.621.502,67	-	5.646.777.954,55	-
2001	14.407.141,28	1,17	2.416.284.780,51	1,18	259.243.242,58	1,27	60.508.682,58	1,19	61.731.594,04	1,17	89.769.896,99	1,17	55.062.477,13	1,14	33.433.422,42	1,26	19.252.865,78	1,05	8.296.481,58	1,25	6.706.353.428,86	1,19
2002	16.290.576,31	1,13	2.668.350.355,65	1,10	279.047.541,24	1,12	104.578.196,98	1,73	67.462.499,83	1,09	92.124.549,70	1,03	59.939.829,65	1,09	31.323.031,97	1,25	22.157.361,59	1,15	7.999.320,14	1,25	7.441.505.283,05	1,11
2003	19.965.289,02	1,11	3.014.033.660,52	1,09	312.511.192,27	1,14	135.347.372,94	1,29	80.767.020,06	1,20	117.286.326,98	1,27	71.943.102,55	1,20	39.225.299,79	1,22	26.619.040,40	1,08	10.015.762,34	1,10	8.988.842.933,76	1,07
2004	22.191.916,16	1,01	3.289.551.352,31	1,31	355.544.653,60	1,12	127.331.260,99	0,94	83.020.090,64	1,06	120.455.706,06	1,03	78.481.692,52	1,11	48.003.663,06	1,22	28.831.699,49	0,90	10.968.224,69	1,20	9.637.938.266,76	1,18
2005	22.395.728,50	0,81	4.298.276.215,88	1,05	399.143.133,94	1,08	125.924.413,83	1,03	88.255.374,21	1,06	180.062.584,48	1,49	87.179.314,95	1,06	39.516.566,47	0,82	25.855.581,86	0,77	13.133.085,84	0,89	11.382.937.672,22	1,04
2006	18.241.150,64	1,32	4.526.071.727,12	0,97	431.285.047,97	1,25	129.668.444,41	1,15	80.245.698,06	1,24	120.853.532,57	0,98	92.104.680,57	1,13	49.999.387,67	0,89	23.007.048,39	1,12	10.099.774,04	1,38	11.813.299.090,75	1,02
2007	24.049.785,29	1,52	4.388.877.793,40	1,15	540.628.018,19	1,81	148.492.055,26	1,13	99.326.493,13	1,43	118.889.284,87	1,04	103.767.863,64	1,15	44.486.285,68	1,54	25.985.567,71	1,23	11.349.836,53	1,02	12.267.321.567,26	1,02
2008	36.669.323,11	0,93	5.041.020.837,78	1,04	980.073.666,97	1,11	171.547.506,54	1,13	142.530.250,23	1,21	133.639.202,23	1,04	119.954.298,58	1,15	68.311.860,85	1,21	36.626.367,47	1,23	15.685.799,29	1,02	14.825.153.674,59	1,02
2009	33.939.938,71	0,93	5.253.245.295,87	1,04	1.091.222.517,83	1,11	193.409.964,27	1,13	172.214.742,37	1,21	139.220.449,40	1,04	137.693.235,72	1,15	56.494.174,44	0,83	31.381.384,75	0,86	19.278.491,21	1,23	15.086.670.971,77	1,02

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de SEFAZ

TABELA 32 – Variação Anual da Arrecadação de ICMS dos Municípios da Base Comparativa entre 2000 e 2009.

	Cachoeira do Sul		Porto Alegre		Caxias do Sul		Santa Cruz do Sul		Passo Fundo		Pelotas		Santa Maria		Uruguaiana		Alegrete		Cruz Alta		Rio Grande do Sul	
	Var Anual (%)	Var Anual (%)	Var Anual (%)	Var Anual (%)	Var Anual (%)	Var Anual (%)	Var Anual (%)	Var Anual (%)	Var Anual (%)	Var Anual (%)	Var Anual (%)	Var Anual (%)	Var Anual (%)	Var Anual (%)	Var Anual (%)	Var Anual (%)	Var Anual (%)	Var Anual (%)	Var Anual (%)	Var Anual (%)	Var Anual (%)	
2000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2001	1,17	1,18	1,27	1,18	1,27	1,19	1,19	1,17	1,17	1,17	1,17	1,14	1,14	1,26	1,26	1,05	1,05	1,25	1,25	1,25	1,19	
2002	1,13	1,10	1,08	1,10	1,08	1,73	1,73	1,09	1,09	1,03	1,03	1,09	1,09	0,94	0,94	1,15	1,15	0,96	0,96	0,96	1,11	
2003	1,23	1,13	1,12	1,13	1,12	1,29	1,29	1,20	1,20	1,27	1,27	1,20	1,20	1,25	1,25	1,20	1,20	1,25	1,25	1,25	1,21	
2004	1,11	1,09	1,14	1,09	1,14	0,94	0,94	1,03	1,03	1,03	1,03	1,09	1,09	1,22	1,22	1,08	1,08	1,10	1,10	1,10	1,07	
2005	1,01	1,31	1,12	1,31	1,12	0,99	0,99	1,06	1,06	1,49	1,49	1,11	1,11	0,82	0,82	0,90	0,90	1,20	1,20	1,20	1,18	
2006	0,81	1,05	1,08	1,05	1,08	1,03	1,03	0,91	0,91	0,67	0,67	1,06	1,06	1,27	1,27	0,89	0,89	0,77	0,77	0,77	1,04	
2007	1,32	0,97	1,25	0,97	1,25	1,15	1,15	1,24	1,24	0,98	0,98	1,13	1,13	0,89	0,89	1,13	1,13	1,12	1,12	1,12	1,04	
2008	1,52	1,15	1,81	1,15	1,81	1,16	1,16	1,43	1,43	1,12	1,12	1,16	1,16	1,54	1,54	1,41	1,41	1,38	1,38	1,38	1,21	
2009	0,93	1,04	1,11	1,04	1,11	1,13	1,13	1,21	1,21	1,04	1,04	1,15	1,15	0,83	0,83	0,86	0,86	1,23	1,23	1,23	1,02	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de SEFAZ.

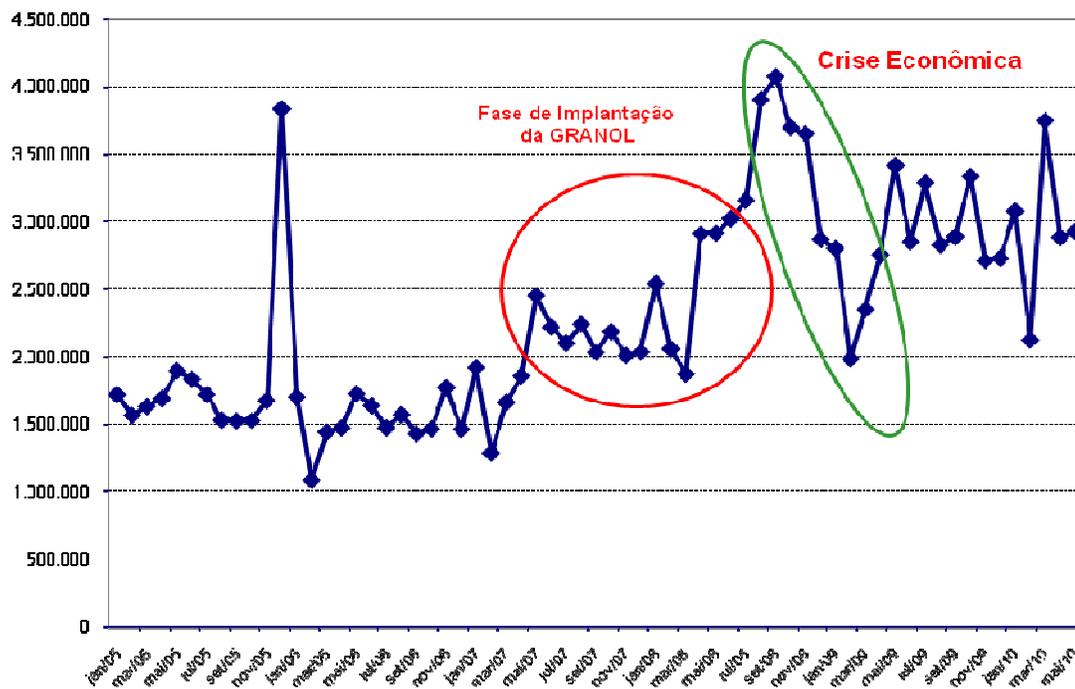
Nas tabelas anteriores é possível perceber que Cachoeira do Sul apresentou um salto quantitativo considerável na arrecadação de ICMS passando de R\$ 18 milhões em 2006 para R\$ 36 milhões em 2008. Porém uma análise mais detalhada destes números mostra que apesar de existir crescimento durante o período de implantação do Projeto de Industrialização e nos anos seguintes, estes números não são muito superiores aos obtidos pelos demais municípios comparados.

Na tabela da variação anual da arrecadação de ICMS percebe-se que em 2008 aconteceu o pico do crescimento de arrecadação de ICMS pelo município de Cachoeira do Sul que se posicionou como o terceiro maior crescimento na arrecadação entre os municípios da base, perdendo apenas para Caxias do Sul e Uruguaiana. Porém, em 2009 ele voltou aos patamares anteriores. Em parte, deve-se esta queda a influência da própria base de cálculo, mas, também (e principalmente), a Crise Econômica Mundial que afetou todos os mercados no período.

Estas variações da Arrecadação de ICMS podem ser melhor percebidas no gráfico abaixo onde a área circulada em vermelho, refere-se ao período em que a empresa Granol entrou em operação. E, na área circulada em verde, demonstra-se a queda na arrecadação de ICMS devido a Crise Econômica.

Após o início das operações da Granol, a arrecadação municipal de ICMS continuou crescendo até que em agosto de 2008 houve o início da Crise Econômica Mundial e a arrecadação mensal de ICMS caiu, retomando somente a partir de março de 2009.

GRÁFICO 3 – Arrecadação Mensal de ICMS (R\$) em Cachoeira do Sul no período de janeiro de 2005 até maio de 2010.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de SEFAZ 2010.

As tabelas a seguir – da Média Aritmética da Arrecadação de ICMS em reais – observa-se que Cachoeira do Sul ficou na nona posição do ranking de arrecadação de ICMS, melhor colocada apenas que Cruz Alta.

Porém na tabela seguinte, da taxa de crescimento da Arrecadação de ICMS, Cachoeira do Sul melhora consideravelmente, posicionando-se na quinta colocação do ranking, perdendo apenas para Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul, Passo Fundo e Cruz Alta, mas melhor posicionada que Santa Maria, Porto Alegre, Uruguaiana, Pelotas e Alegrete.

TABELA 33 – Média Aritmética e Ranking da Arrecadação Anual de ICMS dos municípios da base comparativa entre o período 2000 e 2009 – em mil reais.

ARREC ICMS	Cachoeira do Sul	Porto Alegre	Caxias do Sul	Santa Cruz do Sul	Passo Fundo	Pelotas	Santa Maria	Uruguaiana	Alegrete	Cruz Alta
M. Arit (R\$)	22.048	3.694.876	485.273	124.765	92.831	118.885	85.423	43.736	25.799	11.344
Ranking	9	1	2	3	5	4	6	7	8	10

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de SEFAZ 2010.

TABELA 34 – Média Aritmética e Ranking da Taxa de Crescimento da Arrecadação Anual de ICMS dos municípios da base comparativa entre o período 2000 e 2009

ARREC ICMS	Cachoeira do Sul	Porto Alegre	Caxias do Sul	Santa Cruz do Sul	Passo Fundo	Pelotas	Santa Maria	Uruguaiana	Alegrete	Cruz Alta
M. Arit (%)	1,14	1,11	1,22	1,18	1,15	1,09	1,12	1,11	1,07	1,14
Ranking	5	7	1	2	3	9	6	8	10	4

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de SEFAZ 2010.

Utilizando-se as Médias Geométricas para a análise da Arrecadação de ICMS, nota-se que na tabela com valores em reais, Cachoeira do Sul mantém-se na nona posição do ranking. Mas, na tabela da taxa de crescimento, Cachoeira do Sul posiciona-se em primeiro lugar em arrecadação de ICMS. Este crescimento deve-se principalmente ao ano de 2008, pois nos anos seguintes, percebe-se novamente queda da arrecadação municipal. Ou seja, houve um crescimento que colocou o município em um novo patamar de arrecadação (acima dos 30 milhões/ano).

TABELA 35 – Média Geométrica e Ranking da Arrecadação Anual de ICMS dos municípios da base comparativa entre o período 2000 e 2009 – em mil reais.

ARREC ICMS	Cachoeira do Sul	Porto Alegre	Caxias do Sul	Santa Cruz do Sul	Passo Fundo	Pelotas	Santa Maria	Uruguaiana	Alegrete	Cruz Alta
M. Geom. (abs)	20.870	3.525.649	418.102	116.129	87.206	115.718	81.119	42.167.918,82	25.273.919,07	10.819.250,30
Ranking	9	1	2	3	5	4	6	7	8	10

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de SEFAZ 2010.

TABELA 36 – Média Geométrica e Ranking da Taxa de Crescimento da Arrecadação Anual de ICMS dos municípios da base comparativa entre o período 2000 e 2009

ARREC ICMS	Cachoeira do Sul	Porto Alegre	Caxias do Sul	Santa Cruz do Sul	Passo Fundo	Pelotas	Santa Maria	Uruguaiana	Alegrete	Cruz Alta
M. Geom (%)	42,20	24,17	26,73	20,12	16,93	1,03	1,12	1,03	1,02	1,12
Ranking	1	3	2	4	5	9	7	8	10	6

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de SEFAZ 2010.

### 3.1.4 Índice de Retorno de ICMS

Este é um índice calculado pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul que atribui através de sete variáveis o percentual de 25% de retorno do ICMS arrecadado no Estado aos municípios. Segundo a Secretaria da Fazenda, os percentuais e variáveis definidos pela Lei 11.038 de 14 de novembro de 1997 são:

I - 75% (setenta e cinco por cento) com base na relação percentual entre o valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços realizadas em cada município e o valor adicionado total no Estado, apurada segundo o disposto na Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990;

II - 7% (sete por cento) com base na relação percentual entre a população residente no município e a residente no Estado, conforme dados do último censo oficial fornecidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, para os anos com dados de censo oficial, e estimativas da Fundação de Economia e Estatística - FEE, para os demais anos;

III - 7% (sete por cento) com base na relação percentual entre a área do município, multiplicando-se por 3 (três) as áreas de preservação ambiental, as áreas de terras indígenas e aquelas inundadas por barragens, exceto as localizadas nos municípios sedes das usinas hidrelétricas, e a área calculada do Estado, no último dia do ano civil a que se refere a apuração, informadas em quilômetros quadrados, pela Divisão de Geografia e Cartografia da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio; (Redação dada pela Lei nº 12.907/08)

IV - 5% (cinco por cento) com base na relação percentual entre o número de propriedades rurais cadastradas no município e o das cadastradas no Estado, no último dia do ano civil a que se refere a apuração informados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

V - 0,5% (cinco décimos por cento) com base na relação percentual entre a pontuação de cada município no Programa de Integração Tributária – PIT –, instituído por lei, e o somatório de todas as pontuações de todos os municípios, apuradas pela Secretaria da Fazenda do Estado; (Redação dada pela Lei nº 12.868/07);

VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) com base na relação percentual entre a produtividade primária do Município e a do Estado, considerando a média dos últimos 3 (três) anos anteriores à apuração, obtidas pela divisão do valor da produção primária, conforme levantamento da

Secretaria da Fazenda, pelo número de quilômetros quadrados, referidos no inciso III. (Redação dada pela Lei nº 13.188/09)

VII – 2% com base na relação inversa ao valor adicionado fiscal “per capita” dos municípios, conforme as mesmas metodologias utilizadas nos incisos I e II deste artigo. (Incluído pela Lei nº 13.028/08).

Os índices calculados e informados pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul para os municípios da base comparativa estão apresentados na tabela a seguir:

TABELA 37 – Índice de Retorno de ICMS dos Municípios entre 1992 e 2010.

MUNICÍPIO	Cachoeira do Sul	Porto Alegre	Caxias do Sul	Santa Cruz do Sul	Passo Fundo	Pelotas	Santa Maria	Uruguaiana	Alegrete	Cruz Alta
1992	0,6753	13,5017	5,1559	2,1601	1,2865	2,2922	1,1840	1,1531	0,7871	0,5851
1993	0,7116	12,4793	4,7789	2,1785	1,2053	2,1202	1,1726	1,2664	0,8300	0,5364
1994	0,6760	11,7661	4,5855	2,4384	1,2681	2,1955	1,2381	1,2961	0,8202	0,5669
1995	0,6117	12,0111	4,4645	2,4271	1,3757	2,1162	1,2127	1,2077	0,7796	0,6603
1996	0,6145	11,9673	4,6148	1,9406	1,4170	1,9217	1,1470	1,1941	0,7577	0,6308
1997	0,6398	12,3310	5,0090	1,8199	1,4222	1,9510	1,1519	1,0730	0,7280	0,5536
1998	0,6546	13,4187	5,1672	1,9255	1,4860	1,8825	1,1990	0,9847	0,7139	0,5635
1999	0,6057	13,7925	5,1609	1,9190	1,4611	1,7678	1,2714	0,9113	0,6909	0,5620
2000	0,5691	13,9163	5,1890	1,8881	1,4057	1,7280	1,3369	0,9058	0,7104	0,5257
2001	0,5635	13,3493	5,0659	1,9545	1,4025	1,6751	1,2342	0,9130	0,7346	0,4170
2002	0,5498	12,6028	5,0132	1,9459	1,3763	1,6188	1,1875	0,8712	0,7179	0,3959
2003	0,5249	12,1355	5,0213	1,8810	1,3289	1,5160	1,1054	0,8902	0,6714	0,4428
2004	0,5225	11,8306	4,9461	1,9932	1,2907	1,4200	1,0676	0,9447	0,6394	0,4670
2005	0,4996	11,2993	4,8676	1,9629	1,3087	1,3412	1,0769	1,0019	0,6572	0,4783
2006	0,5215	10,5131	4,8643	1,7290	1,3522	1,3809	1,0726	1,0336	0,6786	0,5014
2007	0,5289	10,8917	5,2196	1,7245	1,2182	1,3876	1,0847	1,0267	0,6781	0,4419
2008	0,5131	11,6832	5,4411	1,6613	1,0716	1,3461	1,1406	0,9879	0,6731	0,3802
2009	0,4900	11,6039	5,3804	1,4777	1,0921	1,3418	1,1398	0,8873	0,6580	0,4046
2010	0,5012	11,4617	5,5605	1,5004	1,1317	1,3361	1,1008	0,8121	0,6651	0,4065

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de SEFAZ 2010.

A tabela seguinte demonstra a correlação e significância para o Índice de Retorno de ICMS dos municípios comparados em relação ao ano.

TABELA 38 – Correlação e Significância do Índice de Retorno de ICMS aos municípios com os anos da base no período (1992 e 2010).

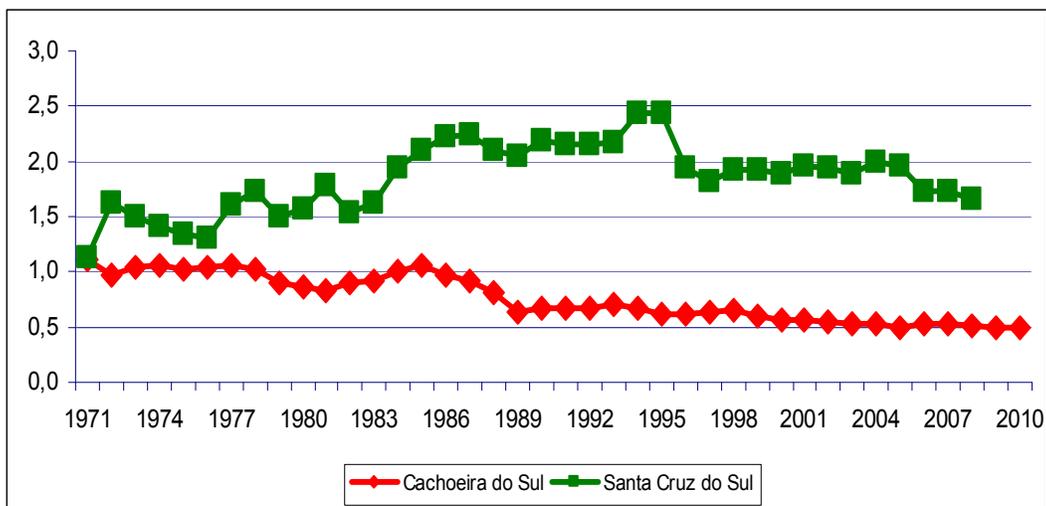
RET ICMS	Cachoeira do Sul	Porto Alegre	Caxias do Sul	Santa Cruz do Sul	Passo Fundo	Pelotas	Santa Maria	Uruguaiana	Alegrete	Cruz Alta
Correlação (R\$)	-0,938	-0,540	0,634	-0,827	-0,511	-0,974	-0,539	-0,734	-0,879	-0,814
Significância	Sig	sig	sig	sig	sig	sig	sig	sig	sig	sig

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de SEFAZ 2010.

A tabela 38 mostra que existe uma forte correlação negativa entre os anos estudados e o índice de Retorno de ICMS. Este comportamento demonstra que Cachoeira do Sul está perdendo a participação entre os municípios do Rio Grande do

Sul. O gráfico 4 ilustra este comportamento, pois em 1970, tanto Cachoeira do Sul como Santa Cruz do Sul, por exemplo, possuíam percentual de participação igual. Passados 40 anos, Cachoeira do Sul diminuiu a sua participação enquanto Santa Cruz do Sul aumentou.

GRÁFICO 4 – Índice de Retorno de ICMS de Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul entre 1971 e 2010.



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de SEFAZ 2010.

A tabela a seguir mostra que a média aritmética do Índice de Retorno de ICMS para Cachoeira do Sul é de 0,58% o que coloca o município na nona posição do ranking entre os 10 municípios comparados, perdendo apenas para Cruz Alta.

TABELA 39 – Média Aritmética do Índice de Retorno de ICMS

RET ICMS	Cachoeira do Sul	Porto Alegre	Caxias do Sul	Santa Cruz do Sul	Passo Fundo	Pelotas	Santa Maria	Uruguaiana	Alegrete	Cruz Alta
M. Arit (abs)	0,58	12,24	5,03	1,92	1,31	1,70	1,16	1,02	0,72	0,50
Ranking	9	1	2	3	5	4	6	7	8	10

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de SEFAZ 2010.

O mesmo acontece com a tabela da média geométrica. Cachoeira do Sul mantém a nona posição, seguida por Cruz Alta.

TABELA 40 – Média Geométrica do Índice de Retorno de ICMS.

RET ICMS	Cachoeira do Sul	Porto Alegre	Caxias do Sul	Santa Cruz do Sul	Passo Fundo	Pelotas	Santa Maria	Uruguaiana	Alegrete	Cruz Alta
<b>M. Geom. (abs)</b>	0,57	12,20	5,02	1,91	1,31	1,67	1,16	1,01	0,71	0,49
<b>Ranking</b>	9	1	2	3	5	4	6	7	8	10

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de SEFAZ 2010.

Com relação a tendência do Índice de Retorno de ICMS, a Lei 11.038 que o institui, determina que sejam usados dados dos dois anos anteriores para a definição do índice que será repassado aos municípios, portanto, se Cachoeira do Sul atingiu seu pico em 2008 e queda na arrecadação de 2009 conforme demonstrado no indicador Arrecadação de ICMS, pode-se dizer que existe uma forte tendência para que o Índice de Retorno de ICMS venha a sofrer nova queda nos anos futuros, pois esta seria a consequência normal da queda da produção industrial do município e da queda da arrecadação de ICMS.

Todos os indicadores apresentados neste capítulo demonstram que o município de Cachoeira do Sul está em um difícil processo de estagnação econômica. Todo o investimento feito no Projeto de Industrialização, com a expectativa de reverter estes números, ainda não é percebido através dos indicadores apresentados, exceto no que se refere a Arrecadação de ICMS em 2008. O indicador de geração de emprego mostra que houve crescimento dos postos de trabalho somente no período que as empresas atraídas precisavam ocupar seus postos de trabalho. O indicador de novos estabelecimentos com funcionários contratados não apresentou crescimento significativo e o Índice de Retorno de ICMS apresentou um crescimento muito pequeno somente em 2010 do aumento da Arrecadação de ICMS em 2008.

Por outro lado, é possível dizer que sem a determinação da Prefeitura Municipal no período, nem mesmo este pequeno crescimento seria alcançado, pois o município encontra-se em uma situação crítica no que se refere ao seu desenvolvimento econômico. O que resta agora é definir novas políticas públicas para o desenvolvimento econômico, mas que contemplem potenciais endógenos do município, ou seja, entre os R\$ 88 milhões investidos, sendo R\$ 2,3 milhões por parte da Prefeitura Municipal,

sejam investidos em produtos e serviços locais que privilegiam a geração constante de novos postos de trabalho e um bom índice de valor agregado.

#### **4 POTENCIALIDADE ECONÔMICAS DE CACHOEIRA DO SUL.**

Desenvolvimento regional – dentro do eixo econômico – preocupa-se com a identificação de potenciais endógenos que propiciem de forma sustentável, o desenvolvimento econômico e social das populações inseridas nas regiões em estudo.

Entende-se, segundo Paiva (2004b), que potencial para o desenvolvimento sustentável de uma região constitui-se nos setores que poderão gerar maiores benefícios econômicos a partir de uma unidade de custo. Ou seja, devem propiciar autonomia material e bem-estar crescentes aos agentes produtivos locais e seus dependentes a partir dos recursos disponíveis internamente. Portanto, para Paiva (2004b, p. 16) existem fatores determinantes para a identificação destes potenciais e cita o primeiro como sendo “a capacidade de crescimento sustentável da produção e da renda apropriada internamente” o que irá provocar um processo de crescimento que será fomentado pelas firmas e pelos agentes produtivos locais.

O crescimento endógeno citado por Paiva tem como segundo ponto fundamental os recursos já existentes e disponíveis da região (recursos naturais, plantas industriais, *know-how*, capital humano, capital social, etc.) e que podem ser mobilizados de forma superior por encontrarem-se subutilizados (com capacidade produtiva ociosa) ou sendo utilizados de forma subótima não maximizando o rendimento potencial de sua mobilização. Esta determinação tem sua origem na teoria de Douglass North que cita os recursos naturais da região como um dos fatores determinantes das razões porque algumas regiões se tornam industrializadas.

O terceiro e último determinante do potencial endógeno das regiões se constitui em um dos mais importantes indicadores por dizer respeito à divisão regional do trabalho *vis-à-vis* à divisão internacional do trabalho e pressupor a existência de vantagens absolutas (Paiva, 2004b, p. 17) e estas constituírem-se em

“um ‘indício’ importante do potencial de uma região. Afinal, [...] a alocação social e economicamente consolidada de recursos [...] pode ser tomada [...] como fruto da identificação, por parte dos agentes econômicos regionais, de nichos economicamente competitivos. Nichos que ao se tornarem objetos de mobilização de um grande número de produtores, acabam por atrair fornecedores e clientes, a montante e a jusante, deprimindo os custos de transporte dos insumos da cadeia produtiva principal, ampliando a escala social de produção e a divisão interna do trabalho e, por conseqüência, ampliando a competitividade (leia-se a vantagem absoluta) da produção setorial. Ou para ser mais claro, a especialização é um indicio muito significativo da presença da terceira determinação do potencial regional: a presença de vantagens absolutas regionais, determinadas pela disponibilidade relativa de recursos e fatores e pela emergência de economias de aglomeração.” (Paiva, 2004b, p. 18).

Paiva (2004b) diz que o grande desafio para a construção de políticas de desenvolvimento regional sustentável se encontra na dificuldade da identificação do potencial endógeno de uma região e que para responder a uma série de questões de forma determinada

“deve-se “dissecar” a região objeto a partir de recortes cada vez mais restritivos e específicos (no sentido região => microrregião => município) comparando as medidas pertinentes a cada um desses recortes com as medidas equivalentes para regiões de referência definidas em patamares superiores de agregação (no sentido nação => macrorregião => região => microrregião). (PAIVA, 2004b, p. 13)

Para isto, propõe uma metodologia baseada em dois pontos fundamentais. O primeiro, segundo o autor, se opera com base em dados estatísticos secundários que são levantados, sistematizados e disponibilizados pelos mais distintos institutos de pesquisa e instituições governamentais com vistas a fornecer substrato empírico à identificação e à interpretação das condições de reprodução social e econômica dos habitantes das diversas regiões do País (Paiva, 2004b, 11).

Mesmo o primeiro ponto fundamental, ou melhor, a pesquisa em base de dados estatística secundária, que tem por objetivo específico o de definir os segmentos produtivos que podem e devem ser objeto de pesquisa primária (Paiva, 2004b), pode ser subdividida em duas partes. Na primeira parte, são levantados dados referentes à

caracterização da região em estudo, desde sua delimitação territorial e ponderadas as variáveis em relação à área, além do levantamento das condições edafo-climáticas e matriz de transporte. Após, mas ainda tratando-se da primeira subdivisão, procede-se ao levantamento das características populacionais como população urbana, rural e total, população em idade ativa, população economicamente ativa e o cálculo de indicadores como taxa de urbanização<sup>26</sup>, taxa de crescimento<sup>27</sup> e razão de dependência<sup>28</sup>. Outro indicador de grande importância para a caracterização desta área trata-se da sua estrutura fundiária que indicará o grau de concentração total das propriedades.

A segunda subdivisão é de grande importância para o levantamento dos potenciais é a medida de especialização onde

“o Quociente Locacional é a mais importante dentre as diversas medidas de especialização regional desenvolvida pela Teoria Econômica. Ele nos informa “quantas vezes” o setor *i* é mais (ou menos) “importante” para a região *j vis-à-vis* a macrorregião de referência.” (PAIVA, 2008c, p. 1)

O segundo momento necessário à identificação do potencial endógeno das regiões é a pesquisa de campo e Paiva afirma que:

“impõe-se a realização de uma pesquisa de campo, com levantamento primário de dados e informações, com vistas a testar a consistência e a economicidade das hipóteses sugeridas no diagnóstico preliminar [porque este não tem a capacidade de] captar a percepção que os agentes locais têm da sua realidade e de suas potencialidades, [...] o que significa dizer que não podemos dimensionar o potencial de uma região sem experimentar as expectativas e a visão de futuro que a região tem de si [...] além disso muitas das informações necessárias à avaliação de uma região são qualitativas [e] como se sabe, as variáveis qualitativas são dificilmente (e sempre algo toscamente) quantificáveis e sistematizáveis. Mesmo quando são representadas nas estatísticas disponíveis. Por isso mesmo impõe-se uma pesquisa primária para confirmar ou infirmar hipóteses acerca da qualidade e da disponibilidade efetiva dos recursos produtivos regionais.” (PAIVA, 2004b, p. 12).

---

<sup>26</sup> Taxa de Urbanização corresponde ao percentual da população total que reside na área urbana do município. Calculado pela fórmula: Taxa de Urbanização = [(População residente em áreas urbanas/Total da população) X 100].

<sup>27</sup> Taxa de Crescimento: Indica o percentual que a população cresceu em relação ao período anterior. Calculado pela fórmula: Taxa de crescimento populacional =  $\{[(\text{Pop}2000 / \text{Pop}1991) ^ (1/n) - 1] * 100\}$

É importante salientar que para fins desta dissertação não foi realizado estudo de campo conforme o texto acima pois, tal tarefa exigiria muito mais em termos de tempo e recursos financeiros disponíveis para a concretização da pesquisa.

A figura 5 mostra a metodologia de levantamento de potenciais endógenos das regiões em tópicos com a finalidade de facilitar o entendimento dos pontos que passarão a ser abordados detalhadamente.

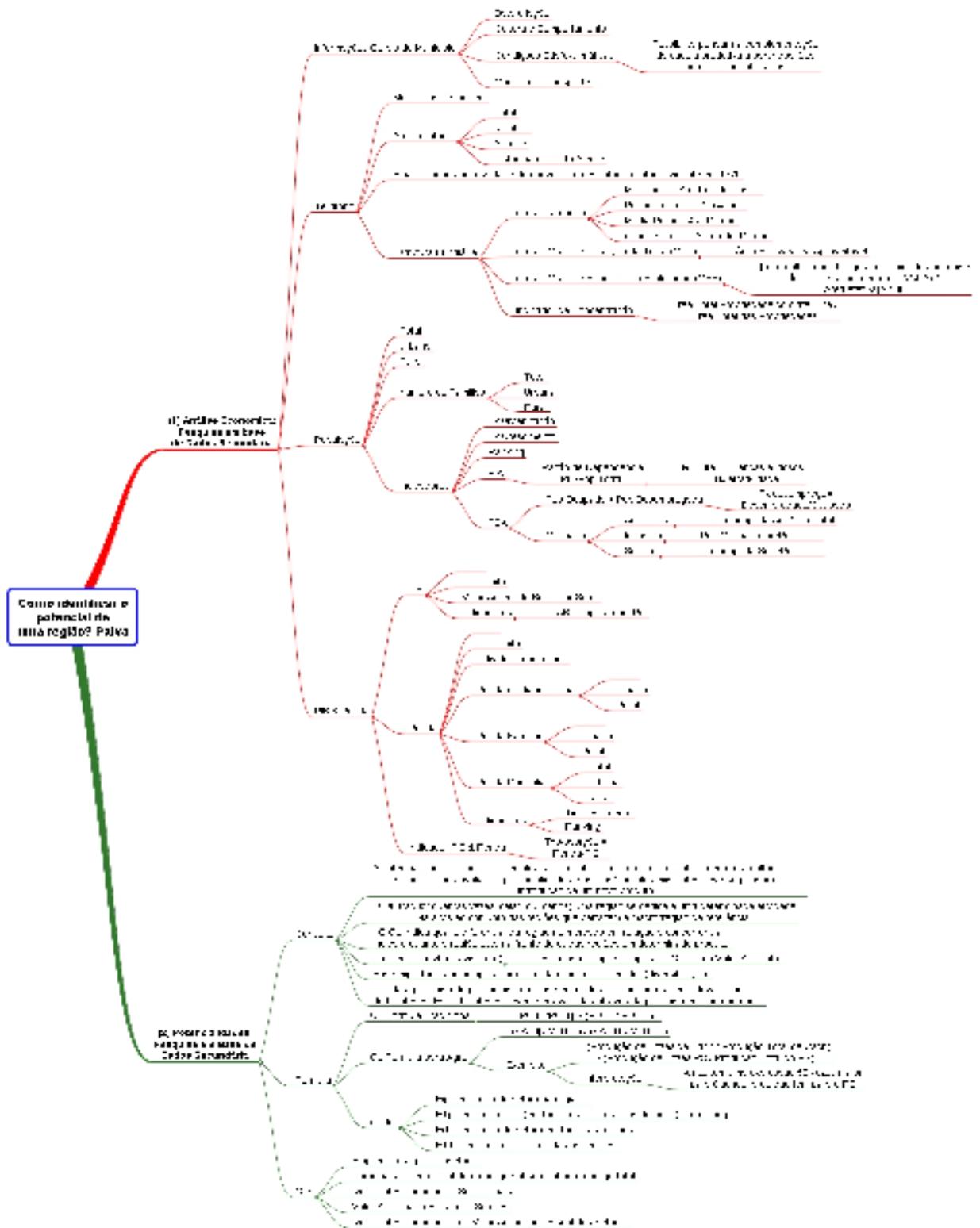


FIGURA 5 – Resumo da Proposta de Metodologia de Identificação do Potencial Endógeno das Regiões.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Paiva (2004b).

Os capítulos anteriores deste trabalho demonstraram que Cachoeira do Sul passou (ou passa!) por um período de estagnação que fez com que a população local migrasse em busca de novas oportunidades em outros centros econômicos. E em seguida, fez uma avaliação do Projeto de Industrialização do Município, onde foram investidos R\$ 88 milhões em busca de uma nova dinâmica econômica.

A leitura do capítulo anterior mostrou que Cachoeira do Sul conseguiu atingir um novo patamar na arrecadação de ICMS, mas não logrou êxito no que se refere aos outros indicadores, principalmente Retorno de ICMS que mesmo aumentando a Arrecadação não conseguiu aumentar o repasse do Estado para o município.

Desta forma, é possível pensar que o investimento feito não obteve o sucesso desejado, que novos postos de trabalho não foram gerados de forma satisfatória, a população não teve a sua renda aumentada e muito provavelmente, continuará a migrar em busca de qualidade de vida.

Além dos objetivos já citados, este capítulo faz uma análise sobre as potencialidades locais de forma que permita às instituições e governantes locais, terem uma fonte confiável para a elaboração de novas políticas públicas. O mote para este capítulo é a proposição de novas potencialidades locais a partir do indicador conhecido como “Quociente Locacional” que aponta em quais segmentos o município se destaca em relação à região ou ao Estado.

Portanto, o QL indica o quanto um município se destaca do restante dos municípios nas suas atividades. Iniciaremos com o QL do rebanho de Cachoeira do Sul que consiste em apontar qual(is) rebanho(s) do município se destacam do restante dos municípios do Rio Grande do Sul.

Para que QL seja considerado um bom indicador, é preciso que ele apresente valor superior a 1 e uma participação relativa que seja significativa para o mercado. Por exemplo, o rebanho bubalino possui um QL superior a 4 mas a participação do Rio Grande do Sul na produção nacional é baixa, apenas 7%. E Cachoeira do Sul, produz apenas 3% da produção estadual.

#### 4.1 QL do Rebanho de Cachoeira do Sul

Conforme lemos na tabela 41 a produção pecuária de Cachoeira do Sul não apresenta um quociente locacional que se destaque no restante do Rio Grande do Sul com exceção do rebanho bubalino. Mas, como já foi dito, este possui uma participação percentual pequena no contexto estadual. Além disso, o leite é um dos produtos que mais agrega valor e gera novos postos de trabalho nas regiões, principalmente pela sua característica que impede a saída *in natura* para outros centros produtores.

TABELA 41 – Quociente Locacional do Rebanho de Cachoeira do Sul

RS, Geográfica e Município (e % do RS no BR)	Microrregião e Município	Rio Grande do Sul	Participação do RS na produção nacional	Cachoeira do Sul	Participação de Cachoeira do Sul na produção estadual	QL Rebanho
Bubalino		476.532,67	7,14%	14.250,67	3%	4,33
Ovino		336.625,00	24,27%	3.460,33	1%	1,11
Bovino		14.294.815,33	6,94%	429.379,00	3%	1,08
Equino		4.222.435,00	8,25%	38.655,67	1%	1,07
Lã		19.064.849,33	95,78%	243.993,00	1%	0,84
Mel de abelha		1.090.674,00	24,61%	4.362,00	0%	0,66
Coelhos		82.454,67	33,70%	9.954,00	12%	0,58
Galinhas		3.774.532,67	10,16%	116.681,00	3%	0,46
Ovos de galinha		43.472,00	8,78%	804,33	2%	0,37
Suíno		48.128,00	12,38%	1.123,00	2%	0,33
Leite		104.238,00	9,37%	1.698,67	2%	0,14
Galos, frangas, frangos e pintos		109.391.312,33	13,72%	346.650,00	0%	0,11

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Paiva (2008)

Segundo Paiva (2008d) alguns produtos da pecuária estabulada (aves, rebanho leiteiro, suíno, etc.) são altamente demandantes de mão-de-obra e relativamente pouco demandantes de terreno além de necessitarem de beneficiamento no entorno, o que provocará a diversificação e especialização produtiva. Pois são justamente estes os produtos que apresentam menor potencial no município de Cachoeira do Sul conforme a tabela acima.

#### 4.2 QL da Agricultura Temporária

Com relação à agricultura temporária, repete-se o comportamento do rebanho. Ou seja, os produtos que se destacam na produção municipal – entre os quais está o

fumo, arroz e soja – não favorecem a especialização e a divisão do trabalho, portanto, não favorecem o surgimento de novos elos na cadeia produtiva a jusante e a montante.

TABELA 42 – Quociente Locacional da Agricultura Temporária de Cachoeira do Sul.

PRODUTOS	Brasil	Rio Grande do Sul	Participação do RS no valor da produção nacional	Cachoeira do Sul	Participação de Cachoeira do Sul na produção total do RS	QL
<b>TOTAIS</b>	<b>74.670.720,00</b>	<b>10.229.523,33</b>	<b>13,70</b>	<b>399.455,33</b>	<b>3,9%</b>	<b>-</b>
Melancia	461.569,00	93.013,67	0,12	13.792,00	14,8%	4,29
Fumo (em folha)	3.523.972,00	1.782.385,33	2,39	132.249,33	7,4%	2,15
Arroz (em casca)	5.690.055,00	2.891.920,67	3,87	154.006,00	5,3%	1,54
Sorgo granífero (em grão)	319.839,00	9.185,00	0,01	448,33	4,9%	1,41
Mandioca	4.469.929,67	656.037,00	0,88	22.940,33	3,5%	1,01
Amendoim (em casca)	238.182,33	12.005,67	0,02	419,67	3,5%	1,01
Cevada (em grão)	119.540,67	63.749,00	0,09	1.580,67	2,5%	0,72
Cana-de-açúcar	14.089.249,33	74.598,00	0,10	1.731,33	2,3%	0,67
Soja (em grão)	24.282.906,67	2.619.986,67	3,51	54.004,00	2,1%	0,60

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Paiva (2008)

### 4.3 QL da Agricultura Permanente

No quadro com os dados e indicadores da agricultura permanente de Cachoeira do Sul, destaca-se o produto Noz como tendo um QL alto (7,38) e elevada participação relativa na produção estadual, caracterizando-se como um produto com potencial para o desenvolvimento endógeno na região.

TABELA 43 – QL da Agricultura Permanente de Cachoeira do Sul

PRODUTO	Rio Grande do Sul	Participação do RS no valor da produção nacional	Cachoeira do Sul	Participação de Cachoeira no valor da produção estadual	QL
<b>TOTAIS</b>	<b>1.428.595,00</b>	<b>6,33</b>	<b>3.468,67</b>	<b>0,24%</b>	<b>-</b>
Noz (fruto seco)	3.206,67	52,27	818,33	25,52%	7,38
Abacate	4.435,33	6,23	156,00	3,52%	1,02
Goiaba	5.434,00	2,98	99,67	1,83%	0,53
Limão	15.721,00	5,18	128,00	0,81%	0,24

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Paiva (2008)

#### 4.4 QL da Indústria de Transformação

A tabela com o quociente locacional da indústria de transformação apresenta bons indícios para o desenvolvimento endógeno da região. Destacam-se dois “setores”:

a) Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle com um QL de 12,04 e geração de 129 postos, e

b) Fabricação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária com QL 6,27 e 301 postos de trabalho.

Ambos os setores, apresentam QL alto e número de postos de trabalho que indicam consistência das empresas pertencentes ao setor, conseqüentemente constituem-se em setores que necessitam apoio e orientação porque podem trazer resultados satisfatórios para a região.

Justamente pelas características destes setores, é necessário que se faça uma pesquisa de campo para conhecer as empresas que pertencem a este setor e que permita a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento da cadeia produtiva. O desenvolvimento desta cadeia, terá como consequência a abertura de novos mercados para produtos e serviços e conseqüente aumento e qualificação da mão-de-obra local o que será responsável pela dinamização econômica do município e melhoria das condições para a população.

TABELA 44 – QL da Indústria de Transformação de Cachoeira do Sul

PRODUTOS	EMPREGOS	QL
Fabricação de tratores, exceto agrícolas.	3	217,35
Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle.	129	12,04
Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos.	4	10,23
Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho.	84	8,86
Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas.	36	8,60
Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado não especificado anteriormente, exceto móveis.	86	7,97
Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz.	287	7,70
Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	13	7,46
Fabricação de aparelhos e equipamentos para instalações térmicas	11	6,38
Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, exceto para irrigação.	301	6,27
Fabricação de desinfetante sanitário	2	4,48
Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	21	4,47

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Paiva (2008) com fonte da RAIS 2006.

Os QLS apresentados são os que apresentam maior relevância ao município de Cachoeira do Sul, resumidamente podemos perceber que alguns deles são produtos tradicionais no município, mas não apresentam bom potencial para o desenvolvimento endógeno. É o caso do arroz que apesar de possuir um QL de 1,54, possui uma participação no bolo estadual de apenas 5,3% o que o faz perder a importância e a capacidade de desenvolver economicamente o município. Também é preciso considerar que a produção de arroz no município ganhou destaque no Brasil quando o sistema de irrigação estava no início o que permitiu que Cachoeira do Sul ganhasse destaque na produção e aumentasse a renda da população. Atualmente, todos os produtores em todos os municípios possuem um sistema de irrigação e um conjunto de tecnologias que permitem alta produtividade, ao passo que os produtores rurais de Cachoeira do Sul mantêm-se (em sua grande maioria) sem investir em tecnologias que lhes permita destacar-se no cenário estadual e nacional. Por isto o QL aponta que o arroz de Cachoeira do Sul não é um produto capaz de potencializar o desenvolvimento econômico regional. O mesmo pode ser dito para soja e fumo que apesar dos QL significativos não possuem relevância na produção regional. Um exceção na tabela dos produtos da agricultura temporária que merece maior atenção é a melancia que com um QL elevado de 4,29 ainda possui uma participação estadual de 14,8%. Resta pesquisa as condições dos mercados consumidores e os custos de produção mas, o produto destaca-se como potencial endógeno da agricultura temporária de Cachoeira do Sul.

Com relação aos rebanhos, os produtos que agregam maior valor e utilizam o maior número de mão-de-obra são frango, suínos e leite. Justamente nestes produtos, Cachoeira do Sul possui o menor QL e menor participação estadual quando é sabido que os mercados consumidores como China e Índia demandarão grande quantidade de proteína animal, ou seja, grande quantidade de produtos que Cachoeira do Sul não produz.

No que se refere a agricultura permanente o município possui alto QL e alta participação na produção estadual e nacional de Nozes. Um QL de 7,38 com uma participação de 25,52% no Estado do Rio Grande do Sul e de 52,27% na produção Nacional deveria ser o foco de todas as políticas públicas de desenvolvimento no município, pois além do município ser um destaque nacional na produção, ele agrega

valor durante a industrialização, existe mercado potencial mundial, emprega muitas pessoas na sua produção e industrialização.

Na indústria de transformação os dois setores já citados possuem potencial para alavancar o setor metal-mecânico por possuírem a necessidade de contratação de mão-de-obra especializada e possui grande demanda de mercado.

Enfim, este capítulo mostra com dados científicos, que o investimento feito na produção e industrialização da soja resultou em um novo perfil de arrecadação econômica para Cachoeira do Sul, mas se houver investimentos públicos e privados em novos produtos locais, os resultados poderão ser mais satisfatórios que os obtidos até agora pelo Projeto de Industrialização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Douglass North nos faz entender pela sua Teoria do Desenvolvimento Econômico que regiões que possuem produtos primários com potencial exportador podem alcançar bons resultados econômicos. Para que isto aconteça – estes produtos primários ao serem produzidos e beneficiados devem promover o surgimento de novas empresas pelo atendimento de necessidades da indústria de beneficiamento ou pela demanda de mercado para novos produtos – criam novos elos na cadeia produtiva através da especialização e divisão de tarefas.

Paiva (2008a) após realizar pesquisa detalhada sobre os determinantes do aprofundamento das desigualdades territoriais conclui que:

“Os resultados desta pesquisa reforçam a hipótese de que a região deve passar por um processo de reconversão produtiva, com diminuição de sua dependência da soja. Leite, aves, suínos aparecem como as alternativas de reconversão mais promissoras. Mas todas apresentam sinais de estrangulamento, de gargalos produtivos e comerciais, que podem e dever ser analisados e, presumivelmente, enfrentados.” (PAIVA, 2008, p. 91-92)

Desta forma, aliando a teoria de North às conclusões de Paiva, percebemos por este trabalho que o município de Cachoeira do Sul não seguiu uma trajetória de desenvolvimento que esteja de acordo com estas premissas, pois os produtos nos quais aquele município apresenta maior dependência são: **arroz, soja e bovinos**. Os quais, com exceção da bovinocultura que possui uma cadeia produtiva consistente, costumam sair do município *in natura*, não criando, portanto, a necessidade de novas empresas e elos na cadeia produtiva.

Concluimos, pelos dados apresentados, que a experiência de industrialização de Cachoeira, a qual ocorreu a partir de 2005 – apesar do grande aporte de recursos financeiros públicos – não foi capaz de alavancar o desenvolvimento municipal, pois a administração pública investiu na industrialização de produtos que não propiciam o surgimento das novas empresas. Conforme North e Paiva já demonstraram, o investimento em produtos que exigem desdobramentos no seu processamento é crucial para o surgimento de uma cadeia de empresas e conseqüentemente para o desenvolvimento. Estes resultados ficam claros ao demonstrarmos os indicadores do resultado do projeto de industrialização.

Uma das limitações deste estudo foi o fato de que não foi feito um levantamento com dados primários, já que para Paiva é fundamental (.....) “captar a percepção que os agentes locais têm da sua realidade e de suas potencialidades, [...]” Assim sendo não foi possível dar conta do total dimensionamento do potencial do município de Cachoeira do Sul por não se ter levado em conta as expectativas e a visão de futuro que o município tem de si. Tal tarefa exigiria muito mais em termos de tempo e recursos financeiros disponíveis para a concretização desta dissertação e certamente podem ser uma sugestão para trabalho futuro.

Outra limitação deste estudo é o tempo entre a implantação da política de industrialização e o levantamento de dados oficiais. O curto tempo entre a implantação (2005 e 2008) e a divulgação de dados oficiais.

Contudo, acredita-se que esta dissertação tenha trazido à tona pontos importantes, porém não únicos, que ajudam a explicar o desenvolvimento de Cachoeira do Sul sob a luz de uma teoria consagrada academicamente: a teoria de Douglass North. Aspecto este que possui um caráter original, pois não se tem conhecimento de outros estudos, sobre o caso aqui apresentado, que tenha se utilizado desta perspectiva.

Acredita-se que este estudo, possa ter contribuído na possibilidade de identificar se gastos públicos estão sendo eficientes ou não. Além disso, outra contribuição do

estudo aqui apresentado diz respeito ao fato de que ele pode servir de fonte de pesquisa para que outros municípios, em situação semelhante, possam basear-se para elaborar e implantar um plano de retomada do desenvolvimento econômico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBROSINI, L. B. e FILIPPI, E. E. (2008). *Da Era do Desenvolvimento ao Desenvolvimento Rural: Sistemas Produtivos Localizados sob a Perspectiva de Karl Polanyi*. Revista REDES, Vol. 13, nº 3. EDUNISC. Disponível em <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/issue/current>, acesso em 12jul2009.

BARQUERO, A. V. (2001). *Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização*. Porto Alegre: FEE.

BECKER, D. F. (2000). *REDENEP: Rede de Estudos, Planejamento e Gestão Local – Regional do Desenvolvimento*. Lajeado: UNIVATES Editora.

BECKER, D. F. (2008). *A Economia Política do (Des) Envolvimento Regional Contemporâneo*. Desenvolvimento Regional: Abordagens Interdisciplinares, Becker D. F. e Witmann, M. L., Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

BENKO G. e LIPIETZ A. (1992). *As regiões ganhadoras – Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica* (org). Presses Universitaires de France.

COLEMAN, J. (1990) *Foundation of social theory*. Cambridge, MA, Harvard University Press.

FÉLIX, Marilda da Silva – org. (1987). *Fundação do Município de Cachoeira do Sul: Documentos históricos, Cachoeira do Sul*, Museu Municipal de Cachoeira do Sul.

HARVEY, D. (1993) .*Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

HIRSCHMAN, A. O. (1961) *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

JANNUZZI, Paulo de Martinho. *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 3 ed. Campinas: Editora Alínea, 2004

IBGE. Censo Demográfico 2000: microdados, Rio Grande do Sul; questionário da amostra. 2. ed. Rio de Janeiro, 2002. 1 CD-ROM (gravado em 29.04.05)

JORNAL DO POVO (2007). Edição do dia 26 de setembro de 2007, disponível em: [www.jornaldopovo.com.br](http://www.jornaldopovo.com.br).

JORNAL DO POVO (2009). Edição do dia 05 de agosto de 2009, disponível em: [www.jornaldopovo.com.br](http://www.jornaldopovo.com.br)

JORNAL DO POVO (2010). Edição do dia 27 de abril de 2010, disponível em: [www.jornaldopovo.com.br](http://www.jornaldopovo.com.br)

KREUTZ, Estanislau Amadeu (2007). *Missões Jesuítico-Guaranis: síntese histórica*. 3 edição – Santo Ângelo: EDIURI.

MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Lei 4.923/65; Acesso em 20 de agosto de 2008, disponível em: <http://estatistica.caged.gov.br/consulta.aspx?mesCPT=07&anoCPT=2008>.

NORTH, D. C. (1955) “*Location Theory and Regional Economic Growth*”. *Journal of Political Economy*, LXIII, june. (Versão em português em SCHWARTZMANN, J. – org., 1977), *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar/Minter.

NORTH, D.C. (1959) “*Agriculture in Regional Economic Growth*”. Journal of Farm Economics, 41. Versão em português em SCHWARTZMANN, J. (org., 1977)

NOTÍCIAS da Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul – 24abr07, disponível em: <http://www.cachoeiradosul.rs.gov.br/noticias/novas/noticias.asp?NewsID=186>

PAIVA, C. A. (2004a) “*Smith, Kalecki e North e os fundamentos de uma teoria geral do desenvolvimento de regiões periféricas em transição para o capitalismo*”. In: Anais do II Encontro de Economia Gaúcha. Porto Alegre: CD-Rom FEE/PUC-RS ([www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)).

PAIVA, C. A. (2004b) *Como identificar e mobilizar o potencial de uma região para o desenvolvimento endógeno?* Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística (Documentos FEE, N 59). Disponível no site da FEE em [www.fee.tche.br/sitefee/download/documentos/documentos\\_fee\\_59.pdf](http://www.fee.tche.br/sitefee/download/documentos/documentos_fee_59.pdf)

PAIVA, C. A. (2004c) *Capital social, comunidade, democracia e o planejamento do desenvolvimento no RS: uma avaliação de suas possibilidades à luz de sua história*. In: *Desenvolvimento Regional: capital social, redes e planejamento*. Org: Wittmann, M. L.; RAMOS, M. P. Santa Cruz: EDUNISC, 2004.

PAIVA, C. A. (2006a) *Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas*. Indicadores Econômicos, FEE, Porto Alegre, v. 34, n.1, p. 89-102, julho 2006.

PAIVA, C. A. (2006b). *Determinantes dos Diferenciais de Desempenho Sócio-econômico dos Municípios do estado do Rio Grande do Sul entre 1970 e 2000*. Revista REDES, vol 11, n. 3. Santa Cruz: EDUNISC.

PAIVA, C. A. (2007). *RS em Mapas e Dados: bases georreferenciadas para comparação do desempenho socioeconômico dos municípios gaúchos entre 1966 e 2006*. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: FEE/UNISC, 2007

PAIVA, C. A. (2008a). *Evolução das Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul. 2005*. Santa Cruz: UNISC.

PAIVA, C. A. e CUNHA, A. M. (2008b). *Noções de Economia*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. Disponível em <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital/ultimos-lancamentos>

PAIVA, C. A. (2008c). *Mimeo*. Medida de Especialização (Quociente Locacional). Disciplina Estudos Setoriais e Regionais Comparados. Santa Cruz do Sul.

PRODIC – Programa de Desenvolvimento Industrial de Cachoeira do Sul – Lei Municipal 2.411 – de 09 de novembro de 1990, disponível em: <http://www.cachoeiradosul.rs.gov.br/smic/default.asp?id=1#incentivo>, acesso em 23/06/08.

PUTNAM, R. (2005) *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.

RAMOS, Marília P. e MARIÑO, Juan Mario F. (2004) *Condicionantes históricos do desenvolvimento capitalista global em nível regional*. In: WITTMANN, M. L.; RAMOS, M. P. (Orgs) *Desenvolvimento Regional: capital social, redes e planejamento*. Santa Cruz: EDUNISC.

RAMOS, Marília P. e PAIVA, Carlos Águedo Nagel. (2005) *Limitações e possibilidades de análise de indicadores regionais: o caso do COREDE do Vale do Rio Pardo*. Revista Redes, Vol. 2, nr 10 Santa Cruz: EDUNISC.

RAMOS, Marília P. (2009a) *Aspectos Conceituais e Metodológicos da Avaliação de Políticas e Programas Sociais*. Revista do IPEA Planejamento e Políticas Públicas, nº32 de jan-jun 2009.

RAMOS, Marília P. (2009b) *Aula sobre Indicadores Sociais*. Mimeo, 2009.

SCHABBACH, Letícia Maria. *Tendências e preditores da criminalidade violenta no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFRGS, Porto Alegre, 2007.

UNDP, *Relatório do Desenvolvimento Humano*, New York, 2007. Disponível em <http://www.undp.org>; acesso em 27/05/08.

SANTOS, Milton. (1996) *A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.

SANTOS, M. (2003) *Planejando o subdesenvolvimento e a pobreza*. In: SANTOS, Milton. *Economia Espacial*. São Paulo: Edusp.

SANTOS, M. (1996) *Sociedad y espacio: la formación social como teoría y como método*. In: SANTOS, Milton. *De la totalidad al lugar*. Barcelona: Oikos-Tau.

SCHUH, A. e CARLOS, I. S. (1997) *Cachoeira do Sul, Em busca de sua história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

SELBACH, J. (2007) *Muito além da Praça José Bonifácio: as elites e os “outsiders” em Cachoeira do Sul, pela voz do Jornal do Povo 1930 – 1945*. Cachoeira do Sul: Ed. do Autor. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000319.pdf>

SEN, A. (2000) *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, disponível em: [http://www.sefaz.rs.gov.br/SEF\\_ROOT/AIM/SEF-projaim.htm](http://www.sefaz.rs.gov.br/SEF_ROOT/AIM/SEF-projaim.htm), acesso em 26/07/08.

UNIJUI (2008). *Banco de Dados Regionais da UNIJUI*. Disponível em <http://www.unijui.br>

WITTMANN, M. L. e RAMOS, M. P. (2004) *Desenvolvimento Regional: capital social, redes e planejamento* – Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

## **ANEXOS**

## ANEXO A – Efeito da migração residual nos municípios da base comparativa.

TABELA 45 – Efeito da Migração Residual em Cachoeira do Sul entre 1970 e 2007.

Efeito da migração residual em Cachoeira do Sul	1970	1980	1991	2000	2007
POP RS	6.755.458	7.942.722	9.135.479	10.181.749	10.582.840
POP2/POP1 NO RS		118%	115%	111%	104%
<b>pop Cachoeira (reconvertida à estrutura 1970) **</b>	94.261	93.341	99.614	102.947	100.206
PT teórica (se fosse considerar o mesmo crescimento observado no RS)		110.827	127.470	142.069	147.666
Efeito da migração residual em Cachoeira do Sul		-16%	-22%	-28%	-32%

Os demais dados são do IBGE.

\*\* Dados sistema de reconversão FEE/UNISC

TABELA 46 – Efeito da Migração Residual em Caxias do Sul entre 1970 e 2007.

Efeito da migração residual em Caxias do Sul	1970	1980	1991	2000	2007
POP RS	6.755.458	7.942.722	9.135.479	10.181.749	10.582.840
POP2/POP1 NO RS		118%	115%	111%	104%
<b>pop Caxias (reconvertida à estrutura 1970) **</b>	144.871	220.553	290.925	360.419	399.038
PT teórica (se fosse considerar o mesmo crescimento observado no RS)		170.332	195.911	218.348	226.949
Efeito da migração residual em Caxias do Sul		29%	48%	65%	76%

TABELA 47 – Efeito da Migração Residual em Santa Cruz do Sul entre 1970 e 2007.

Efeito da migração residual em Santa Cruz do Sul	1970	1980	1991	2000	2007
POP RS	6.755.458	7.942.722	9.135.479	10.181.749	10.582.840
POP2/POP1 NO RS		118%	115%	111%	104%
<b>pop Sta Cruz do Sul (reconvertida à estrutura 1970) **</b>	86.787	99.645	119.524	135.687	144.312
PT teórica (se fosse considerar o mesmo crescimento observado no RS)		102.040	117.363	130.804	135.957
Efeito da migração residual em Santa Cruz do Sul		-2%	2%	4%	6%

TABELA 48 – Efeito da Migração Residual em Santa Maria entre 1970 e 2007.

<b>Efeito da migração residual em Santa Maria</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2007</b>
POP RS	6.755.458	7.942.722	9.135.479	10.181.749	10.582.840
POP2/POP1 NO RS		118%	115%	111%	104%
<b>pop Santa Maria (reconvertida à estrutura 1970) **</b>	156.609	181.571	219.563	256.783	276.663
PT teórica (se fosse considerar o mesmo crescimento observado no RS)		184.133	211.784	236.039	245.338
Efeito da migração residual em Santa Maria.		-1%	4%	9%	13%

TABELA 49 – Efeito da Migração Residual em Alegrete entre 1970 e 2007.

<b>Efeito da migração residual em Alegrete</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2007</b>
POP RS	6.755.458	7.942.722	9.135.479	10.181.749	10.582.840
POP2/POP1 NO RS		118%	115%	111%	104%
<b>pop Alegrete (reconvertida à estrutura 1970) **</b>	65.030	69.466	78.918	84.428	78.276
PT teórica (se fosse considerar o mesmo crescimento observado no RS)		76.459	87.941	98.012	101.873
Efeito da migração residual em Alegrete		-9%	-10%	-14%	-23%

TABELA 50 – Efeito da Migração Residual em Uruguaiana entre 1970 e 2007.

<b>Efeito da migração residual em Uruguaiana</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2007</b>
POP RS	6.755.458	7.942.722	9.135.479	10.181.749	10.582.840
POP2/POP1 NO RS		118%	115%	111%	104%
<b>pop Uruguaiana (reconvertida à estrutura 1970) **</b>	74.613	91.498	117.456	130.820	127.519
PT teórica (se fosse considerar o mesmo crescimento observado no RS)		87.726	100.900	112.456	116.886
Efeito da migração residual em Uruguaiana		4%	16%	16%	9%

TABELA 51 – Efeito da Migração Residual em Pelotas entre 1970 e 2007.

Efeito da migração residual em Pelotas	1970	1980	1991	2000	2007
POP RS	6.755.458	7.942.722	9.135.479	10.181.749	10.582.840
POP2/POP1 NO RS		118%	115%	111%	104%
pop Pelotas (reconvertida à estrutura 1970) **	207.869	259.994	316.064	356.493	376.259
PT teórica (se fosse considerar o mesmo crescimento observado no RS)		244.402	281.103	313.298	325.640
Efeito da migração residual em Pelotas		6%	12%	14%	16%

TABELA 52 – Efeito da Migração Residual em Porto Alegre entre 1970 e 2007.

Efeito da migração residual em Porto Alegre	1970	1980	1991	2000	2007
POP RS	6.755.458	7.942.722	9.135.479	10.181.749	10.582.840
POP2/POP1 NO RS		118%	115%	111%	104%
pop Porto Alegre (reconvertida à estrutura 1970) **	885.545	1.125.478	1.263.403	1.360.590	1.420.667
PT teórica (se fosse considerar o mesmo crescimento observado no RS)		1.041.179	1.197.532	1.334.683	1.387.261
Efeito da migração residual em Porto Alegre		8%	6%	2%	2%

TABELA 53 – Efeito da Migração Residual em Passo Fundo entre 1970 e 2007.

Efeito da migração residual em Passo Fundo	1970	1980	1991	2000	2007
POP RS	6.755.458	7.942.722	9.135.479	10.181.749	10.582.840
POP2/POP1 NO RS		118%	115%	111%	104%
pop Passo Fundo (reconvertida à estrutura 1970) **	93.850	121.155	151.388	180.736	195.476
PT teórica (se fosse considerar o mesmo crescimento observado no RS)		110.344	126.914	141.450	147.022
Efeito da migração residual em Passo Fundo		10%	19%	28%	33%

TABELA 54 – Efeito da Migração Residual em Cruz Alta entre 1970 e 2007.

	1970	1980	1991	2000	2007
<b>Efeito da migração residual em Cruz Alta</b>					
POP RS	6.755.458	7.942.722	9.135.479	10.181.749	10.582.840
POP2/POP1 NO RS		118%	115%	111%	104%
<b>pop Cruz Alta (reconvertida à estrutura 1970) **</b>	57.930	66.170	75.364	78.000	74.546
PT teórica (se fosse considerar o mesmo crescimento observado no RS)		68.111	78.339	87.311	90.751
Efeito da migração residual em Cruz Alta		-3%	-4%	-11%	-18%